



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

RODOLFO CÉSAR CORRÊA DA COSTA

**RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO ENSINO DE HISTÓRIA E NO
ENSINO RELIGIOSO:
SILENCIAMENTO CURRICULAR DA UMBANDA**

**CUIABÁ - MT
2025**





Rodolfo César Corrêa da Costa

**Religiões afro-brasileiras no ensino de História e no Ensino Religioso:
silenciamento curricular da Umbanda**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora de Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional - núcleo Universidade Federal de Mato Grosso - como requisito à obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Professora Dra. Ana Carolina Borges.

Linha de Pesquisa: Saberes históricos no Espaço Escolar.

**CUIABÁ-MT
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

C837r Costa, Rodolfo César Corrêa da.

Religiões afro-brasileiras no ensino de História e no Ensino Religioso: silenciamento curricular da Umbanda [recurso eletrônico] : silenciamento curricular da Umbanda / Rodolfo César Corrêa da Costa. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 98 f., pdf). -- 2025.

Orientador: Ana Carolina da Silva Borges.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2025.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. Religiosidade; Ensino de História; Ensino Religioso; Identidade Cultural; Educação.. 2. História. 3. Ensino Religioso. 4. Identidade Cultural. 5. Educação..
I. Borges, Ana Carolina da Silva, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
(PROFHISTORIA)

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: Religiões afro-brasileiras no ensino de História e no Ensino Religioso:
silenciamento curricular da Umbanda

AUTOR (A): MESTRANDO (A) RODOLFO CÉSAR CORRÊA DA COSTA.

Dissertação defendida e aprovada em 14 de **OUTUBRO** de 2025.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. DOUTOR(A) ANA CAROLINA DA SILVA BORGES (PRESIDENTE BANCA)
2. DOUTOR(A) ANA CAROLINA DA SILVA BORGES (ORIENTADOR(A))
3. DOUTOR(A) MARCELO FRONZA (EXAMINADOR(A) INTERNO(A))
4. DOUTOR(A) MILTON SILVA DOS SANTOS (EXAMINADOR(A) EXTERNO(A))
5. DOUTOR(A) ANA MARIA MARQUES (EXAMINADOR(A) SUPLENTE)

CUIABÁ, 14/OUTUBRO/2025.



Documento assinado eletronicamente por **ARY ALBUQUERQUE CAVALCANTI JUNIOR**, **Coordenador(a) do Mestrado Profissional em História - IGHD/UFMT**, em 27/10/2025, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO FRONZA**, **Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 27/10/2025, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Milton Silva dos Santos**, **Usuário Externo**, em 27/10/2025, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA DA SILVA BORGES**, **Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 27/11/2025, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_or_gao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8600580** e o código CRC **7A0F87D8**.

Referência: Processo nº 23108.076293/2025-60

SEI nº 8600580

A cada um que dentro das suas possibilidades me apoiou e me incentivou à construção e finalização deste projeto com uma palavra de carinho.

AGRADECIMENTOS

As forças superiores que nos movem e que possuem variadas denominações.

Aos professores e colegas que tive o prazer de conviver e assimilar um pouco de sabedoria e conhecimento em nossa jornada, especialmente aos do ProfHistória, que transformaram os nossos encontros em momentos de aprendizados e crescimento. Entre eles, um especial agradecimento à minha orientadora, Profa. Dra. Ana Carolina Borges, pelas orientações e disposição nos atendimentos que mesmo, às vezes, sem ter como, multiplicou o seu tempo para que este projeto se tornasse realidade. Gratidão ao Professor Marcelo Fronza, pela amizade, apoio e orientações significativas que fortaleceram este trabalho.

Aos meus pais Reinaldo Corrêa da Costa e Inah Maria Corrêa da Costa, que me despertaram o gosto pela leitura desde a tenra infância, corroborado pelas visitas dominicais as bancas de revistas. Aos meus irmãos pelo que nós somos em função dos nossos pais, as mães dos meus filhos Roseny e Mirian, aos meus filhos Roberta Dutra Corrêa da Costa, Tamiris Riane Silvério de Souza, Tamara Raiane Silvério de Souza e Antônio Raphael Zanca Corrêa da Costa pela referência que me tornei e aos meus netos Benjamim e Sophie, pelo futuro que representam.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Este trabalho tem a intenção de apresentar a Umbanda e sua herança cultural afro-brasileira, como uma expressão religiosa significativa da história do Brasil, servindo como instrumento pedagógico a ser trabalhada nas aulas de História e em busca de uma educação mais plural e inclusiva, que integre os saberes da Umbanda nas Ciências Humanas e Sociais. Enriquecendo desta maneira a compreensão dos estudantes sobre a complexidade da identidade cultural brasileira, desde o processo inicial de colonização e metodologia educacional jesuíta, até os dias atuais. Refletindo sobre a contribuição desses conhecimentos e tradições para o nosso contexto social, a partir de algumas noções como: a) identidade; b) construção de referências negras a partir do sincretismo religioso; c) saberes tradicionais e sagrados que interliga a cultura brasileira, com a cultura africana e afro-indígena. A análise com base na história do Ensino Religioso no Brasil, procurou construir a história da umbanda, antes de Zélio, em meio a um intenso processo de políticas de branqueamento. Buscando fundamentação nas práticas religiosas, antes da transformação da Umbanda em religião, em 1908. Somado a isso, nosso enfoque também se deu em cima das narrativas históricas e religiosas em ambiente escolares de modo que foi verificado certa preferência às perspectivas culturais brancas; existindo, dessa forma, uma valorização exacerbada do Cristianismo em praticamente todos os volumes da coleção de livros educativos pesquisados e, até mesmo quando as religiões afro-brasileiras e de matriz africana são abordadas. Dessa maneira, entendemos que a ênfase nos direitos humanos e na promoção da igualdade racial é fundamental para garantir que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas. Esses conhecimentos devem ser construídos em uma perspectiva multicultural e com uma divulgação ampla, proporcionando uma visão de menor “estranhamento” sobre determinadas religiões que não sejam cristãs. Permitindo o entendimento da religiosidade como uma variedade de saberes culturais alicerçados em histórias e tradições de sociedades com fenômenos distintos e estruturantes, que possuem ideias de divindades, sentidos e significados variados.

Palavras chaves: Religiosidade; Ensino Religioso; Identidade cultural; Educação.

ABSTRACT

This work aims to present Umbanda and its Afro-Brazilian cultural heritage as a significant religious expression in Brazilian history, serving as a pedagogical tool to be used in History classes and in the pursuit of a more plural and inclusive education that integrates Umbanda knowledge into the Humanities and Social Sciences. In this way, it enriches students' understanding of the complexity of Brazilian cultural identity, from the initial process of colonization and Jesuit educational methodology to the present day. It reflects on the contribution of this knowledge and these traditions to our social context, based on notions such as: a) identity; b) the construction of Black references through religious syncretism; c) traditional and sacred knowledge that links Brazilian culture with African and Afro-Indigenous culture. The analysis, based on the history of Religious Education in Brazil, sought to construct the history of Umbanda before Zélio, amidst an intense process of whitening policies. Seeking a foundation in religious practices prior to Umbanda's transformation into a religion in 1908, our study also focused on historical and religious narratives in school settings. We observed a preference for white cultural perspectives; thus, there is an exaggerated valorization of Christianity in practically all volumes of the educational textbook collection researched, even when Afro-Brazilian and African-based religions are addressed. Therefore, we understand that emphasizing human rights and promoting racial equality is fundamental to ensuring that all voices are heard and respected. This knowledge should be constructed from a multicultural perspective and widely disseminated, providing a less "strange" view of certain non-Christian religions. This allows for an understanding of religiosity as a variety of cultural knowledge grounded in the histories and traditions of societies with distinct and structuring phenomena, possessing varied ideas of divinity, senses, and meanings.

Keywords: Religiosity; Religious Education; Cultural identity; Education

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 ENSINO RELIGIOSO COMO PROJETO DE COLONIZAÇÃO | 18 |
| 1.1 Ensino Religioso no Brasil – da Colônia à República | 18 |
| 1.2 Quando a colônia chega, a religião lhe acompanha | 19 |
| 1.3 Entre o discurso e a realidade: o grande ideal do estado “laico” | 24 |
| 1.4 Ditadura e o contexto histórico do Ensino Religioso: quando a moralidade reina | 28 |
| 1.5 A redemocratização e a Constituição no Brasil: o ensino religioso e outras religiões | 29 |
| 2 ORIGENS AFRICANAS DA UMBANDA | 41 |
| 2.1 Origens da Umbanda – do Calundu à Cabula | 41 |
| 2.2 Cabula | 44 |
| 2.3 Criação da religião Umbanda | 46 |
| 2.4 O branqueamento da Umbanda | 46 |
| 3 RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E O ENSINO RELIGIOSO | 55 |
| 3.1 As religiões Afrobrasileiras e de Matriz Africana e o ensino de História e do Ensino Religioso | 55 |
| 3.2 Análise dos livros didáticos: Coleção Jornadas. | 66 |
| 3.3 Livro Paradidático como produto: história da Umbanda | 88 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 91 |
| Referências | 95 |
| ANEXOS | 100 |
| ANEXO A – Produto Educacional | |

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é abordar a importância das religiões de matriz africana e afro-brasileiras, no ensino das disciplinas de História e Ensino Religioso. Esta análise aborda o contexto histórico dos textos sobre religiões afro-brasileiras, especialmente a Umbanda. Buscando, dessa maneira, as referências significativas, em uma reflexão crítica sobre a invisibilidade das tradições religiosas afro-brasileiras nos currículos escolares. Procurando ainda identificar o desafio que é a construção de uma educação verdadeiramente plural e inclusiva. Pois, essas referências ainda procuram as justificativas de suas ausências nos currículos e nas aulas dessas áreas de conhecimentos.

Com o propósito fundamental de entender os motivos dessa ausência, esta pesquisa foi provocada. Tornando urgente a construção de práticas pedagógicas que reflitam a diversidade religiosa brasileira e promovam o respeito às múltiplas formas de espiritualidade que constituem a identidade nacional. Possibilitando dessa maneira novas abordagens no ensino e na aprendizagem nas aulas de História e Ensino Religioso. Reconhecendo a centralidade das tradições afro-brasileiras e questionando a hegemonia dos ensinamentos cristãos católicos que são predominantes desde a colonização.

O que se observa é o predomínio de um pensamento dominante católico que influenciou os temas de religião em sala de aula, desdobrando-se em práticas excludentes das outras manifestações religiosas. Criou-se o pensamento científico racista e demarcado por uma espécie de ótica imperiosa, que deixou transparecer em “todos” os períodos que o catolicismo era a “religião oficial”. Foi assim instituída uma prática educativa fundamentada por uma perspectiva hegemônica, segregacionista e simplista, estruturada como suposto modelo explicativo universal e eurocêntrico.

Esse comportamento, por muitas vezes inviabilizou manifestações religiosas com características diferentes do Cristianismo católico. Ainda assim, algumas dessas práticas religiosas permaneceram e (algumas) ainda permanecem. Entre as que permaneceram estão as Afro-brasileiras e as africanas, que embora proibidas, perseguidas e/ou demonizadas, resistiram.

Nos períodos colonial e imperial, as senzalas foram os primeiros locais de resistências, posteriormente após a abolição, a resistência se fortaleceu em “casas” de africanos e seus descendentes, que por muitas vezes (essas casas), organizavam seus cultos em atitudes sincréticas para evitar a discriminação e o preconceito,

Em uma análise da sociedade brasileira, abrangendo desde a chegada dos colonizadores

e jesuítas, até os dias atuais. Fica evidente que desde o princípio, o Ensino Religioso não foi utilizado somente como uma prática confessional, mas sim enquanto instrumento colaborador de um projeto de sociedade que se considerava superior. Logo, a invasão colonial descaracterizou, desvalorizou, silenciou e criminalizou todas as outras manifestações religiosas que não servissem aos interesses desse processo de dominação.

Em função dessa realidade, a contribuição apresentada neste trabalho se torna significativa e fundamental, principalmente nas aulas de História e de Ensino Religioso. Pois, esses momentos pedagógicos sempre foram pautados pelos ensinamentos cristãos católicos, em práticas determinantes e imperativas desde o estabelecimento do primeiro colégio Jesuíta e quando foram construídas as primeiras unidades educacionais públicas.

Portanto, não causa estranheza que durante o período histórico do Brasil na maioria das escolas públicas o trabalho com as Ciências Humanas e Ensino Religioso, principalmente nas aulas de História e do Ensino Religioso não apresentou uma prática de um trabalho multicultural, com debates sobre as variadas manifestações religiosas, mas sim, horários de discussões sobre práticas cristãs e assuntos diversos.

Com essa perspectiva, a abordagem da pesquisa, necessitou de um levantamento documental, que pudesse auxiliar a análise. Por isso a escolha da coleção didática de *História – Jornadas*, foi fundamental, sendo assim, foram analisados os volumes referentes aos sextos até os nonos anos. Essa coleção faz parte do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD e por isso, foi em algumas escolas públicas adotada.

A pesquisa buscou, nos textos analisados, referências às religiões de matriz africana e afro-brasileiras, com destaque para a Umbanda. Procurou-se identificar alusões a essas religiões, ainda que relacionadas a rituais religiosos ou a práticas similares desenvolvidas por escravizados em diferentes regiões do Brasil. A partir dessa análise, foi possível identificar similaridades entre tais práticas, as quais, posteriormente, passaram a integrar uma cosmologia própria e contribuíram para a formação da Umbanda enquanto religião organizada. Nesse sentido, a Umbanda apresenta um foco diferenciado em relação a outras manifestações religiosas, sobretudo se considerado o fato de que sua história, enquanto prática religiosa, foi constantemente apagada dos livros de História e das aulas de História e de Ensino Religioso.

Dessa forma, compreende-se a Umbanda como uma religião afro-brasileira que integra não apenas a história do povo negro, mas também a formação social do Brasil, apresentando contribuições significativas e referências fundamentais nesse processo. A pesquisa, portanto, visa construir um histórico das práticas religiosas desenvolvidas entre os escravizados e seus descendentes, que persistiram apesar das perseguições sofridas e que

contribuíram para a posterior oficialização da Umbanda como religião. Renato Ortiz (2011) afirma que a formação embrionária do que conhecemos hoje como Umbanda, surgiu como uma manifestação organizada que une o culto aos espíritos, preservando e transformando tradições e costumes no Brasil ao longo dos séculos.

Já Hulda Costa (2013), afirmou que a religião Umbanda começa a se estruturar e se expandir, em busca de reconhecimento, enquanto instituição religiosa, a partir da década de 1920 e 1930. Talvez, por isso, como vimos, muitos deleguem o seu surgimento a partir desta data. Embora as origens da Umbanda sejam formalmente datadas de 1908, ela se consolidou e espalhou-se significativamente a partir da década de 1920, passando a ganhar mais visibilidade e a se organizar com mais ênfase no sudeste do Brasil, com um maior destaque nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo.

Por sua vez, Cumino (2011) e Trindade (2009) afirmam que o surgimento da Umbanda no Brasil está associado à data de 15 de novembro de 1908, tendo como marco uma sessão espírita realizada na Federação Espírita do Rio de Janeiro, em Niterói. Nessa ocasião, o médium Zélio Fernandino de Moraes teria incorporado a entidade conhecida como Caboclo das Sete Encruzilhadas, a qual teria anunciado a fundação de uma nova religião, inicialmente denominada Alabanda.

A partir desse episódio, Zélio Fernandino de Moraes passou a ser reconhecido como o fundador da Umbanda tradicional, também chamada de Umbanda cristã, pura ou branca. Em reconhecimento a esse marco histórico-religioso, o dia 15 de novembro foi oficialmente instituído como o Dia Nacional da Umbanda durante o Terceiro Congresso Brasileiro de Umbanda, realizado em 1973, no Rio de Janeiro.

Nesse período, aconteceu um movimento de busca por uma identidade nacional e de afirmação da brasilidade na miscigenação, situação que possibilitou à Umbanda a sua afirmação como uma religião essencialmente brasileira. Nesse contexto, médiuns e líderes umbandistas, alguns egressos do Kardecismo, passaram a assumir o papel de líderes e organizaram os primeiros terreiros e federações.

Ainda sobre o nascimento da religião umbandista, Ortiz (1999) informou que ela está vinculada ao processo de consolidação de uma sociedade urbana, industrial e estruturada em classes. Bem como, que as mudanças sociais se relacionam a alterações culturais, de modo que crenças e práticas afro-brasileiras passam a adquirir novos significados dentro da sociedade brasileira. Em uma relação entre aspectos sociais e culturais, quando os fatores sociais têm

influências significativas.

Embora Zélio Fernandino de Moraes seja amplamente reconhecido como o fundador da Umbanda, essa interpretação não é consensual no campo acadêmico. Pesquisadores como Diana Brown (1985), Emerson Giumbelli (2003) e Olga Gudolle Cacciatore (1988) apresentam leituras distintas e questionam a atribuição exclusiva da fundação dessa religião a Zélio de Moraes. Nesse mesmo sentido, Hulda Costa (2013, p. 9) destaca que autores como Vagner Gonçalves da Silva (2005), André Droogers (1985) e Renato Ortiz (1999) também discordam da data de 1908, situando o surgimento da Umbanda de forma mais processual, ao longo das décadas de 1920 e 1930

Para Vagner Gonçalves da Silva (2005) enquanto culto organizado, a origem da religião Umbanda se deu em torno das décadas de 1920 e 1930. Ainda assim, é importante salientar que essa organização, não possibilitou a unificação da Umbanda, pois a diversidade regional e suas práticas, construíram diferenças entre as federações e conseqüentemente entre os terreiros. Ainda assim, podemos afirmar que mesmo com essas diferenças, a década de 1920 foi bastante significativa para a formação e expansão das diferentes vertentes da Umbanda, estabelecendo as bases para a estruturação da religião como a conhecemos hoje.

Em seu texto Hulda Costa afirmou, que André Droogers (1985) relatou que a formação da religião Umbanda era diretamente relacionada ao contexto urbano do Rio de Janeiro, por volta da década de 1920. Para André, a Umbanda tem suas raízes na Macumba, sendo resultado de um processo de adaptação dos cultos africanos à modernidade, abasileirar os cultos africanos existentes e às transformações sociais da época.

Droogers (1985) ainda aponta que o surgimento da Umbanda representa uma tentativa de tornar os cultos africanos mais próximos da realidade brasileira, ou seja, de abasileirá-los. Esse movimento ocorreu quando a sociedade passava por intensas mudanças, e a religião precisou se transformar para se integrar ao ambiente urbano e atender às novas demandas sociais daquele período histórico.

Outro fator significativo que influenciou muito a Umbanda foi o sincretismo, que, como o fenômeno que é, possibilitou a sobrevivência da Umbanda em muitos lugares do Brasil, quando seus elementos se fundiram com características de diferentes tradições religiosas, produzindo a partir daí, uma nova forma de crença e prática. Essa fusão pode envolver rituais, ideias, símbolos, divindades e até mesmo aspectos da organização religiosa, criando algo distinto das religiões originais, mas que ainda mantém traços de todas elas.

Conforme o pensamento de Hulda Costa (2013) há uma significativa discussão teórica a respeito do sincretismo religioso, e não existe uma definição única entre os diferentes teóricos do que ele vem a ser. Delega-se dessa forma, diferentes denominações para o resultado advindo dos encontros culturais e religiosos ocorridos entre diferentes sociedades. Nesse sentido, diversos paradigmas adotados, sob a perspectiva antropológica, ao longo do tempo, cada qual por meio de seus representantes apresentaram suas respectivas concepções e denominações acerca desse fenômeno.

Nesse contexto, o sincretismo foi por muitas vezes usado como uma estratégia de resistência e adaptação, quando, por exemplo, os escravizados, ao praticarem suas religiões, disfarçavam suas divindades em imagens de santos católicos. Nesses rituais a fusão de crenças se tornava mais visível, pois incorporavam os variados elementos das tradições que compunham o sincretismo, construindo naquele momento complexidades e riquezas únicas.

A resistência cultural apresentada pelos negros pode ser identificada na forma como preservaram suas religiões, que resistiram mais que qualquer outro aspecto de suas culturas às imposições trazidas pelos conflitos, face aos diferentes contatos culturais ocorridos durante a colonização (Bittencourt Filho, 2003, p. 162).

Segundo Hulda Costa ainda, na Umbanda, essa intermistura é perceptível e se caracteriza por ser um sincretismo religioso formado por elementos indígenas, africanos e portugueses, que podem cada um deles, em determinados momentos, serem claramente perceptíveis em sua estrutura e característica particular.

Os exemplos mais proeminentes foram encontrados nas religiões afro-brasileiras e de matriz africana, como a Umbanda quando incorporou elementos do catolicismo, do kardecismo, das religiões africanas e das crenças indígenas. Os seus rituais incluem giras, passes, oferendas e cânticos que mesclam essas variadas influências. Já no Candomblé, por ser uma religião mais focada na preservação das tradições africanas, o sincretismo com o catolicismo foi fundamental para sua sobrevivência durante a escravidão. Muitos orixás foram associados a santos católicos para permitir a continuidade dos cultos. Por exemplo: Oxalá com Jesus Cristo ou Nosso Senhor do Bonfim; Iemanjá com Nossa Senhora da Conceição ou Nossa Senhora dos Navegantes; Ogum com São Jorge; Iansã com Santa Bárbara etc. Dessa forma, os rituais do Candomblé, suas danças, cânticos e oferendas, são dedicados aos orixás, mas a associação com os santos católicos permitiu que fossem realizados sob o “disfarce” de celebrações católicas.

O sincretismo religioso e ritualístico moldou profundamente a paisagem religiosa e

cultural brasileira, criando uma rica tapeçaria de crenças e práticas. Refletindo, dessa maneira a capacidade dos seres humanos em se adaptarem, resistirem e se apropriarem culturalmente de outras crenças, possibilitando assim manifestações de fé que são únicas e complexas.

Edison de Souza Carneiro (1981) utiliza ora o termo fusão e ora o termo sincretismo, se referindo ao mesmo fenômeno. Destaca ainda, que os cultos dos africanos trazem a presença significativa de símbolos católicos, sendo esses símbolos tratados com o mesmo respeito expressados pelos cristãos. E continua afirmando que o catolicismo, juntamente com o espiritismo, influenciou sobremaneira as religiões dos negros. Por fim, afirma que o catolicismo, o espiritismo e alguns elementos advindos da religião ameríndia contribuíram para criar e perpetuar a religião dos negros.

Essa intersecção de crenças, no entanto, nem sempre foi vista de forma positiva pelas vertentes religiosas, pois alguns defendem a “pureza” de suas doutrinas. Contudo, é inegável que essa prática foi e ainda é uma parte intrínseca da história e da identidade religiosa de muitos povos, especialmente no Brasil.

Dessa maneira, essa prática possibilitou que a Umbanda, mesmo tendo sido alvo de preconceito e desinformação ao longo de sua história, se organizou como uma religião, pois possui todos os elementos que caracterizam um sistema religioso, sendo inclusive reconhecida legalmente como tal no Brasil.

Acredita em um Deus único e supremo, sendo monoteísta denominado Olorum ou Zambi, sendo os Orixás considerados manifestações desse Deus tanto na natureza, como na vida. Os Orixás atuam como intermediários e são considerados forças divinas que regem os diversos aspectos da existência. A Umbanda ainda cultua uma gama de entidades espirituais (como Caboclos, Pretos-Velhos, Exus, Pombagiras, Crianças, Baianos, Boiadeiros, Marinheiros etc.). Essas entidades são espíritos desencarnados que, por meio de médiuns, oferecem orientação, conselhos e auxílio espiritual aos fiéis.

Por fim, a Umbanda como religião, sintetiza e integra elementos de diversas tradições religiosas, como o Candomblé (culto aos Orixás), o Catolicismo (figuras de santos católicos e princípios cristãos como a caridade) e o Espiritismo Kardecista (crença na reencarnação e mediunidade). Essas características a tornam uma religião rica e diversificada, com diversas vertentes, pois a Umbanda é uma religião complexa, com sua própria teologia, cosmologia, hierarquia, rituais e ética, que se manifesta através da fé, da prática da caridade e da busca pela evolução espiritual. O reconhecimento legal e a crescente aceitação social reforçam sua condição de religião legítima e importante no cenário religioso brasileiro.

Em um projeto de divulgação e familiarização da religião dentro dos muros escolares,

para que também seja trabalhada não somente em História ou no Ensino Religioso, mas sim no cotidiano escolar em todas as disciplinas e que seja ainda um chamariz para um trabalho amplificado com todas as religiões e principalmente com as outras religiões Afro-brasileiras e de matriz africana.

As religiões afro-brasileiras e de matriz africana, por vezes, são apresentadas nas escolas, mas existe uma histórica ausência nas diferentes disciplinas. Observa-se que, em certos contextos, há registros de preconceito relacionado a essas tradições, mesmo quando os conteúdos tratam da cultura e história indígena, afro-brasileira e africana. A relação existente entre a Umbanda e o ensino é um tema de grande relevância no Brasil, especialmente considerando o histórico de preconceito e a necessidade de promover a diversidade e o respeito no ambiente escolar.

Dessa maneira, a Umbanda deve ser tratada não como objeto de doutrinação, mas sim como objeto de estudo, sendo fundamental para que isso ocorra, a diferenciação entre o ensino sobre a Umbanda e o ensino da Umbanda. Ainda mais por ser o país laico, onde o estudo sobre religiões não é o de doutrinação, mas sim, oferecer conhecimento sobre as variadas manifestações religiosas que construíram a cultura brasileira.

A dissertação apresentará um capítulo analisando a história do ensino religioso no Brasil desde a colônia, considerando a história de manifestações religiosas que, segundo este trabalho, são precursoras da Umbanda e que posteriormente permaneceram nos rituais da Umbanda já como religião.

No segundo capítulo, a abordagem específica a Umbanda e a sua transformação em religião, bem como sua tentativa de branqueamento; já no capítulo três será abordada a Umbanda como conteúdo curricular nas disciplinas de História e Ensino Religioso e as possibilidades de inclusão também de outras religiões, entre as quais, as outras afro-brasileiras e de matriz africana, bem como a análise da coleção de livro de *História – Jornadas*, do sexto ao nono ano que faz parte do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2025.

Dentro desses objetivos, a finalização dos trabalhos, além desta dissertação será a construção de um livro paradidático para o ensino fundamental focado na história da Umbanda, possibilitando, assim, estratégias para o conhecimento desta religiosidade como parte significativa da história do Brasil e como religião. Dessa forma, contribui-se, conseqüentemente, com o fortalecimento da aprendizagem e de novas possibilidades e perspectivas aos que militam nessa área, ampliando os temas no seu labor.

1. ENSINO RELIGIOSO COMO PROJETO DE COLONIZAÇÃO

1.1 O Ensino Religioso no Brasil – da Colônia à República

Este capítulo tem a pretensão de apresentar a história do Ensino Religioso na educação brasileira, iniciando-se pelo período colonial, passando igualmente pelos períodos Imperial e Republicano. A esse respeito ainda faremos uma análise do Ensino Religioso nas Constituições brasileiras, abordando os enfoques que a legislação e as Leis de Diretrizes de Base da Educação – LDB, (desde a inicial), deram à história da religião e a disciplina de Ensino Religioso no Brasil.

A justificativa para esse levantamento referente a história do Ensino Religioso está relacionada à relevância de problematizar e traçar considerações sobre as prerrogativas legais, que regulamentam a inserção dessa disciplina nos conteúdos curriculares das escolas no país. Acerca disso, é importante lembrar que a última alteração acontecida na LDB, em relação a disciplina de Ensino Religioso – Lei 9.475 de 22 de julho de 1997, foi a modificação do artigo 33, da LDB de 1996.

Neste, o Ensino Religioso foi apresentado como uma disciplina obrigatória que deveria fazer parte do currículo nas escolas públicas de Ensino Fundamental, bem como, foi recomendado que, ao se trabalhar com a disciplina, os proselitismos fossem vedados, apresentando ainda a ideia de um respeito à pluralidade cultural e religiosa do indivíduo e que o fenômeno religioso fosse investigado de forma científica e neutra. Mas o Ensino Religioso é uma disciplina atual? Em que momento surge sua adesão nas escolas e como isso impactou as questões que regulamentam seus conteúdos?

Para responder a estas questões faremos nas próximas páginas uma construção histórica da disciplina de Ensino Religioso no Brasil, que vai desde o período colonial até o período contemporâneo, conforme já destacado. Em relação ao período republicano, a pesquisa apresentará momentos distintos na história do Brasil, abordando aspectos da República Velha, o período da ditadura getulista e o interregno democrático de 1945 a 1964. E finaliza com a imposição vergonhosa pela ditadura militar, da disciplina de Educação Moral e Cívica em 1967, até a culminância atual de uma “concorrência” religiosa nas escolas públicas em pleno regime democrático.

1.2. Quando a colônia chega, a religião lhe acompanha

Ainda no início da colonização europeia, quando da chegada dos invasores ao

continente que foi por eles denominado de América, trouxeram, além das armas e ânsia de riquezas, a vontade de impor o seu modo de vida. Nessa imposição, a religião europeia ganhou importância fundamental e passou a exercer forte influência no novo território. Com o passar dos anos essa prática religiosa foi se fortalecendo e determinando o controle do modo de vida dos habitantes e, posteriormente, ganhou “status” de religião oficial.

Para compreendermos um pouco melhor esse processo, seria importante salientar que o Ensino Religioso não entrou na educação escolar de forma aleatória e despreziosa de ambições ou objetivos que visasse beneficiar determinados grupos sociais. Acerca disso, trazemos à tona a pesquisa realizada por alguns estudiosos, tais como José Ricardo Pires de Almeida (2000), Laerte Ramos de Carvalho (1990), Fátima Maria Neves (1993), Gislane Miotto Catolino Raymundo (1008), Mari Luiza Santos Ribeiro (1998), dentre outros.

Esse conjunto de estudiosos/as que trazem como contribuição uma contextualização mais profunda relativa aos jesuítas e suas práticas educativas colocadas sobre as populações indígenas, nos levam a refletir em que medida o Projeto Educacional ali expresso estava embasado em algumas características próprias da época. Esse conjunto de intelectuais somam o coro de que os jesuítas tiveram um papel fundamental numa espécie de congregação religiosa, na qual em termos políticos tais segmentos sociais tiveram a atribuição de impor e generalizar os princípios éticos e morais do período colonial. Em outras palavras, todas as nossas noções de valores e padrões de comportamentos na colônia brasileira são de cunho religioso e cristão. Para isso, os estudos mostram que nas narrativas educativas dos jesuítas eram bastante explícitos no tocante a uma suposta “perfeição humana” que regeria a colônia e as diferenças ali presentes, alcançada por intermédio da palavra de Deus, cuja vontade dos homens, teriam como rumo a prática da obediência, disciplina e passividade com o que lhes seriam “destinados”.

Além disso, Alexandre Shigunov Neto e Lizete Shizue Bomura Maciel (2008) destacam que o modelo educacional dos jesuítas, para além do seu princípio “civilizatório”, intencionava formar um modelo de homem suplantados pelos princípios escolásticos. Este a necessitava de uma base colonial que articulava de um lado, o que se compreendia como desenvolvimento social e produtivo e, do outro, uma estrutura social hierarquizada, colonialista, branca e masculina.

Portanto, os objetivos do projeto português para o Brasil era converter o indígena à fé católica tendo como instrumento a catequese e os conteúdos que ensinavam a ler, escrever e aprender a nova língua. Para isso, instituíram o tupi como um projeto de controle social, que refletiu a ação dos jesuítas no Brasil colonial, pois, além da conversão religiosa, tinham

propósito de aculturação. Agindo assim a imposição da cultura cristã e o uso da língua tupi serviu como ferramenta de controle e catequese. Assim, a língua, tupi não foi preservada pelos jesuítas para a cultura indígena, mas para facilitar a catequese e o domínio sobre os povos nativos. O uso da língua, que até então era oral, para criar a escrita foi um dos meios utilizados pelos jesuítas para se aproximar dos indígenas e, ao mesmo tempo, impor sua visão de mundo, conforme explica Jonh Monteiro (2019).

No período colonial, três pilares sustentavam a educação: a Escola, a Igreja e a Sociedade política/econômica. Período em que o modo de vida europeu era considerado excelente para a sociedade, pois era fundamentado na religião cristã. Nesse sentido, os ensinamentos cristãos baseavam ainda a educação como essencialmente um ensino religioso voltado para esse interesse. Esse foi o modelo de sociedade mantido durante o Império.

O catolicismo era a religião oficial e os Jesuítas no período colonial utilizaram-no em um projeto de formação de uma sociedade nacional, desde a criação das primeiras escolas, quando possuíam o propósito de formar sacerdotes, catequizar os indígenas e educar a Elite Colonial. Propósito iniciado em 1549, quando em companhia da expedição de Tomé de Souza, desembarcaram no Arraial do Pereira, na Bahia de Todos os Santos, com a missão evangelizadora de catequizar e instruir.

Concentrando os esforços em uma educação repousada em virtudes cristãs, baseada no ensino da Língua Portuguesa e outras Letras, educarem crianças indígenas, mestiças e filhos dos portugueses, fundamentada no acordo entre a Igreja e a Coroa Portuguesa. Isso, com um propósito de uma educação que não fosse essencialmente confessional. Porém, isso não aconteceu, pois a educação no controle dos religiosos transformou-se em um Ensino Religioso confessional.

A partir daí, a Educação passou a ser trabalhada como um ideal da classe dominante, ou seja, como um instrumento de controle dos escravizados indígenas e os negros, para pertencerem na fé cristã. Em relação à sociedade, a classe dominante com o auxílio da Igreja, controlaria o Estado, transformando a religião em ferramenta de dominação, passando a escola a ser um local de ensino da religião de Roma.

Posteriormente sem Portugal ter uma proposta de educação para a Colônia, em 1759, o Marquês de Pombal influenciado pelos ideais iluministas e com o propósito de modernizar a Educação no Brasil, expulsa os jesuítas e deixa o Brasil, por mais de dez anos sem um modelo educacional. Somente em 1772, a colônia dá os primeiros passos na criação de um sistema público de educação. Os livros e manuscritos que eram pelos jesuítas utilizados foram destruídos, a Religião deixou de ter papel preponderante nos currículos e os indígenas perderam espaço no sistema de ensino (Gazeta do

Posteriormente à essa reforma, ainda no período imperial, o catolicismo romano, como religião oficial, não permitia nenhuma alteração na estrutura social, ficando dessa maneira o Ensino Religioso acobertado e submetido aos interesses do Império, como um instrumento ideológico, mesmo após a reforma pombalina. A Igreja possuidora de um vasto patrimônio econômico e cultural, tinha os seus interesses na evangelização e trabalhava com a educação, mesmo sendo papel do Estado, transformou o Ensino Religioso também em instrumento de catequese.

Essa situação permaneceu durante todo o período colonial, influenciado que foi pelas monarquias ibéricas que eram católicas extremadas. Mesmo com a independência em 1822, esse panorama não se alterou e a religião católica foi elevada ao patamar de religião oficial do estado, através da constituição de 1824:

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior do Templo. Constituição do Império do Brazil de 1824.

Ficava claro que a Constituição estabelecia a continuação da religião católica apostólica romana como a religião do Império. Porém, todas as outras religiões seriam permitidas desde que o seu culto fosse doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma algum exterior de templo:

Cabe ressaltar que, em 1824, a *Constituição Política do Império do Brazil* declara o catolicismo como religião oficial do Estado, porém ignora e silencia sobre a questão da educação – talvez o tenha feito porque o Brasil ainda não era uma nação secularizada e pouca ou nenhuma importância havia em regulamentar o ensino catequético, que na prática já era uma realidade. (Milton Santos. 2016, p. 35).

Deixando latente o privilégio que o catolicismo adquiriu desde os primórdios da colonização e ao longo dos anos, situação que culminou em 1824, com a sua transformação (confirmação) em religião oficial do Estado brasileiro, tendo no subtítulo referências que o documento havia sido escrito em nome da Santíssima Trindade. Em formas que tudo seria permitido ao catolicismo.

A constituição oficializou de maneira contundente a ligação existente desde o período colonial, responsabilizando os constituintes em seus trabalhos com a Santíssima Trindade, como se devessem escrever em nome dessa tríade sagrada aos católicos. Tem mais, ainda

oficializou constitucionalmente os regimes de Padroado e Beneplácito como prerrogativas do imperador.

Com efeito, durante o regime do Padroado, a religião católica era componente curricular obrigatório em seminários e colégios confessionais, com destaque para a missão jesuítica, cujo propósito visava à cristianização e evangelização dos “gentios” e dos negros, em obediência aos acordos firmados entre o Sumo Pontífice e o monarca de Portugal (CASSEB, 2009).

Essas prerrogativas facultavam ao imperador o direito de escolher os religiosos que ocupariam os cargos eclesiásticos mais importantes (Padroado) e o direito de aprovar ou não as bulas papais, no território (Beneplácito). Além disso, ainda existia um compromisso em forma de juramento, que o herdeiro do trono imperial deveria fazer ao completar 14 anos:

Art. 106. O Herdeiro presumptivo, em completando quatorze annos de idade, prestará nas mãos do Presidente do Senado, reunidas as duas Camaras, o seguinte Juramento - Juro manter a Religião Catholica Apostolica Romana, observar a Constituição Política da Nação Brasileira, e ser obediente às Leis, e ao Imperador. Constituição do Imperio do Brazil de 1824 (Brazil. 1824).

Esses mecanismos constitucionais fortaleceram ainda mais a união Estado/Igreja durante o período imperial e foram determinantes para a legitimidade do Regime, impactando significativamente na cidadania e vida cotidiana dos brasileiros.

Cecchetti (2016) analisou as disputas de narrativas sobre a laicização do Ensino desde a década de 1860 e assim identificou as crescentes ideias e influências liberais e republicanos que refletiram no conteúdo curricular da época, uma vez que muitos dos homens públicos do Brasil estavam imersos, tanto na maçonaria, quanto no positivismo. Tais posicionamentos e ideologias desdobravam-se nos cenários políticos, uma vez que estes agentes propunham de um lado, o regime monárquico e de outro, a formação da Primeira República monárquico e de outro, a formação da Primeira República como uma prerrogativa de transformação, “desenvolvimento” e “progresso”.

Nesse cenário político ganha destaque Rui Barbosa e suas propostas de formação da cidadania brasileira. Para Machado (1999), este personagem teve grande influência histórica propondo um projeto de modernização que tinha como horizonte a laicização da educação, em meio a sua atenção à “instrução pública”. Para Rui Barbosa e suas referências em outros idiomas, culturas e formação de Estados Nacionais, a escola pública estava se consolidando como uma importante instituição de controle social e formação de identidade nacional, das quais seria a mesma gerida pelo estado e, logo, teria um papel importante nas reformas que abordaram a educação primária e secundária da corte, numa Reforma conhecida como Leôncio

de Carvalho.

É dentro deste cenário que Rui Barbosa se alicerçou para justificar a implementação de um tratado geral no ano de 1883, no qual instituiu princípios normativos, bem como os fundamentos gerais de didática, técnicas e métodos de estudos, formação e critérios da carreira docente, que envolvia, igualmente, os programas de ensino, horários e mobiliário escolar, além de sobretudo, o público a ser abordado. Longe de seguir o modelo francês de educação se embasou em outros países como Estado Unidos e a Inglaterra, nos quais defendiam o direito humano à independência da instrução, bem como liberdade da fundação de institutos de ensino, como uma maneira de inserir, difundir e padronizar os conhecimentos das ciências, das letras e das artes. Tanto é que pregou um ensino nacional e leigo, cujo ensino confessional seria concedido apenas aos interessados.

Um autor que nos ajuda a pensar sobre a influência do positivismo no Ensino Religioso no Brasil nesse período é Paim (1981). Para este autor, os positivistas questionaram, de maneira enfática, a impregnação das “crendices” na cultura brasileira e, por conta disso, buscavam em tais culturas adicionar suas aspirações pessoais e “mitológicas” na formulação dos dispositivos jurídicos do novo regime, imbuídos por muitas moralidades, pressupostos religiosos e de caráter popular, inferindo estes elementos nas mudanças dos costumes e mesmo das mentalidades. Paim acreditava em suas análises, que estas “crendices” teriam uma grande adesão na pretensa reforma social e educativa.

E mais, os positivistas não viam com bons olhos essa formulação jurídica, uma vez que suas prerrogativas estavam longe de alcançar a lógica do desenvolvimento da civilização ocidental, que tanto defendiam. Ainda mais se colocar na balança que essas culturas “populares” demarcavam uma diferença histórica em relação aos europeus que agora estavam em outro lugar, referindo-se a lei dos três estados que unia o teológico, o metafísico e o positivo.

Foi em virtude dessa compreensão contextual que os positivistas defendiam o estado laico na visão desse grupo, com a criação da República, o país iniciaria uma nova era que seria o Estado positivo, alicerçado pelo reinado da ciência e da técnica. Nesta ordem, e neste progresso, temas que constariam inclusive na nossa bandeira, a população entraria nessa fase de grande “desenvolvimento”, proliferado a partir do povoamento dos espaços, bem como a padronização das mentalidades e dos comportamentos desejados a partir da educação, na época chamada de “instrução”. Tal ordem, teria como base a ciência e a moral laica, produzindo uma reforma intelectual e racional, dos indivíduos em conformidade com o universo produtivo e industrial em grande expansão na formulação dos Estados Nacionais europeus.

Esse debate, que iniciou ainda no período Imperial, findou só com a formação da

Primeira República, através do Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890, quando o país tornou-se laico, a interferência de autoridades públicas em assuntos religiosos foram proibidas e a liberdade de culto foi garantida. Mas ainda assim, a Igreja católica exercia grande poder sobre o Estado Nacional, estabelecendo regras e costumes em praticamente todos os espaços sociais, inclusive na educação, determinando em algumas áreas os preceitos na forma que a educação deveria existir. Marcando assim um novo momento na educação no Brasil, pois a separação entre o Estado e Igreja, estabelecida pelo decreto, impulsionou a laicização da educação e a influência religiosa, que antes era predominante, passou a ser gradualmente reduzida nos currículos escolares.

Culminou, dessa maneira, em uma nova Organização Curricular, na qual a educação passou a ser vista como um instrumento de formação de cidadãos, diminuindo a influência religiosa, com foco em disciplinas como ciências, história e língua portuguesa. Essa nova organização ainda proporcionou um aumento da Oferta Educacional, com o surgimento e a criação de novas escolas públicas e privadas. Ampliando de certa maneira o acesso à educação, mas, ainda assim, a educação continuou sendo marcada por desigualdades regionais e sociais, com acesso limitado para muitos.

1.3 Entre o discurso e a realidade: o grande ideal do estado “laico”

Com a Proclamação da República em 1889, surge pela primeira vez a ideia de separação entre o Estado e a Igreja. Ainda que a Igreja católica tenha atuado fortemente em seu “projeto de catequização”, não conseguiu impedir que esse pensamento fosse contemplado na Constituição de 1891. Essa situação provocou um grande debate na sociedade letrada, pois pela primeira vez existia uma possibilidade real de exclusão do Ensino Religioso das escolas e a consolidação de um estado laico.

Fato acontecido, apesar das resistências da Igreja Católica, que ainda perdeu a exclusividade em realizar casamentos e de cultos, como também a posse dos cemitérios. Situação que possibilitou a todos, a liberdade para exercerem seus cultos, contando que não ofendessem a moral pública e nem as leis ou ferisse a liberdade de ninguém. E o que talvez tenha sido o mais significativo, foi que surgiu a determinação de um ensino laico nas escolas públicas, de acordo com a secção II, declaração dos direitos, art. 72, parágrafos: 3º ao 7º.

Art. 72. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes a liberdade, a segurança individual e à propriedade nos termos seguintes:
§ 3º. Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e

livre mente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito commum.

§ 4º. A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

§ 5º. Os cemiterios terão caracter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não offendam a moral pública e as leis.

§ 6º. Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos publicos.

§ 7º. Nenhum culto ou igreja gosará de subvenção official, nem terá relações de dependencia, ou alliança com o governo da união, ou o dos estados. (Aliomar Baleeiro, 2012, p.103).

Fato é que, após a Constituição Republicana de 1891, algumas dimensões da vida social foram separadas do domínio religioso. Foi instituído o casamento civil, a secularização dos cemitérios, decretou-se o fim da destinação de verbas a qualquer culto religioso, e a liberdade de culto era permitida, porém em local próprio e distante do ambiente escolar.

Assim, as mudanças foram contempladas e o catolicismo “deixa” de ser a religião oficial, assumindo o Estado sua condição de “neutralidade” em assuntos ligados à religião. Isso proporcionou ao Ensino Religioso a condição de só ser ministrado em escolas de cunho religioso, situação que perdurou até a década de 1930, fim da República Velha. Já com o novo governo, a Igreja católica exerceu grande pressão em busca privilégios perdidos, pois apresentou a ideia de uma disciplina de ensino religioso facultativa. Dessa maneira, podemos afirmar que o Ensino Religioso permaneceu predominantemente cristão católico até a década de 1930.

O novo governo querendo organizar o sistema educacional, cria através do Decreto Nº. 19.402/1930, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (Brasil, 1930), que seria responsável por gerir o estudo e o despacho dos assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar.

Ainda assim, mesmo com a criação de um ministério específico para cuidar da educação, não podemos nos esquecer que a Igreja Católica no Brasil ainda detinha uma parcela significativa de poder, durante toda a primeira república e lutava para recuperar a hegemonia perdida na política e na educação. Centrando seus esforços no retorno da religião como uma disciplina escolar obrigatória.

Esse objetivo foi alcançado legalmente com a Constituição de 1934, porém essa mudança foi gestada com a reforma de Francisco Campos (Decreto de 30 de abril de 1931), que oficializou essa ideia e a tornou real na Constituição de 1934, em seu artigo 153. Ficando determinado que a frequência nas aulas de Ensino Religioso seria facultativa e que a disciplina

só seria ofertada em horário normal nas escolas de todos os níveis, se houvesse manifestação favorável por parte dos pais ou responsáveis e os princípios religiosos dos estudantes fossem levados em consideração:

Art 153 - O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais (Brasil, 1931).

Ainda assim, os católicos não ficaram totalmente satisfeitos e reivindicavam que o Ensino Religioso nas escolas públicas deveria voltar a ser obrigatório e que a Igreja mantivesse um contato mais próximo com a população, situação que seria primordial para os seus objetivos. Por ser uma população de maioria católica, a Igreja Católica se sentia fortalecida em reivindicar a responsabilidade para dirigir a sociedade e formar os cidadãos brasileiros, em uma orientação cristã. Deixando claro ao governo federal que ele não poderia descartar a Igreja como uma parceira fundamental para a estrutura e manutenção do poder.

O governo Vargas percebeu a importância política dessa grande maioria e o que ela representava, atendeu em parte os seus anseios e estabeleceu o Ensino Religioso nas Escolas Públicas como facultativo, possibilitando aos pais a faculdade em decidir na hora da matrícula se os filhos fariam ou não a disciplina. A Igreja Católica considerava que o dever de uma verdadeira educação deveria ser da escola e dos pais. Agora, se a educação fosse efetivada nos princípios católicos, seria muito melhor, pois o futuro das crianças estaria garantido.

A parceria da Igreja católica com o Governo de Vargas foi tão significativa, que o nome de Deus foi inserido novamente na nova constituição de 1934, e o Ensino Religioso passou a ser matéria de oferta obrigatória nas escolas públicas em todos os níveis. Sendo essa uma das inúmeras solicitações das tantas que garantiram a parceria Estado/Igreja durante todo o regime varguista, em um propósito de poder católico mais abrangente:

Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa **confiança em Deus**, reunidos em Assembleias Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte (Brasil, 1934, **grifo meu**).

O Estado brasileiro, mesmo com a separação constitucional da Igreja, ainda manteve uma ligação significativa com a religião católica cristã europeia, embora existindo a propalada laicidade oficial. Portanto, a religião católica sempre exerceu forte influência nas regras e costumes da sociedade, ditando comportamentos em todos os espaços sociais inclusive na educação, prática que existiu e existe até os dias atuais.

O catolicismo participou ativamente na construção de uma sociedade nacional desde o período colonial, com a educação jesuítica, passando pelos períodos históricos subsequentes e atingindo a sociedade brasileira atual. Pode-se afirmar que essa influência tenha diminuído em alguns aspectos, porém, não se extinguiu totalmente. Às vezes acontece em atitudes de apagamento de outras manifestações religiosas e em outras, as atitudes são claras e determinantes.

O que fica evidente atualmente é a existência de uma forte influência da religião nos negócios do Estado, essencialmente por parte do Cristianismo católico. O catolicismo teve papel significativo historicamente, exerceu sua influência doutrinária em muitos espaços por muito tempo, em uma situação que ainda perdura na sociedade brasileira, porém agora em conjunto com outras “denominações” cristãs.

Posteriormente em 1946, com o restabelecimento da democracia, foi promulgada uma nova Constituição, que refletiu o processo de redemocratização por qual passava o país e instituiu a educação como um direito de todos. Enfatizou a importância da educação e estabeleceu que a educação deveria ser um dever do Estado. A educação teria como objetivo, proporcionar condições para o desenvolvimento pleno do indivíduo, ocasionando em consequência o progresso da sociedade. Assim foi possibilitada uma liberdade de oportunidades e o acesso “universal” à educação, porém, essa novidade alterou pouco a situação da disciplina de ensino religioso:

Art. 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

...

V - O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;

Em 1948, o Ministério de Educação apresentou o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que entrou em vigor em 1961, com a Lei 4.024. Normativa que apartou a Disciplina de Ensino Religioso dos capítulos específicos à Educação e a incluiu nas Disposições Gerais e Transitórias, ao final, copiando a determinação constitucional:

Art. 97. O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

§ 1º. A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos.

§ 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva (Brasil,1946).

Percebe-se que mesmo o país passando por um processo de redemocratização e a educação ser considerada um direito de todos, sendo elevada ao patamar de causa do

desenvolvimento dos indivíduos e gerar o crescimento da sociedade, o estabelecimento da primeira lei específica à educação, somente entrou em vigor em 1961. Importante salientar que o projeto dessa lei foi apresentado em 1948 e se perdeu nas gavetas do tempo até 1961. Portanto, ainda que a educação fosse legalmente um direito a todos, a realidade apresentada pelo país era outra.

E mais, observa-se que o texto do artigo da lei apresenta a mesma determinação constitucional e manteve dessa maneira a estrutura existente. Dessa maneira é importante que seja feita uma análise mais apurada do artigo e seus dois parágrafos. O caput informa que as aulas serão ministradas sem ônus, o primeiro parágrafo é referente ao número necessário de educandos para a formação de uma classe, que independia, para que a turma fosse montada, já o outro parágrafo estabeleceu que o registro dos professores seria realizado perante a autoridade religiosa respectiva.

O presente artigo expõe a realidade nacional e colabora para a manutenção da situação dominante católica em relação a disciplina de ensino religioso, situação que sugere alguns questionamentos: será que existiriam escolas nas quais professores trabalhariam sem receber uma remuneração? em qual escola existiriam estudantes que quisessem aulas de outra religião que não fosse o catolicismo? E quem faria o respectivo registro desses professores? Seriam eles escolhidos pela Igreja católica ou não? Será que os professores em suas aulas poderiam oferecer outra orientação religiosa?

Essas são questões fundamentais difíceis de responder, porém fundamentais para o entendimento da realidade nacional em relação ao Ensino Religioso. Pois mesmo que já fosse 1961, o estado laico pretendido desde 1891, mediante a constituição da República, ainda existia no país por parte da Igreja Católica. Isso refletia em uma enorme influência social e educacional. Deixando claro os mecanismos de “dominação” religiosa.

1.4 Ditadura e o contexto histórico do Ensino Religioso: quando a moralidade reina

Posteriormente, as duas leis federais a, Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional de 1969, impactaram fortemente a educação nacional. Ambas aliás foram elaboradas em um período “constrangedor” para a história, uma vez que o país sofria nas garras de uma Ditadura Militar (1964 a 1985). Esses governantes usurpadores, conhecedores da força que a educação possuía, organizaram mecanismos de controle sobre ela e especificamente em relação ao ensino religioso, mantiveram as referências existentes e determinaram que a disciplina ocuparia o horário normal das escolas públicas dos graus primário e médio:

Da sua parte, os ministros dos governos militares mantiveram o ER na Constituição Federal de 1967, estendendo-o para o 2º grau: “O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio”. 37 A Emenda Constitucional 1/1969 reforçou a redação do Artigo 176, que estabeleceu “o ensino como direito de todos, baseado em princípios como a unidade nacional, ideais de liberdade e solidariedade humana” (Constituição Federal de 1967), porém, “constituindo-se dos elementos da doutrina militar (unidade nacional), do liberalismo (liberdade) e da doutrina social da Igreja Católica (solidariedade)” (Albuquerque, 2004, p. 6).

Os golpistas, tendo o conhecimento da importância da educação, passaram a utilizá-la como um instrumento estratégico da conservação da ordem e manutenção do regime. Agindo assim, o regime implementou a Lei 5.540, a Reforma do Ensino Superior de 1968, a Lei 5.692 de 1971, que fixava as diretrizes para o ensino de Iº. e IIº. graus. Elas atendiam aos seus interesses e de seus apoiadores, os grandes grupos do setor privado educacional e a Igreja, que aguardavam ansiosos as definições das diretrizes educacionais.

Nesse viés, implantaram através do Decreto Nº. 869, de 12 de setembro de 1969, a disciplina: Educação Moral e Cívica-EMC. Alegando que essa disciplina trabalharia com ensinamentos apropriados a construção de um ser humano, que honrasse os valores democráticos, em meio a uma suposta inspiração de Deus e, este preservaria o espírito religioso. Nessa narrativa cristã, o catolicismo seria o modelo de educação e sociedade. Essa disciplina famigerada, tinha além desse propósito, efetivar aos poucos uma desqualificação das disciplinas da área de ciências humanas e sociais, como também o ensino religioso, que manteve a estrutura cristã e católica.

Não podemos afirmar que isso foi uma unanimidade, mas foi a realidade em grande parte das escolas públicas do país. Tendo acontecido uma preferência educacional pelas áreas de exatas e linguagens. As áreas das ciências humanas e sociais foram gradativamente sendo desprezadas. Já em relação ao ensino religioso, mesmo tendo diversificado em seus métodos por algumas vezes, a sua essência continuou sempre em um propósito de dominação cristã e católica, inicialmente de catequização e posteriormente de evangelização.

1.5 A redemocratização e a Constituição no Brasil: o ensino religioso e outras religiões

Em 1988, com a promulgação da Constituição, a predominância cristã na sociedade e nas escolas foi debatida em vários segmentos, ganhando espaço a ideia de uma participação social mais significativa das outras religiões, porém, nesses debates ainda prevaleciam a orientação religiosa cristã. As “forças religiosas” existentes e representadas no Congresso

Nacional, eram em sua maioria cristãs e como tal, opunham fortes resistências à ideia de um estado apartado da religião, ou seja, um Estado Laico. Permanecendo dessa maneira a religiosidade e o Ensino Religioso na composição da lei, definindo que a disciplina seria obrigatória no Ensino Fundamental, porém de matrícula facultativa e que não deveria apresentar um viés confessional.

Já com a edição da Lei Nº. 9.394/1996, modificada pela Lei 9.375/1997 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Brasil, 1996), a disciplina ganha outro enfoque e seus estudos ganham a compreensão do fenômeno religioso a partir da vida do estudante. Sendo o conhecimento vinculado a um objetivo de percepção dos fenômenos religiosos no cotidiano, para assim compreender o sentido da existência como ser humano e oferecer ainda aos estudantes possibilidades de entendimento de valores importantes para a sociedade e a construção da cidadania.

Esses temas movimentaram os debates no período constituinte, deixando transparecer que a religião ainda permanecia como um assunto delicado e interessava a muitos grupos políticos, essencialmente aqueles que defendiam os interesses religiosos. Após a promulgação da Constituição em 1988, ficou claro que a construção de um verdadeiro estado laico, não seria um trabalho fácil, pois existiam muitas resistências fortíssimas por parte da bancada constituinte, que defendia a permanência do Estado ainda atrelado à religião.

Em decorrência desses embates, foi aprovado na composição das leis normativas relacionadas à religiosidade e ao ensino religioso que trouxeram alguns avanços. Ficando definido que o ensino religioso seria ainda obrigatoriamente oferecido no ensino fundamental, porém com matrícula facultativa e sem o viés confessional nas escolas públicas. Possibilitando dessa maneira a valorização da laicidade no Estado Nacional, acompanhada de uma liberdade religiosa que nunca foi respeitada que existe de maneira controlada desde a Constituição Imperial de 1824:

Art. 5º. A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo (Brasil, 1824.).

Em 1988, a Constituição Federal oficializou a ideia da liberdade religiosa, possibilitando o surgimento de variadas correntes de maioria cristã e o surgimento de outras religiões. Partindo desse princípio todas poderiam existir sem perseguições, discriminações ou preconceitos e dessa forma, poderiam ser trabalhadas nos espaços de saberes das escolas públicas de Nível Fundamental:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,

garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (Brasil, 1988).

Isso não é pouco, pois anteriormente mesmo existindo a liberdade religiosa no país, a disciplina de Ensino Religioso ainda permanecia portadora de um caráter estritamente confessional, em uma realidade predominante em praticamente todo o Brasil. Atitude que estimulava ao seguimento de uma específica religião e desmerecimento das outras.

O que se torna evidente é que a relação entre o Estado e as religiões de matriz africana ainda são contraditórias. Pois, apesar do direito à liberdade religiosa ser garantido constitucionalmente no Brasil e o princípio da laicidade ser amplamente defendido. Ainda existem evidências da necessidade de uma convivência harmoniosa entre as diferentes crenças.

Dentro dessa realidade nacional, existiam e ainda existem algumas unidades de ensino que possuíam em seus quadros professores com pensamentos progressistas e assim “transgrediam” quando conseguiam, as orientações e trabalhavam os aspectos e características de outras religiões, nas disciplinas de História e Ensino Religioso. Tendo muitas vezes por isso, suas práticas dificultadas. Porém, já em outras unidades, os profissionais dificilmente desvinculavam-se do cristianismo e deixavam as duas disciplinas com um caráter cristão. Sendo o Ensino Religioso mais prejudicado nessa contenda, pois, por muitas vezes foi ministrado por sacerdotes ou religiosos, que em seus intuitos confessionais, descaracterizavam de maneira significativa a área de conhecimento.

Essa foi uma prática muito comum nas escolas públicas, fazendo com que elas optassem pelo ensino religioso semiconfessional, trabalhando os ensinamentos cristãos misturados com outros saberes. Justificando esse comportamento na dificuldade em arranjar professores capacitados e interessados em trabalhar com a disciplina, como também a falta de material específico. Nessas ocasiões as Unidades de Ensino, faziam uma descaracterização total da área de conhecimento, trabalhando com temas diversos do que deveriam.

Dessa maneira, para uma aplicabilidade correta nos ensinamentos da disciplina de ensino religioso, deve ser estudado em suas aulas a diversidade religiosa, a história das religiões. Sendo incluído nesses estudos as práticas e as contribuições de todas as religiões, possibilitando dessa forma, uma formação social plural e diversa. Em debates que priorizem o respeito a todas as manifestações religiosas, em um claro propósito de conhecimento e fortalecimento da liberdade religiosa de toda uma comunidade, inclusive dos que se declaram sem religião.

Ainda mais nesta época em que a sociedade de um modo geral, passa por tempos de recrudescimento do fundamentalismo religioso de diversas confissões em todo o mundo. Com repercussões significativas no Brasil, onde a intolerância legitima a violência e o terror contra os considerados inimigos de sua fé, em disputas insanas entre crenças, que possibilitam as mais intolerantes uma apropriação dos maiores espaços.

Dessa maneira, é possível afirmar que muitas escolas no Brasil, ainda se apresentam como um espaço extremamente contraditório em relação à pluralidade da vida. Pois, além de oferecerem currículos eurocêntricos, oferecem ainda materiais pedagógicos que reforçam visões estereotipadas. Os métodos de ensino e a convivência na unidade, ainda professam práticas com base no ocultamento de segmentos sem prevalência histórica de poder. E o que é pior, não são somente as escolas a fazerem isso, existem outros espaços públicos independentemente de sua natureza, que também refletem a mesma situação e mantêm dessa forma o racismo religioso vivente em várias esferas da sociedade.

Atualmente, existem normativas estabelecidas pelo Ministério de Educação e Cultura - MEC, que após um processo “mais ou menos” democrático discutiu e construiu as Bases para a Educação - Base Nacional Comum Curricular - BNCC, estabelecendo o que seria e deveria ser abordado nas disciplinas de todos os níveis da educação básica.

Inclusive no ensino religioso, que deveria apresentar um necessário enfoque plural e diversos, como base em pressupostos científicos e éticos, prevalecendo a ideia do sagrado de todas as “manifestações” religiosas, sem existir preferências por nenhuma, independentemente de sociedade ou cultura:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (Brasil, 1996).

Assim, no fortalecimento de uma sociedade diversa, a disciplina de Ensino Religioso

deve contemplar as diferentes culturas e sociedades, proporcionar a aprendizagem que principie o conhecimento em função da vivência do educando. Que ele possa identificar o direito à liberdade de crença, de consciência e as possibilidades da construção de valores com base em sua própria realidade, criando dessa maneira, sentidos próprios de vida e convivência em uma sociedade diversificada e participativa que ele ajudou a construir.

Possibilitando assim, a realidade de uma diversidade religiosa, que contenham saberes socializados e produzidos no âmbito das diferentes áreas do conhecimento, permitindo uma investigação das manifestações da religiosidade e dos fenômenos religiosos em diferentes culturas e sociedades, tomando sempre o cuidado de produzir uma abordagem que não privilegie nenhuma convicção ou crença e valorize as diversas culturas e tradições religiosas. Entendendo dessa maneira, a existência de religiosidades, com variados conhecimentos e alicerçados em histórias e tradições de sociedades que possuem fenômenos distintos e estruturantes, com ideais de divindades, sentidos e significados de vidas variadas, não somente a existência de uma religião.

Por isso, a interação, o diálogo e o intercâmbio entre as diferenças culturais, são fundamentais para o trabalho com a disciplina de Ensino Religioso, pois respeitam a História, crenças e favorecem o reconhecimento e o respeito às memórias e valores das diferentes culturas; constroem atitudes de consideração da diversidade religiosa. Nesse sentido, deve ser organizado o espaço escolar, como um espaço de experiências que possibilitem permanências e acolhimentos das identidades culturais e religiosas ancestrais em uma perspectiva dos direitos humanos e da cultura da paz.

Portanto, o Ministério da Educação em sua prática não conseguiu implementar uma política de ensino religioso, que substituísse o modelo Igreja-Estado, não construindo assim uma proposta sólida do ponto de vista da antropologia em uma dimensão humana que deveria ser desenvolvida como uma área de conhecimento que possuísse estatuto próprio.

Atualmente a disciplina faz parte do currículo da educação básica e é considerada importante para a formação integral do estudante, como as outras. Ainda é ofertada de maneira obrigatória por parte das escolas públicas, contudo, mantém-se facultativa a matrícula dos educandos. Dessa maneira a escola deve proporcionar os profissionais e o espaço físico para o desenvolvimento da disciplina. Todavia, o ensino religioso deve ser abordado de acordo com a proposta pedagógica da escola, não mais de acordo com a orientação religiosa dos estudantes (pais).

O Projeto Político-Pedagógico (PPP), documento construído pela comunidade escolar, normatiza as diretrizes, a identidade e as ações educativas da escola, constituindo-se, portanto,

em um guia para as práticas pedagógicas, a missão, os valores e a filosofia institucionais. Deve estar alinhado ao sistema de ensino ao qual a unidade pertence, bem como à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) e às diretrizes curriculares estabelecidas por esse sistema. Dessa maneira, a proposta religiosa é trabalhada no âmbito das aulas das unidades escolares, sendo vedado aos professores professarem sua fé, o que possibilita um amplo trabalho voltado à diversidade religiosa.

Nessa perspectiva, a religião umbanda se manifesta, dentro de uma abordagem plural (que deve ser), proporcionada à disciplina de Ensino Religioso, pois é uma religião em sua essência e ainda manifestamente brasileira, formada com a união de elementos de variadas religiões e particularidades religiosas e culturais indígenas e africanas. Assim, a umbanda deve ser respeitada e entendida como uma religião que faz parte da diversidade nacional e que pode ser praticada por qualquer indivíduo e divulgada em qualquer espaço. O seu reconhecimento e acolhimento em relação às suas práticas religiosas e diversas, deve ser considerado como o primeiro passo para a desconstrução de atitudes racistas que fomentam a sociedade brasileira e promove a intolerância também em relação à religiosidade.

Isso tem uma importância significativa, por ser o Brasil um país oficialmente laico, como já citado, que não pode e nunca poderia apresentar parcialidade em assuntos religiosos, devendo sim, respeitar e permitir todas as manifestações de fé e crença; entendendo assim as práticas religiosas como individualidades culturais de todos os povos. É nesse sentido que a disciplina deve ser trabalhada, possibilitando assim uma visão harmônica sobre o mundo, onde exista a convivência respeitosa entre todos os indivíduos e entre os grupos humanos com costumes religiosos diversos, provendo dessa maneira o conhecimento e a compreensão de todas as religiões existentes na sociedade.

O trabalho com as religiões afro-brasileiras e de matriz africana torna-se, portanto, significativo. Entre essas manifestações, destaca-se, de maneira essencial, a abordagem da religião umbanda nas aulas de Ensino Religioso, possibilitando, nesses momentos, a compreensão da umbanda em suas diversas características, sem preconceitos, deixando claro que se trata de uma religião essencialmente brasileira e que, enquanto tal, merece o devido reconhecimento. Deve-se ainda trabalhar, de forma clara e concisa, a desconstrução da ideia dominante, há muito estabelecida na sociedade, de que essa prática religiosa estaria associada à maldade, tornando evidente que tal concepção de maldade e de desejo para o mal lhe foi injusta e preconceituosamente imposta, ao longo do tempo, pela sociedade branca e dominante, por meio de práticas estruturadas de racismo.

Como bem apresentado por Lucas Café em “Racismo, Colonialismo e Descolonização

Curricular: Caminhos da Implementação da Lei 10.639/03 e da Educação Antirracista no IFMT” (2023), que dialogando com Munanga e Gomes, em “O negro no Brasil de hoje”(2016), afirmou:

que o Brasil foi constituído e edificado a partir do encontro de diversas culturas e civilizações. Apesar da diversidade comprovada existente no país, de acordo com a dupla, por muito tempo, existiu por iniciativa do próprio Estado brasileiro e também de seus principais intelectuais, um esforço para que se negasse ou ocultasse a contribuição das populações negras para a construção do país (Café, 2023).

Nesse esforço, o pensamento dominador e elitista não fez diferente com a religião umbanda, considerada que foi como uma manifestação do mal, ligada aos negros e por isso, historicamente discriminada. Daí a importância de uma desconstrução efetiva e urgente na comunidade escolar que possa atingir a sociedade e proporcionar o entendimento de a que a umbanda, além de ser uma religião, ainda apresenta contribuições de variadas religiões, sendo predominante nessa mistura, elementos africanos e indígenas e que seus cultos não são manifestações de maldades, mas sim, manifestações espirituais que “chegam” a Deus, através dos orixás e espíritos desencarnados.

A palavra que denomina a religião é derivada de “u’mbana”, que em Quimbundo (ramificação da língua Banta), falada essencialmente em Angola, significa “curandeiro” e “sacerdote” e segundo o Caboclo das Sete Encruzilhadas (entidade mensageira responsável pela definição das bases da religião), **A Umbanda é a manifestação do espírito para a caridade**; sendo monoteísta em sua prática, tendo abaixo do Deus único, os orixás e as entidades ou guias protetores que representam os espíritos ancestrais, que nas senzalas, quando lhes eram permitidos, faziam através de danças e cantorias a louvação aos Deuses e incorporavam os espíritos (Bezerra, *s.d.*, **grifo meu**).

A umbanda existe há muito tempo e por isso deve ser respeitada, faz parte de uma parcela importantíssima da cultura nacional e essa é a realidade que deve ser buscada e construída, pois dessa forma, será dado um passo importante no respeito à diversidade.

Por isso o debate nas escolas é fundamental e a disciplina de Ensino Religioso tem a importância necessária para a efetivação dessa proposta, que poderá ocasionar outros debates salutarres dentro da unidade escolar, como por exemplo, a descolonização do currículo, tornando-o abrangente e receptivo a imprescindível diversidade cultural, pois por sua natureza o currículo nunca pode ser neutro, mas sim, resultado de debates e disputas, que nos espaços escolares, representam o que de mais vivo existe na sociedade.

O professor Lucas Café (2023) destacou que a descolonização do currículo formal prescritivo, assim como do currículo social prático. Se não desconstruir as práticas

eurocênicas, será muito difícil a implementação da Lei 10.639/03 e desenvolver uma educação plural, diversa e inclusiva que respeite a diferença africana e afro-brasileira.

A inclusão e um efetivo trabalho com as religiões afro-brasileiras e de Matriz Africana, especificamente com umbanda nas unidades escolares e na disciplina de Ensino religioso, seria desenvolver uma educação plural e inclusiva, e, dar voz a comunidade historicamente discriminadas não só na sociedade, mas também, na participação, construção e execução de um projeto educacional.

O currículo formal tradicional prescritivo não é fruto do progresso da evolução humana e de suas sociedades, mas sim, de um projeto de dominação e de exploração das populações marginalizadas. A equidade racial na educação só será alcançada quando os currículos formais prescritivos e os currículos sociais práticos estiverem suleados por epistemologias que ofereçam outros caminhos possíveis para o mundo (Café, 2023).

A edição da Lei 10.639/2003, que é específica ao ensino da história e cultura afro-brasileira foi uma significativa vitória do movimento negro na luta pelo reconhecimento de sua cultura e tradição, elaborada em um momento sequencial de redemocratização do país, que vinha da posse de um presidente oriundo da classe trabalhadora, com um governo voltado às aspirações sociais mais urgentes.

O próprio Ministério da Educação – MEC, tinha na liderança um professor progressista que foi fundamental na implantação das novas políticas educacionais. Situação que trouxe variadas possibilidades aos que permanentemente foram excluídos durante anos da vida do país. Foi um momento de valorização dos diferentes segmentos sociais, entre os quais, os povos Afro-brasileiros e Africanos, que conquistaram os espaços de discussão e fortaleceram a implantação da lei.

Sendo uma contribuição fundamental a LDB, a qual teve dois artigos alterados, marcando um início, ainda que tímido, de um processo de descolonização curricular:

- Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
- § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
 - § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras."Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (Brasil, 1996).

A Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), pode ser considerada como mais uma etapa na

construção de uma sociedade verdadeiramente antirracista e contou com contribuição significativa a ação do movimento negro brasileiro. Pois foi criada no período em que foi muito debatido a ideia da igualdade racial e democracia racial.

A criação dessa lei ocorreu através de vários caminhos, porém, vamos elencar somente alguns, por considerá-los mais significativos: a criação da Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial (Seppir), em 2003, que possuía o status de ministério. Foi extinta em 2015, como órgão de assessoramento direto da Presidência da República, passando após essa data a ser uma secretaria especial do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

Nesse propósito, ainda em 2003, foi instituída através do Decreto 4.886 (Brasil, 2003), a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR, que tinha o objetivo de reduzir as desigualdades raciais no Brasil, mediante a realização de ações afirmativas. Tendo caráter de urgência às demandas mais imediatas, especificamente as relacionadas à população afro-brasileira e africana.

A promulgação dessas leis propõe novos caminhos ao estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Sendo importante que sejam valorizadas e consideradas fundamentais para a sociedade nacional. Em práticas que valorizem os saberes dos intelectuais negros brasileiros.

Podemos afirmar que uma grande contribuição para a luta antirracista foi a promulgação das Leis: Lei Nº. 9.494/1996, que alterou os artigos 1º. e 20, da Lei Nº. 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor), bem como, a edição da Lei 9.475/1997, que deu nova redação ao art. 33 da Lei Nº. 9.394/1996, LDB, e ainda acrescentou o parágrafo no art. 140 do Decreto-lei e 2.848, de 7 de dezembro de 1940:

Art. 1º. Os artigos 1º. e 20 da Lei Nº. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Art. 2º O art. 140 do Código Penal fica acrescido do seguinte parágrafo:

Art. 140...

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem:

Pena: reclusão de um a três anos e multa (Brasil, 1996).

A edição das leis, representam oportunidades importantes na defesa da diversidade religiosa e do combate à intolerância e ao racismo. Porém sabemos que somente a edição não

faz a transformação necessária; precisa acontecer o conhecimento e o debate em todas as esferas sobre a aplicabilidade dessas leis, pois nas estruturas sociais existe ainda muito descaso em práticas propositais de racismo que permeiam também nas unidades escolares pelo Brasil.

Apesar da existência de dados oficiais que comprovam a maioria negra na população nacional, a educação que aprendemos nas escolas foi, e ainda é baseada na perspectiva eurocêntrica/branca. Dessa maneira, as escolas não ensinam as histórias dos povos que formaram a maior parcela populacional do país, pois o olhar branco sempre foi dominador e determinante.

Para Denise Góes, superintendente de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Lei nº 10.639/2003, é muito significativa e fundamental, pois valoriza o legado africano na sociedade brasileira contribuindo para o autoconhecimento da população. Ainda ela destacou que a lei propicia a reconstrução da imagem da população negra tão dizimada por conta do período da escravização colonial.

Daí vem a importância da construção ampliada de uma nova ideia de sociedade que possa estabelecer uma agenda de ensino com uma aprendizagem plural, que eleve a autonomia e permita a valorização da ancestralidade do educando e de seu mundo, considerando seus conhecimentos como fundamentais em sua formação e que valorizem a sua identidade e promovam a cidadania.

Essa construção, deve aquilatar a escola, como uma unidade que tenha forte vínculo com a justiça social e mantenha uma luta constante contra as desigualdades de qualquer natureza. Devendo essa prática perpassar por todos os envolvidos na comunidade escolar e em todos os momentos, para que se torne hábito e luta constante contra a discriminação, segregação e racismo. Promovendo assim, amplos momentos de discussão que possam reduzir os conflitos e possibilite em todas as disciplinas e especificamente em relação ao Ensino Religioso uma convivência salutar entre os saberes que valorizem o diálogo e a compreensão.

Nilma Lino Gomes (2015), em seu artigo “Educação e relações raciais”, afirmou que para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares e a realidade social, bem como diversidade étnico-cultural é preciso que os educadores tenham a compreensão que o processo educacional é formado por dimensões como a ética, diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. Ainda assim, é fundamental a discussão teórica e conceitual sobre a questão racial esteja acompanhada da adoção de práticas concretas.

Assim, é necessário que a educação busque a multiculturalidade, almejando uma convivência pacífica e harmoniosa entre grupos diversos em uma comunidade escolar. Tendo

significativa e vital importância nessa “construção”, a identificação das condições que possibilitem o reconhecimento das diferenças e que elas sejam “integradas” em um processo que não anule as suas individualidades.

Reconhecendo assim o direito de expressão das culturas historicamente descartadas, efetivando dessa maneira uma verdadeira democratização da sociedade. Aumentando o mosaico cultural e projetando uma legítima identidade nacional, que acolha as diferentes expressões e ressignifique o projeto político social e o projeto político pedagógico das unidades de ensino.

Dessa maneira, o conhecimento ancestral dos afro-brasileiros, africanos e seus descendentes foi e deve ser considerado como parte importante na construção, formação e identidade do povo brasileiro, sendo a sua omissão em um processo educacional um expressivo silenciamento cultural e esquecimento de tradições enraizadas historicamente.

Daí a importância de reafirmar o pensamento nas unidades escolares da existência de um ensino religioso que mantenha propósitos à tolerância e a interação, como uma prática habitual. Não somente como um espaço de promoção de valores de uma determinada corrente religiosa.

A disseminação de protótipos comportamentais que possam estabelecer padrões às vidas dos educandos nunca deve ser o foco, mas sim, a possibilidade de um amplo debate sobre a ideia do sagrado, crenças e valores, de todas as correntes religiosas. Possibilitando assim a construção de uma mentalidade educacional verdadeiramente pública, laica e que a escola seja transformada em um espaço constitutivo e expressivo de um mundo de identidades diversas integrantes de uma comunidade.

Nessa ideia é que deve ser inserida a umbanda enquanto uma religião afro-brasileira, detentora de crenças e história própria. Detentora de individualidade e que possa mobilizar de maneira enriquecedora a comunidade escolar, proporcionar debates fundamentais sobre princípios, valores e tolerância, além de colocar em paralelo as diferentes cosmologias que povoam as crenças populares.

Proporcionando ainda, o entendimento que existem particularidades em uma tradição formativa de grande parcela da população brasileira, que pode ser transformada em uma pedagogia viva e significativa dentro do “mosaico religioso” brasileiro. Permitindo desse modo, a ampliação de saberes aos educandos e possibilidades do reconhecimento das diferenças e o enfrentamento das intolerâncias. Entendendo dessa maneira, a umbanda, como religião legítima e brasileira, com cosmologia diversa e instigante.

Adequando ao universo escolar a ampliação do respeito e da tolerância às diferenças, implicando em uma nova concepção moral da vida e possibilidades do exercício da fraternidade em uma sociedade verdadeiramente plural e livre de preconceitos.

Se observarmos os dados do IBGE, “Em 150 anos de recenseamento de religião, muita coisa mudou no país e na sociedade como um todo”, comenta a analista responsável pelo tema, Maria Goreth Santos, referindo-se ao primeiro Censo. “Em 1872, o recenseador deveria assinalar cada pessoa como ‘cathólico’ ou ‘acathólico’, conforme grafia da época; não havia outra opção de religiosidade”, explica Maria Goreth. “Além disso, a população escravizada era toda contada como católica, seguindo a declaração do senhor da casa”.

Atualmente as informações já contemplam outros grupos e subgrupos, “As transformações sociais têm resultado em modificações na metodologia do Censo ao longo de todas essas décadas. Códigos, banco descritor, estrutura classificatória e incorporação de novas declarações religiosas foram sendo necessários para retratar a diversidade religiosa no Brasil da forma mais fidedigna possível”, afirma Maria Goreth.

O catolicismo foi a religião predominante em todas as grandes regiões do país, tendo sua maior concentração no Nordeste (63,9%), seguido da Região Sul (62,4%), e a menor proporção na Região Norte (50,5%). Já os evangélicos variam entre 36,8%, na Região Norte, e 22,5%, no Nordeste. A maior proporção dos que se declaram espíritas está na Região Sudeste, com 2,7%; para umbandistas e candomblecistas, nas regiões Sul (1,6%) e Sudeste (1,4%). Os que se declararam sem religião estão mais presentes na Região Sudeste, com 10,5 %, onde também é mais alta a proporção de outras religiosidades (4,9%) (IBGE. 2022).

2. ORIGENS AFRICANAS DA UMBANDA

2.1 Origens da Umbanda – do Calundu à Cabula.

Podemos dizer que a umbanda seria uma religião afro-brasileira que se “formou ao longo dos anos”, com inúmeras contribuições de manifestações religiosas afro-brasileiras e indígenas. Desde a chegada dos primeiros escravizados africanos com suas crenças e princípios, uniram conhecimentos com os indígenas e com o passar dos anos formaram uma união de conhecimentos e práticas ancestrais religiosas, proporcionando assim o desenvolvimento da religiosidade desde 1680.

Alguns estudiosos acreditam que a umbanda, tal como a conhecemos hoje, deriva de um extinto culto afro-brasileiro chamado cabula, cujos vestígios são encontrados em certas práticas religiosas do Sudeste, como, por exemplo, a “macumba” carioca (Concone, 1987)¹. Mary Karasch, historiadora citada por Ferretti (2001:26), propõe que está se baseia, em parte, nas religiões curativas de Angola, região de onde saíram inúmeros cativos destinados ao Brasil. (Santos, 2016, p.15).

Essa mistura de contribuições indígenas e africanas variadas e significativas, possibilitou uma construção fundamental para a religiosidade afro-brasileira, mas que ficou à margem da sociedade por muitos anos e mesmo assim sobreviveu. Dando origem posteriormente às variadas religiões afro-brasileiras e de matriz africana, dentre as quais, a Umbanda e o Candomblé, que trazem entre seus ensinamentos fortes influências dessa história.

Um dos ingredientes dessa mistura foi o Calundu¹, que possuem registros de ser manifestação religiosa desde o século XVII em práticas realizadas pelos escravizados de origem Bantu em momentos de descanso nas senzalas. Em suas práticas, os escravizados misturavam as suas crenças com a crença europeia, utilizando por muitas vezes as imagens dos santos católicos, em um propósito importante para evitar a perseguição.

Os conhecimentos sobre a existência desses saberes no Brasil, vivem desde o século XVII, mas pouco se sabe sobre eles, sabe-se muito menos sobre os seus devotos e líderes. Pois os registros que resistiram são de autoria duvidosa, foram em sua maioria feitos pelos que perseguiam essas manifestações, tornando assim as informações sobre a maioria das religiões

¹ A palavra Kalundu é africana de origem Bantu e era usada para identificar de maneira pejorativa qualquer manifestação e práticas africanas relacionadas a danças e cantos coletivos, que eram acompanhadas por instrumentos de percussão, nas quais ocorria a invocação e incorporação de espíritos e a adivinhação e curas por meio de rituais de magia. (fonte: <https://candomblenacaoangola/povo-bantu>).

afro-brasileiras e de matriz africana incompletas e distorcidas:

Calundu também, poderia ser a denominação dada aos espíritos ou entes que incorporavam o corpo de alguém, mergulhando-o em um transe, nesse momento o incorporado alternava o seu comportamento entre tristeza e nostalgia, ficando as vezes, também jururu ou aborrecido. Nesse momento os médiuns, em transe viajavam até a África, em busca das respostas as questões que lhe os devotos lhes traziam. Mais tarde esse comportamento deu origem a expressão utilizada às pessoas que estavam aparentemente possuídas pelos espíritos ou entes que compareciam (baixavam) nas Cerimônias. (Marcus, [ca. 2000])

Os registros que sobreviveram não são exclusivos ao Calundu, mas também a outros cultos afro-brasileiros e africanos, existindo manifestações em regiões do atual estado de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. As manifestações do Calundu aconteciam em casas conhecidas como Casa de Calundu, sendo que cada qual possuía a sua individualidade.

Os cultos possuíam objetos variados, pois também praticavam a crença católica, outras crenças Banto-africanas, crenças indígenas e crenças europeias. Nas manifestações existia a figura do Pai de Santo, que era o médium e podia também ser chamado de feiticeiro, que em transe era possuído por entidades sobrenaturais. Algumas vezes o médium desmaiava por alguns minutos e quando recobrava os sentidos, fazia o atendimento, respondendo aos questionamentos.

As dificuldades dos escravizados em suas práticas eram enormes em uma sociedade escravocrata, que por sua natureza condenava e perseguia qualquer manifestação religiosa que tivesse influência africana, sendo por muitas vezes proibidas, mas a resistência dos africanos mantinha as manifestações religiosas de forma escondida. Alguns senhores observando a luta que os escravizados mantinham para a prática do

Os conhecimentos sobre a existência desses saberes no Brasil, vivem desde o século XVII, mas pouco se sabe sobre eles, sabe-se muito menos sobre os seus devotos e líderes. Pois os registros que resistiram são de autoria duvidosa, foram em sua maioria feitos pelos que perseguiram essas manifestações, tornando assim as informações sobre a maioria das religiões afro-brasileiras e de matriz africana incompletas e distorcidas:

Calundu também, poderia ser a denominação dada aos espíritos ou entes que incorporavam o corpo de alguém, mergulhando-o em um transe, nesse momento o incorporado alternava o seu comportamento entre tristeza e nostalgia, ficando as vezes, também jururu ou aborrecido. Nesse momento os médiuns, em transe viajavam até a África, em busca das respostas as questões que lhe os devotos lhes traziam. Mais tarde esse comportamento deu origem a expressão utilizada às pessoas que estavam aparentemente possuídas pelos espíritos ou entes que compareciam (baixavam) nas Cerimônias. (Marcus,

[ca. 2000])

Os registros que sobreviveram não são exclusivos ao Calundu, mas também a outros cultos afro-brasileiros e africanos, existindo manifestações em regiões do atual estado de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. As manifestações do Calundu aconteciam em casas conhecidas como Casa de Calundu, sendo que cada qual possuía a sua individualidade.

Os cultos possuíam objetos variados, pois também praticavam a crença católica, outras crenças Banto-africanas, crenças indígenas e crenças europeias. Nas manifestações existia a figura do Pai de Santo, que era o médium e podia também ser chamado de feiticeiro, que em transe era possuído por entidades sobrenaturais. Algumas vezes o médium desmaiava por alguns minutos e quando recobrava os sentidos, fazia o atendimento, respondendo aos questionamentos.

As dificuldades dos escravizados em suas práticas eram enormes em uma sociedade escravocrata, que por sua natureza condenava e perseguia qualquer manifestação religiosa que tivesse influência africana, sendo por muitas vezes proibidas, mas a resistência dos africanos mantinha as manifestações religiosas de forma escondida. Alguns senhores observando a luta que os escravizados mantinham para a prática do Calundu, passaram a tolerar a sua prática, mesmo sendo elas publicamente difamadas como ligadas à magia e a incorporação de espíritos que eram condenados pela sociedade.

As perseguições eram violentas e apoiadas pela Igreja católica que definiu as manifestações religiosas como feitiçaria, incitando a população à violência e intolerância religiosa, mesmo a Constituição Brasileira de 1824, ter permitido uma certa “liberdade” religiosa. Em 1830, a repressão aumentou e foi transformada em lei. O Código Penal definiu que qualquer reunião de negros, independentemente de sua natureza, deveria ser reprimida, pois temiam que essas reuniões fossem prenúncio de revoltas.

Porém, por volta do fim do século XVIII, ainda não se sabe os motivos, as práticas do Calundu foram diminuindo e o seu sentido como religião foi se perdendo. Passando a expressão a ser utilizada pelas escravas concubinas² em sentido pejorativo, designando as alterações de humor de mulheres solteiras e crianças. Atualmente em alguns lugares do interior das regiões sudeste e nordeste a expressão ainda é utilizada dessa maneira pejorativa.

Posteriormente após o “enfraquecimento” do Calundu, aconteceu uma divisão entre os praticantes, surgindo posteriormente por um lado a Cabula que sincretizou as crenças africanas do Calundu com práticas católicas e com a Pajelança Indígena. Em uma prática sincrética muito comum no Calundu, já pelo outro lado, surge o Candomblé Banto ou Angola,

que passou a possuir rituais diferentes e mais elaborados. Os rituais do Candomblé passaram a preservar os elementos ritualísticos africanos de seus locais de origem e por temerem perseguições, os seus praticantes promoveram uma sincretização com algumas práticas do catolicismo.

2.2 Cabula

O primeiro bispo do Espírito Santo, Dom João Batista Corrêa Nery, foi quem inicialmente descreveu a cerimônia da “Cabula” como um culto praticado por negros no interior do estado. Em anotações realizadas em 1901, o bispo caracterizou seus rituais como uma “misteriosa cerimônia”.

Nos seus escritos ele relata algumas semelhanças entre o culto celebrado ali e um outro que era realizado no Rio de Janeiro, denominado de Macumba:

três freguesias largamente minadas por uma seita misteriosa” que, despertando-lhe a curiosidade, empreendeu então uma investigação onde apurou — pelo depoimento de pessoas de todas as camadas sociais, e durante o espaço de quinze dias — que os participantes ou aqueles que da seita tenham se afastado, teriam de manter em segredo suas práticas sob pena de morte por envenenamento (Nery, 1901).

Os escritos do Bispo, o levaram a conclusão de que aqueles rituais secretos praticados pelos negros, existiam na região já há alguns anos e só tiveram uma maior divulgação após a Lei do 13 de maio de 1888 e contavam com muitos seguidores não negros. Os seguidores dessas práticas ficaram conhecidos por um termo muito usado na macumba carioca: Cafiotto, (adepto da macumba; frequentador de macumba; macumbeiro):

Quase secreta, o trabalho mais antigo e ao mesmo tempo o único registro de caráter etnográfico sobre um ritual cabuleiro de que se tem conhecimento é o do bispo católico Dom João Batista Corrêa Nery, resgatado e publicado na primeira metade do século XX pelo médico eugenista maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1933/2010). Como representante oficial oitocentista da Igreja Católica, o objetivo de D. Nery não era enaltecer o ritual observado, mas documentá-lo como manifestação religiosa popular, “estranha”, “prejudicial”, uma “tremenda anomalia”, “charlatanismo”, “atrasada e africana”, que existia em sua paróquia. Nina Rodrigues (1933/2010), por sua vez, a partir do relato, interpreta a Cabula como uma “instituição religiosa africana sob vestes católicas” (Nina Rodrigues, 1933/2010, p. 281 apud Dantas; Nogueira, 2017).

A descrição da Cabula se assemelha a rituais voltados para caboclos, praticantes da umbanda ou juremeiros, realizados em ambiente natural com iniciação de participantes.

Conforme Marques (2017), sua estrutura é próxima à Umbanda e às tradições angoleiras, mas apresenta características próprias destacadas pelo bispo.

Segundo o teólogo e padre Valdeli Carvalho da Costa (1987), que fez um extenso trabalho de análise do ritual descrito por D. Nery, bem como teve acesso privilegiado a outros textos com referências sobre a Cabula, havia nesta também a incorporação de pretos-velhos, pombajiras e exus (os mesmos que hoje em dia frequentam terreiros de Umbanda e Quimbanda). Estas eram combinadas com a invocação e eventual incorporação de “baculos” (Costa, 1987; Lopes, 2015).

Essas informações contribuíram para a associação entre a origem da Umbanda e esses antigos rituais, que em muitos lugares eram denominados popularmente como Macumba, que teve sua origem no Rio de Janeiro e foi conhecida como macumba popular. Mas, as particularidades da Macumba traziam algumas diferenças em relação aos rituais da Cabula, como elementos religiosos existentes e contribuições de ritos populares, em uma prática agregacionista de variadas concepções religiosas.

Esse “ajuntamento” possibilitou a variadas pessoas independentemente de suas origens e religiões, a frequência aos centros, conforme escreveu o jornalista João do Rio:

A mistura na Macumba não estava presente somente nos mitos, ritos e doutrinas, mas também, estava no campo social que era totalmente heterogêneo. Frequentavam seus cultos pessoas de diversos níveis da sociedade, misturando-se no mesmo espaço, grandes empresários, altos funcionários do governo, delegados e policiais, com simples operários, favelados, ladrões, bandidos, assassinos, malandros gigolôs e homossexuais. Senhoras e moças brancas da alta sociedade com as domésticas pretas e as prostitutas (João do Rio, 2006).

Posteriormente dessa Macumba, surgiram dois ramos importantes, sendo um ligado ao espiritismo Kardecista, que retira dos rituais os elementos de origem africana, essencialmente os Banto e Iorubás, como o uso de atabaques e sacrifícios de animais, passando a ser chamada em função dessa mudança, de Umbanda Branca e Demanda, que mais tarde foi absorvida pelo espírito Zélio. Já o outro ramo continuou em seu percurso normal, sem mudanças significativas aos seus rituais, mantendo os costumes e por isso, passou a ser marginalizado pelas classes média e alta.

Zélio Fernandino de Moraes, em 1908, no Rio de Janeiro, aproveita-se dessa divisão, executa algumas alterações nos rituais dos terreiros e organiza uma mudança fundamental, promovendo o surgimento da umbanda como uma religião organizada. Tendo sido a primeira Tenda fundada: Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade.

Posteriormente a religião passou a ser denominada como umbanda branca e demanda,

fundamentada pelo Caboclo das Sete Encruzilhadas, por Pai Antônio e Orixá Malê, que se manifestaram através do agora médium Zélio.

2.3 Criação da religião Umbanda

A Umbanda é uma religião brasileira, que sintetiza vários elementos das religiões africanas e cristãs, porém sem ser definida por eles. Formada no início do século XX no sudeste do Brasil, a partir da síntese com movimentos religiosos como o Candomblé, o Catolicismo e o Espiritismo. Tal religião surgiu oficialmente no Brasil no dia 15 de novembro de 1908, no Rio de Janeiro, a partir do encontro entre o médium Zélio Fernandino de Moraes e o espírito Caboclo das Sete Encruzilhadas (Ortiz, 1999).

Como religião ela sintetiza elementos de religiões africanas, cristãs e indígenas, como o Candomblé, o Catolicismo e o Espiritismo. A palavra “umbanda” ou “embanda” vem da língua quimbunda de Angola e significa “magia” ou “arte de curar”. É uma religião que não apresenta um livro sagrado ou possui um colégio de sacerdotes, não existe também uma padronização em seus rituais, cada terreiro faz suas práticas de acordo com sua interpretação. Desde 2016, a Umbanda é considerada patrimônio imaterial do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH).

2.4 O branqueamento da Umbanda

A história da população negra no Brasil, desde a diáspora, deixa evidenciar a existência do preconceito e da discriminação religiosa, em atitudes e comportamentos que foram construídos historicamente pela sociedade dominante através de mecanismos que justificavam não só essas práticas, mas também foi fortalecida pela escravidão. Constituíram controles e cercamentos em um claro propósito de impedir a organização e o desenvolvimento da população negra e da sua história.

Entre esses propósitos bloqueadores, existiram ataques quase que permanentes a tudo que fosse relacionado e oriundo do continente africano, dentre os quais, as manifestações religiosas não poderiam ser excluídas. Dessa forma, as religiões africanas desde as suas chegadas ao Brasil, foram fortemente discriminadas e por muitas vezes impedidas de sequer existirem. Foram edificados mecanismos de esquecimentos desde o período colonial em um claro propósito de apagamento cultural e histórico.

Um conceito que foi bastante difundido nesse objetivo de apagamento foi o da democracia racial, que foi construído como se existisse uma igualdade racial entre os membros da sociedade. Como se pessoas de diferentes etnias convivessem de maneira igualitária em todos os aspectos. Mas é sabido que a realidade apresenta outra coisa, pois essa ideia sempre teve o objetivo histórico de negar a existência do racismo e as desigualdades proporcionadas à população negra.

Existindo ainda no Brasil uma realidade racista que se manifesta de diversas maneiras, através do preconceito, da discriminação no mercado de trabalho e na violência policial. Permanecendo dessa forma, uma estrutura diferenciada em relação aos membros da sociedade, em quais algumas pessoas detêm privilégios em relação às outras, em comportamentos que com o passar dos anos foram se estruturando socialmente. Assim, a sociedade passou a considerar de maneira natural essas práticas que privilegiavam somente uma parcela da população e o que foi pior, passou a reproduzir esses comportamentos que se estruturam e definiram padrões comportamentais.

Surgindo assim de maneira estruturada a discriminação na sociedade, que foi sendo construída em comportamentos discriminatórios e preconceituosos e que foram mascarados em um longo processo histórico. Situação agravada fortemente pela ausência de ações e políticas públicas de inclusão das pessoas negras na sociedade.

A escravidão deixou uma herança discriminatória muito significativa e assim consolidou a ideia de inferioridade dos negros, essa herança foi agravada mais ainda pela falta de medidas e ações de integração de todos os habitantes na sociedade. Não foram organizadas dentre as políticas públicas uma assistência social verdadeira para todos e muito menos aconteceu uma inclusão dos negros perante o mercado de trabalho.

Esses fatores foram fundamentais para o desenvolvimento e crescimento da discriminação racial na sociedade, muito bem definida por Sílvia Almeida (2019), não como um fator isolado, mas sim com um fator estruturante, que foi sendo construído e se consolidando historicamente, ao longo do tempo, esse processo passa a ser compreendido como racismo estrutural, entendido como um fenômeno que integra a própria organização econômica e política da sociedade, e não como algo pontual ou circunstancial.

Assim, podemos afirmar com clareza que o racismo estrutural não se define somente com um ato discriminatório isolado, como xingar alguém pela cor de sua pele, muito menos, por um conjunto de atos dessa mesma natureza. Essa espécie de racismo foi praticada socialmente dentro de um sistema político e social que historicamente privilegiou um determinado grupo de pessoas (brancas) e marginalizou os que não detivessem essas características.

Portanto é fundamental o combate às práticas racistas em todas as suas naturezas, desconstruindo esse mito e que sejam estruturadas atitudes que promovam a igualdade racial. Pois, a classe dominante construiu a ideia de uma democracia racial, onde todas as “raças” conviveriam de maneira harmoniosa no país. Porém, a realidade não apresentava essa dinâmica, essa pretensa democracia foi construída com o propósito de mascaramento de um substancial desigualdade racial existente no Brasil.

Essa desigualdade promove o apagamento das contribuições significativas dos africanos e afro-brasileiros em todos os aspectos, inclusive em suas práticas religiosas que por muitas vezes foram demonizadas, em atitudes discriminatórias promovidas por algumas correntes do cristianismo. Essas atitudes discriminatórias se fortaleceram e até os dias atuais são causas de uma efetivação de preconceitos religiosos.

Gerando dessa forma, a discriminação em relação às religiões afro-brasileiras e de matriz africana, em um comportamento que se estruturou dentro de um universo social racista, produzido por preconceitos e atos de violências contra os praticantes das religiões com origens africanas. Transformando-os em seguidores de comportamentos malignos, igualando essas religiões como se fossem componentes de uma só crença e muitas vezes e assim as desvalorizam em suas particularidades.

Essa realidade e a falta de conhecimento sobre essas religiões, juntamente com a dominação cultural do cristianismo, construíram um legado de atitudes preconceituosas. Não podemos também nos esquecer que uma estrutura racista é ligada a questões de poder e dominação, onde os grupos dominantes sempre impõem seus valores e crenças. Impedindo assim que variadas pessoas exerçam o seu direito à liberdade de maneira plena, essa imposição contribui e fortalece a segmentação da sociedade em grupos diferentes, fragilizando a possibilidade de uma harmoniosa convivência entre todos os membros.

Essa situação racista sempre foi um problema muito grave no Brasil, pode-se afirmar com certeza que suas raízes remontam à época do escravismo e são ainda concretizadas em ataques a locais de cultos, em atitudes discriminatórias (difamação, violência física e psicológica). Violando dessa maneira a identidade e a autoestima dos praticantes das religiões com influências africanas.

Mesmo existindo leis que protegem e permitem a liberdade religiosa, a situação não se apresenta de maneira tranquila, tendo os movimentos sociais lutando por visibilidade e proteção, ensejando uma mudança na percepção negativa sobre essas religiões. Pois foram construídos historicamente estereótipos negativos que dificultam um entendimento sobre essas religiões. Seria importante que a educação religiosa fosse promovida para assim, garantir a

igualdade de direitos para todos.

Daí vem a importância de uma nova abordagem para o ensino religioso, que em suas aulas sejam praticadas de maneira igualitária, debates sobre todas as religiões, como também, que sejam produzidos momentos significativos de socialização de conhecimentos sobre a história das religiões e suas práticas, sem formas de dominação ou preconceitos que priorizem determinada corrente religiosa e não promovam atitudes de apagamento sobre as outras desconsiderando sua história.

O branqueamento da Umbanda foi uma dessas tentativas de apagamento das influências africanas, podemos dizer que é fruto de um processo histórico e social que buscava e em muitos casos ainda busca, “embranquecer” a religião, distanciando-a de suas raízes africanas e tornando-a mais aceitável aos padrões de beleza e hierarquia social europeus.

Segundo Regina Prates (2001), desde sua constituição a Umbanda passou por um processo de branqueamento, o qual se intensificou ao longo do tempo como estratégia de obtenção de maior aceitação social e reconhecimento religioso, afastando-se, assim, de suas matrizes africanas. Essa interpretação é corroborada por Lilia Moritz Schwarcz (1993), que aponta que a Umbanda, assim como outras religiões afro-brasileiras, foi submetida a um processo de embranquecimento como forma de adequação a um contexto social marcado pelo racismo e pela discriminação.

E não podia ficar de fora desse debate o grande pensador Bastide (1975, p. 230), que em sua obra “As religiões africanas no Brasil” escreveu: “A tentativa de branqueamento da Umbanda é um reflexo da busca por uma identidade nacional brasileira, que negava suas raízes africanas e indígenas”.

Dessa maneira, o processo de branqueamento envolveu alterações significativas em seus rituais, onde as práticas tradicionais foram modificadas para se parecerem mais com os rituais religiosos europeus. Muitos símbolos e imagens foram substituídos por similares “ocidentais” e europeus. Modificaram ainda a organização dos Orixás, estabeleceram uma hierarquia entre eles, valorizando uns mais que outros, sem respeitar as tradições africanas. Essas mudanças observaram os critérios estéticos e sociais dos europeus e deram ênfase no aspecto da espiritualidade, ao priorizar mais os aspectos espirituais da religião, desvalorizando de maneira fundamental os aspectos culturais e históricos.

Renato Ortiz (1999) em sua obra a “Morte Branca do feiticeiro negro”, aponta que a Umbanda é uma prática que busca a legitimidade com a elite e com o espiritismo e que quando ela começa a ser aceita e legitimada, quem passou a praticá-la e a defendê-la são os descendentes de europeus e kardecistas, como também que sua prática não a levou a sua

legitimação, mas sim, a origem dos que a estavam defendendo.

Ainda Ortiz (1999) enfatiza que a Umbanda é essencialmente urbana, procurando ser branca e kardecista, e que com o passar dos anos, buscou se afastar das suas influências afros. Afirma ainda que existe uma relação profunda entre a Umbanda e as classes sociais no Brasil. Servindo a religião como um espaço de resistência e afirmação de identidade para as camadas populares, que se identificam com valores e práticas mais próximas de suas realidades. Principalmente dos que foram pela sociedade marginalizados.

Como religião, a Umbanda desempenha um papel fundamental na vida social e cultural de seus praticantes, pois oferece dentro de um sistema de valores, um sentido de comunidade e um verdadeiro espaço de resistência. Sendo ainda, uma religião complexa, dinâmica e resultado de um processo histórico de sincretismo e adaptação.

Ao explorar os ritos, símbolos e mitologias da Umbanda, Ortiz procurou demonstrar religião como um espaço de resistência e afirmação da identidade negra e assim se contrapôs à cultura dominante. Através dos orixás e dos seus mitos, a Umbanda traz consigo memórias da escravização e da diáspora africana. Possibilitando dessa maneira aos descendentes de escravizados uma ressignificação de sua história e assim encontrassem força para contribuir com a construção de uma identidade negra brasileira, marcada por uma religiosidade e ancestralidade africana.

Em resumo, a Umbanda, para Ortiz (1999), é mais do que uma religião; é um sistema de conhecimento que permite compreender a complexidade da experiência negra no Brasil e as formas como ela se articula com a sociedade como um todo. Os orixás em suas manifestações, transformaram a ancestralidade africana em um elemento fundamental da umbanda, as divindades africanas que incorporam as forças da natureza, bem como os valores culturais dos povos africanos estabelecem uma ligação espiritual com os antepassados e com a cultura do continente africano, preservando, dessa maneira, a memória histórica de seus ancestrais.

Como resistência cultural, a Umbanda permite aos afro-brasileiros a preservação das suas tradições e seus valores em um contexto marcado pelo racismo e pela discriminação. Permite ainda, que os descendentes dos africanos reconstruam suas identidades de maneira positiva, valorizando sua história e suas raízes africanas. Oferecendo ainda uma oportunidade de curar as feridas históricas e os traumas sofridos durante o período que foram escravizados no Brasil.

Podemos assim afirmar que a ancestralidade negra é um pilar significativo para a Umbanda, pois proporciona aos seus seguidores um sentimento de identidade, pertencimento e conexões com as suas origens. A sua prática é considerada como um momento em que os afro-

brasileiros, podem cultuar não somente os orixás e guias, mas sim também os seus ancestrais, fortalecendo dessa maneira a sua identidade cultural.

Portanto, dessa maneira, pode-se afirmar que o branqueamento da Umbanda faz parte de um processo racista de desconstrução da história afro-brasileira, quando se tentou uma identidade religiosa mais branca, muitas vezes, por seus executores quererem adaptar a religião aos padrões da sociedade dominante. Essas tentativas tinham claro o objetivo de ocultação das origens africanas da Umbanda, como também, contribuir para a desconstrução da sua identidade, desconfigurando de maneira significativa a sua riqueza histórica e cultural.

Além disso, como um processo histórico teve o propósito de adaptar as religiões de matriz africana aos padrões da sociedade branca, ocidental e católica. Em busca por uma aparência mais "tolerável". Situação que trouxe diversas consequências para a religião, como algumas divergências entre os seus membros e perda da identidade, pois com o sincretismo religioso, ousaram adaptar os rituais e fizeram alterações nas vestimentas, em atitudes que levaram a uma diluição das raízes africanas da Umbanda, resultando muitas vezes na perda de conhecimentos ancestrais e tradições.

Ainda causou uma divisão entre as comunidades religiosas, ocasião em que surgiu os grupos elitizados e os mais populares, tendo uns grupos, principalmente entre os mais elitizados, agirem em uma prática de desvalorização dos rituais que remetesse à cultura afro-brasileira. Passando a considerar essas tradições como superstições e por isso inferiores. Fazendo assim com que os seus praticantes fossem marginalizados. Ainda foi criada uma hierarquia de privilégios, que valorizavam as pessoas de origem europeia ou que fossem detentoras de maior instrução, em uma clara demonstração de consolidação e reforço das desigualdades sociais e raciais. Podemos dizer que o branqueamento da Umbanda, trouxe duradouras e profundas consequências na construção de sua identidade, na organização social e na sua visibilidade e reconhecimento como religião.

Esse processo branqueador não teve uma homogeneidade em suas ações, pois existiram resistências em muitas comunidades, que passaram a combater essa prática com a valorização da ancestralidade, pela união e democratização dos terreiros, por um diálogo mais aprofundado e inter-religioso entre os praticantes e pelas lutas por políticas públicas em busca da valorização e respeito à diversidade religiosa.

Atualmente ainda perduram consequências desse "comportamento branqueador" nas relações de seus praticantes de maneira significativa, ainda mais que é crescente a presença de pessoas brancas nos terreiros. Gerando inúmeros debates sobre identidade, poder e sobre a própria essência da religião. Essa entrada de novos praticantes está gerando um questionamento

da identidade racial e cultural da religião. Pois atualmente existe por parte de alguns, uma busca por uma identidade mais ampla e menos associada a uma ancestralidade africana. Ocasionalmente entre os mais “pragmáticos” a preocupação com a expropriação e perdas dos seus elementos mais tradicionais.

Algumas vezes os terreiros estabelecem hierarquias que refletem a desigualdade social, pois em alguns, pessoas brancas detentoras de melhor estrutura cultural e social, estão assumindo posições de liderança. Podendo assim gerar conflitos entre os seus membros, principalmente entre os mais antigos. Outra preocupação fundamental é em relação à prática dos rituais, pois novas perspectivas estão levando os rituais a uma Umbanda mais adaptada aos novos tempos e que podem ocasionar mudanças em suas práticas ritualísticas, gerando debates sobre a autenticidade da religião e a perda da memória ancestral e a importância dos saberes históricos e tradicionais.

Proporcionando dessa maneira divisões entre os seus praticantes, pois existem os tradicionalistas que defendem a Umbanda com raízes africanas e os “atualistas” que pregam por uma religião mais universal. Nessa discussão existe um problema fundamental que é a falta de diálogo e a falta de espaços de discussão sobre essas questões. Situação que pode dificultar a construção de uma religião mais inclusiva e democrática.

É necessário que exista uma reflexão profunda sobre a identidade, o poder e a tradição religiosa. Sendo fundamental a prática de um diálogo sincero e aberto sobre todas as questões que envolvam essa situação. Para que todos possam construir uma Umbanda capaz de acolher a diversidade e ao mesmo tempo, preservar sua ancestralidade sem radicalismos. Ainda mais que nas últimas décadas tem acontecido movimentos entre os seguidores da Umbanda, em busca de combater essa perda de identidade, procurando resgatar as suas raízes africanas, resgatando, celebrando os símbolos e os rituais das histórias da África. Pretendendo ainda uma maior comunicação com outras religiões afro-brasileiras e de matriz africana, tornando assim a Umbanda acessível a todas as pessoas independentemente de sua origem e classe social.

Todo esse comportamento possibilita a divisão e o enfraquecimento do “movimento umbandista” pela valorização da Umbanda como religião e possibilita as tentativas de enfraquecimento de sua história e identidade. Desse modo, esses movimentos de enfraquecimento se fortalecem com o passar dos anos e passam a ser considerados como verdades. Assim foi com o movimento embranquecedor da Umbanda, que podemos afirmar ser um complexo e multifacetado processo que atualmente ainda exerce forte influência na religião.

O Brasil foi o país que mais recebeu africanos escravizados e após a abolição, a classe dominante que governava o país quis construir uma identidade nacional, porém, de perfil

européu e branco. A maioria da população era de negros, entre pretos, pardos e também os Indígenas, situação que dificultava a construção de uma identidade nacional branca, mesmo assim, a sociedade desconsiderou toda e qualquer participação ou contribuição para a formação da sociedade que não tivesse esse perfil.

Essa situação possibilitou a criação do mito de uma democracia racial, como uma forma de valorizar a contribuição dos europeus e de negar o passado escravocrata e as desigualdades construídas pela política dominante existentes. Situação que propositalmente tencionava esconder e apagar a história dos africanos e a sua importância para a formação do país, desconsiderando dessa maneira, tudo que fosse ou tivesse influência africana.

Essa foi uma ideia construída historicamente desde o fim da escravidão, fazendo com que seja muito difundida no Brasil, demonstrando que essa tarefa seria muito difícil de ser concretizada, pois a realidade se apresentou completamente diferente. O mito da democracia racial serviu, e até atualmente serve a interesses políticos e econômicos, ao negar a necessidade de políticas públicas que combatam o racismo e promovam a igualdade racial. Historicamente pessoas negras e pardas sempre tiveram, em média, menor renda, menor acesso à educação e à saúde, e maior probabilidade de viver em áreas mais vulneráveis.

Essa situação precisa ser resolvida para que se apresente uma verdadeira realidade nacional, ganha importância fundamental uma “conscientização racial” que proporcione a valorização dos africanos e suas histórias, desmascarando as desigualdades raciais e valorize e dê a devida importância às contribuições do povo preto e Indígena para a construção da sociedade brasileira. Buscando nessa construção uma realidade mais justa e equânime, possuidora de políticas públicas que fortaleçam a igualdade racial.

Portanto, para que existisse o processo de branqueamento da Umbanda, aconteceram alguns fatores fundamentais que contribuíram para essa efetivação. Podemos afirmar que o processo histórico brasileiro e o sistema econômico baseado na escravidão foram significativos. Existia uma pressão social e práticas de perseguições sobre os costumes africanos na sociedade brasileira, em quase todo o período histórico. Fazendo com que tudo que fosse ligado à África, sofresse discriminação e preconceito.

Quando os praticantes da Umbanda começaram a praticar a religião com o Sincretismo, também contribuíram para a prática, embranquecendo-a. Pois tanto o catolicismo, quanto o espiritismo tinham fortes influências brancas. Dessa forma, a Umbanda foi se afastando das narrativas mitológicas africanas e ao mesmo tempo, criou uma hierarquização entre os deuses africanos e Jesus Cristo. Ainda, relacionou Iemanjá à figura da Nossa Senhora, a Virgem da Conceição e com nossa senhora da guia. Essas associações sugerem elementos de branquitudes

e intenções de apagamento das tradições afro-brasileiras e africanas. Foi criado a partir dessa ideia a ideologia do embranquecimento, que penetrou significativamente na camada mulata dos pensadores e intelectuais, fazendo com que até a própria arte desenvolvida pela comunidade refletisse a ideologia.

Para Roger Bastide (1975), a palavra sincretismo, nesse contexto, refere-se à fusão de diferentes sistemas de crenças e práticas religiosas, resultando em uma nova expressão cultural. No caso da Umbanda, o sincretismo é um dos seus pilares fundamentais. Deuses africanos foram associados a santos católicos, criando um rico panteão que reflete a história complexa do Brasil.

Bastide, ao estudar a Umbanda, oferece uma visão profunda sobre como o sincretismo se deu no Brasil, especialmente no que diz respeito à relação entre as culturas africana, indígena e europeia. Para ele, o sincretismo não era apenas uma simples sobreposição de elementos, mas sim um processo criativo e dinâmico, onde novas identidades religiosas eram forjadas. Uma das ideias centrais de Bastide é que o sincretismo na Umbanda não era um ato passivo, mas sim uma forma de resistência cultural. Os escravizados africanos, ao sincretizarem suas religiões com o catolicismo imposto pelos colonizadores, encontraram uma maneira de preservar suas tradições e construir um sentido de identidade em um contexto de opressão. Entendendo ainda a Umbanda, não somente como uma religião, mas sim, como um rico patrimônio cultural, resultado da interação de variados povos e tradições.

3 RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E O ENSINO RELIGIOSO

3.1 As religiões Afro-Brasileiras e de Matriz Africana e o ensino de História e do Ensino Religioso.

As religiões de matriz africana e afro-brasileiras devem ser abordadas nas aulas de História e nas aulas de Ensino Religioso, mas é necessário que o sistema educativo brasileiro integre matérias que as coloquem em pé de igualdade com outras religiões. Ainda mais por ser a Umbanda uma religião brasileira que sintetiza elementos das religiões africanas e cristãs.

As religiões afro-brasileiras surgiram a partir da junção das tradições de diversos povos africanos trazidos para o Brasil como escravos, entre os séculos XVI ao XIX. Essas crenças, no tocante sobretudo a umbanda, sofreram influências de religiões europeias, como o Catolicismo e o Kardecismo, e possuem características específicas de cada região do país.

Conforme apresentou Milton Santos (2016), o candomblé é uma religião de matriz africana que busca conectar seus praticantes com divindades chamadas orixás, voduns e inquices, representando forças naturais e aspectos da vida humana, promovendo harmonia entre os mundos físico e espiritual. Além do Candomblé, existem outras manifestações sagradas de origem africana no Brasil, como a Umbanda, Jarê, Terecô, Xangô, Batuque, Tambor de Mina.

Apesar de as relações entre as religiões afro-brasileiras e o Estado serem consideradas boas, ainda há preconceito e desconfiança por parte da população. Para desmistificar esses preconceitos, é importante que o sistema educativo brasileiro aborde de forma sistemática as religiões afro-brasileiras e as de matriz africana. Ainda mais por ser a escola um lugar de muitas diferenças, existe uma necessidade fortíssima de um ensino religioso inclusivo e respeitoso à diversidade. O Brasil é um país multicultural e tem como parcela fundamental em sua identidade e estrutura social as religiões afro-brasileiras e de matriz africana.

O ensino sobre essas religiões contribuirá para uma desmistificação dos estereótipos construídos historicamente, promovendo assim, o respeito à diversidade religiosa, o reconhecimento das raízes do povo brasileiro. Dessa forma, os estudantes, ao conhecer suas origens, principalmente os afro-brasileiros, se sentirão mais valorizados e com autoestima elevada.

Ainda existe a normativa legal Lei 10.639/2003, que estabelece como obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, buscando a valorização da contribuição dos africanos e seus descendentes na formação da sociedade brasileira. Sendo importante no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial. A lei ainda reconhece a

importância da cultura afro-brasileira e africana na identidade nacional, incentivando dessa maneira o respeito à diversidade étnico-racial existente.

A inclusão dessas histórias no currículo escolar, é uma significativa contribuição para a desconstrução de preconceitos e estruturação de uma sociedade mais justa e igualitária. Devendo as escolas incluírem a história e cultura afro-brasileira em todas as disciplinas, não somente em História, Literatura, Artes e Geografia. Devendo ser o ensino contextualizado, possibilitando que os estudantes possam relacionar os conteúdos com suas realidades, para assim promover uma verdadeira aprendizagem participativa.

Mas, apesar de já ter passado mais de vinte anos, ainda existem muitos desafios nessa implementação. Muitas escolas ainda não incluem esses saberes nos seus currículos, os professores ainda não possuem uma formação adequada para tal propósito, sem contar que ainda existem muito foco de resistência por parte da sociedade, inclusive dentro dos próprios docentes. Porém, mesmo assim, ainda a implementação dessa lei representa um passo fundamental na construção de uma educação diversa e inclusiva.

E nesse foco que as religiões afro-brasileiras e de matriz africana se enquadram como formadoras da sociedade nacional no Brasil, com significativas contribuições. Tendo um papel importantíssimo, sendo mais do que simples crenças, mas sim, expressões históricas e culturais profundas que construíram a história do Brasil, principalmente a Umbanda e o Candomblé. Essas religiões têm uma cosmovisão própria, onde os deuses e espíritos representam a natureza, os ancestrais e as forças que movimentam a vida. Essa cosmovisão influencia como as pessoas afro-brasileiras visualizam e interagem com o mundo.

Como afirmou a escritora, filósofa e ativista negra Lélia Gonzalez: “As religiões de matriz africana são a alma do Brasil. Elas são a expressão mais autêntica da nossa diversidade cultural e a prova viva da resistência negra”. Além disso, é importante ressaltar que Gonzalez foi uma das principais intelectuais negras do Brasil, e suas reflexões sobre as religiões de matriz africana são fundamentais para compreender a importância dessas crenças na formação da identidade nacional.

Essas religiões possuem uma cosmovisão própria, que influencia a maneira como os afro-brasileiros enxergam e interagem com o mundo. Ainda assim, elas enfrentam variados desafios, dentre os quais o racismo, a intolerância religiosa e a discriminação. Fazendo com que os praticantes enfrentem dificuldades para resistir e manter as tradições vivas.

O estudo das religiões afro-brasileiras e das relações étnico-raciais é essencial para construir uma sociedade mais justa. Uma abordagem pedagógica que valorize a diversidade contribui no combate ao racismo e na formação de cidadãos críticos capazes de analisar

desigualdades sociais e lutar pela valorização dos direitos comunitários.

Compreender a educação histórica é fundamental para abordar a Base Nacional Curricular Comum - BNCC de forma dinâmica, voltada à formação integral dos estudantes. Ao valorizar experiências, contextos e identidades no ambiente escolar, essa perspectiva estimula o protagonismo discente, o papel mediador do educador e a construção coletiva do conhecimento, promovendo pensamento crítico e consciência plural focada nos direitos humanos e na diversidade.

Nesse sentido, adotar uma concepção de ensino e aprendizagem histórica alinhada à BNCC implica compreender o processo educativo como uma construção coletiva de saberes, em que o estudante é protagonista da própria formação e o educador atua como mediador, proporcionando situações em que o conhecimento histórico seja vivenciado de forma crítica, reflexiva e conectada ao cotidiano dos estudantes. Essa abordagem valoriza o debate, a escuta ativa e o respeito às múltiplas identidades, estimulando o pensamento investigativo e o reconhecimento das diferentes experiências históricas e culturais presentes na escola.

Assim, o ensino se torna mais significativo e contribui para a formação de sujeitos conscientes, preparados para conviver em uma sociedade plural e aptos a defender os direitos humanos e a diversidade, ampliando o potencial da comunidade escolar no desenvolvimento da consciência crítica e da valorização das diferenças.

Uma comunidade escolar que valoriza os seus direitos, tem muito mais facilidade de desenvolver a consciência crítica na unidade escolar e, assim, ampliar os conhecimentos dos estudantes, fazendo com que eles desenvolvam a empatia e aprendam a se colocar no lugar do outro, respeitando assim as diferenças. Ainda fortalecem sua autoestima, principalmente os estudantes negros e indígenas, que se sentem respeitados e valorizados.

A Base Nacional Comum Curricular-BNCC, determina que o ensino da história e cultura afro-brasileira é obrigatório em todas as escolas brasileiras e ainda reconhece a importância da diversidade étnico-racial e da participação da população negra na sociedade. Dessa maneira, está inserido na BNCC, o ensino de história dos povos negros e quilombolas, a importância da participação negra na formação econômica, política e social do Brasil, valorizando e reconhecendo a importância de uma educação das relações étnico-racial.

Cumprir destacar que nos contextos dos Primeiros aos Nonos anos, entre os critérios de organização das habilidades na BNCC, “Foram explicitados os objetos de conhecimento aos quais se relacionam e o agrupamento desses objetos em unidades temáticas. Expressando dessa

maneira possíveis arranjos. Assim, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelos obrigatórios para a estruturação dos currículos”.

A resistência e o enfrentamento dessas religiões são uma prova da constante luta das comunidades afro-brasileiras e de matriz africana por reconhecimento e respeito. Essas religiões, como a Umbanda e o Candomblé, são mais que práticas espirituais; são manifestações culturais que carregam histórias, tradições e saberes ancestrais. A sua valorização no ambiente escolar é imprescindível para a construção de uma sociedade que respeite e celebre a diversidade étnico-racial.

Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular propõe um ensino que não só reconheça, mas também valorize a contribuição dos povos afro-brasileiros e quilombolas na formação do Brasil. A BNCC destaca a importância de integrar a história e cultura afro-brasileira em todas as disciplinas, com o intuito de promover uma educação que fomente a igualdade racial e o respeito à diversidade.

Nessa proposta, os estudantes devem reconhecer, valorizar e acolher o caráter único do ser humano. Identificando e respeitando as semelhanças e diferenças entre eles e os outros. Compreendendo assim os símbolos e seus significados, bem como, a relação entre a imanência, referência à atuação de um deus dentro do mundo, como também a concepção de que esse mesmo deus está presente em todas as coisas e em todos os seres. Bem como a transcendência, que se refere à superioridade e distinção de um deus em relação ao mundo, identificando esse mesmo deus, como além e acima do mundo material.

A importância de um conhecimento histórico-religioso plural é fundamental para dismantlar essas narrativas hegemônicas e promover um entendimento mais inclusivo da diversidade religiosa. As Ciências Humanas e Sociais, assim como a Ciência da Religião, podem contribuir significativamente para esse processo, ao investigar e valorizar as manifestações de religiosidade em diferentes culturas. Isso não apenas enriquece o conhecimento escolar, mas também ajuda a construir uma sociedade mais respeitosa e consciente das suas múltiplas identidades.

Em 1996, através da Lei de Diretrizes e Base da Educação-LDB, ficou determinado que o Ensino Religioso deveria respeitar efetivamente a diversidade religiosa e repudiar qualquer forma de proselitismo. Que de acordo com a alteração promovida pela Lei Nº. 9.475 de 1997 passou a ter a seguinte redação:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de

ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (BRASIL, 1997).

Ficando assim deliberado qual seria o enfoque que deveria ser abordado nas aulas de História e de Ensino Religioso, sendo definido que a ideia do sagrado de todas as “manifestações” religiosas deveria prevalecer sem privilégios a nenhuma, independentemente de sociedade ou cultura e com base em pressupostos científicos e éticos.

Sendo fundamental a percepção das diferenças, para que se possa distinguir o “eu” e o “outro”; “nós” e “eles”, em cujas relações dialógicas são mediadas por referenciais simbólicos (representações, saberes, crenças, convicções, valores), imprescindíveis à construção das identidades. Conforme orienta a BNCC.

Por isso, as aulas de História e do Ensino Religioso devem ser um momento de promoção da “interação interconfessional”, não visar a um determinado campo religioso. Difundindo padrões morais de conduta, sem priorizar este, ou aquele, permitindo dessa forma, uma ampla discussão pautada em valores e crenças que preserve e represente a diversidade cultural de uma sociedade abrangente.

Os rituais religiosos são geralmente realizados coletivamente em espaços e territórios sagrados (montanhas, mares, rios, florestas, templos, santuários, caminhos, entre outros), que se distinguem dos demais por seu caráter simbólico. Esses espaços constituem-se em lócus de apropriação simbólico-cultural, onde os diferentes sujeitos se relacionam, constroem, desenvolvem e vivenciam suas identidades religiosas [...] também as filosofias de vida se ancoram em princípios cujas fontes não advêm do universo religioso. Pessoas sem religião adotam princípios éticos e morais cuja origem decorre de fundamentos racionais, filosóficos, científicos, entre outros. Esses princípios, geralmente, coincidem com o conjunto de valores seculares de mundo e de bem, tais como: o respeito à vida e à dignidade humana, o tratamento igualitário das pessoas, a liberdade de consciência, crença e convicções, e os direitos individuais e coletivos (Brasil, 2018).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe um ensino religioso que reconheça essa diversidade, valorizando tanto as tradições religiosas quanto os princípios éticos seculares. Isso é essencial para formar cidadãos críticos e respeitosos, capazes de dialogar e conviver em um mundo plural. A educação religiosa tanto em História quanto em Ensino Religioso, deve, portanto, ser um espaço de inclusão, respeito e aprendizado mútuo, onde todas as vozes têm a oportunidade de ser ouvidas e valorizadas. A proposta é trazer acolhimentos das identidades

culturais e religiosas em uma perspectiva dos direitos humanos e da cultura da paz. Em suas habilidades elencadas para os segundos e terceiros anos, apresentaremos duas que são abrangentes e significativas para uma inclusão diversa de religiões afro-brasileiras e de matriz africana:

(EF03ER01) Identificar e respeitar os diferentes espaços e territórios religiosos de diferentes tradições e movimentos religiosos.

(EF03ER02) Caracterizar os espaços e territórios religiosos como locais de realização das práticas celebrativas.

(EF02ER05) Identificar, distinguir e respeitar símbolos religiosos de distintas manifestações, tradições e instituições religiosas (BNCC, 2018).

Em relação aos anos finais do ensino fundamental, também as habilidades apresentam um caráter abrangente de inclusão de outras manifestações religiosas, entre as quais, podemos elencar as dos sétimos anos:

(EF07ER06) Identificar princípios éticos em diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, discutindo como podem influenciar condutas pessoais e práticas sociais.

(EF07ER08) Reconhecer o direito à liberdade de consciência, crença ou convicção, questionando concepções e práticas sociais que a violam (BNCC, 2018).

Sobre os afrodescendentes e suas crenças religiosas, a diversidade foi tratada com indiferença nos meios educacionais. As escolas brasileiras construíram seus currículos sob forte influência da cultura/religião dos povos europeus, essencialmente cristã, em elementos que podem ser percebidos quando do enaltecimento dos protagonistas, quase todos brancos e desqualificando outros sujeitos, como os negros e os indígenas.

Candau (2008), citada por Torres e Carvalho (2020), ressalta que a cultura ocidental europeia ainda é tida como universal dentro dos currículos escolares. Segundo Munanga (2013), a educação com viés eurocêntrico e monocultural não respeita a diversidade de gênero, religiosa, as classes sociais, ou ainda as diversas etnias presentes no processo de formação do povo brasileiro. Já Aranha (2006), reforça esse viés e afirma que desde o período colonial, a educação brasileira foi moldada às margens da educação europeia. Fazendo dessa forma que a visão etnocêntrica da educação europeia na colônia, estimulou o desprezo pela cultura popular, influenciada pelos indígenas e negros e que sempre esteve marginalizada e condenada à expectativa de homogeneização.

Aranha (2006), citada por Torres e Carvalho (2020), destaca que a cultura erudita

européia foi historicamente estabelecida como referência a ser seguida. Nesse contexto, os colonizadores inicialmente concebiam os povos indígenas como seres incompletos, estendendo esse mesmo desprezo aos saberes, à religiosidade e às expressões musicais das culturas negras. Assim, grupos não europeus passaram a ocupar uma posição secundária nos processos educativos e, conseqüentemente, no currículo escolar. De modo semelhante, crenças religiosas que divergiam dos valores culturais hegemônicos e da tradição cristã foram desvalorizadas ou mesmo silenciadas e excluídas dos debates educacionais.

Uma análise crítica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a partir de uma concepção anticolonialista de educação aponta para contradições significativas entre a proposta do documento e os ideais de uma pedagogia decolonial, embora a BNCC formalmente preveja a abordagem de temáticas étnico-raciais. Ainda assim, fortalece o Eurocentrismo e Universalismo, pois estabeleceu um currículo comum e centralizado para todo o país, tendendo a reforçar uma visão de mundo eurocêntrica e universalista do conhecimento. Negligenciando e subalternizando epistemologias, culturas e histórias dos povos originários, afro-brasileiros e comunidades tradicionais, perpetuando a lógica colonial que elege o conhecimento ocidental como superior ou o único válido.

A crítica ao documento nacional curricular é fundamentada pela fragmentação do conhecimento em áreas isoladas, dificultando abordagens interdisciplinares e a valorização das diversidades regionais e culturais. Assim, ao priorizar conteúdos comuns, a BNCC limita uma educação anticolonialista que valorize os saberes locais de cada comunidade. A BNCC trata das relações étnico-raciais e das culturas afro-brasileira e indígena, mas sua abordagem é considerada superficial pela crítica anticolonial, pois apenas descreve as comunidades sem aprofundar temas como racismo estrutural e subalternização.

De acordo com a perspectiva anticolonialista, a BNCC, enquanto política educacional centralizadora e orientada por princípios neoliberais, apresenta limitações quanto ao incentivo de uma abordagem educacional decolonial. Ela tende a reproduzir estruturas de poder e conhecimento coloniais, limitando o potencial de um currículo que valorize a pluralidade de saberes e identidades presentes na sociedade brasileira. A inclusão das temáticas étnico-raciais é vista como um avanço formal, mas insuficiente para uma transformação radicalmente anticolonial da educação.

Ficou evidente, portanto, que a descolonização dos currículos escolares é essencial para uma prática educacional que respeite as identidades e as diferenças. Gomes (2012) afirma que a descolonização dos currículos representa um grande desafio para a educação escolar, sendo necessário promover um ensino que favoreça a interação entre a escola, o currículo e a realidade

social. Para que a descolonização dos currículos seja efetiva, é fundamental que sejam incorporadas discussões sobre religiões fora da tradição cristã, especialmente as de matriz africana. Oliveira (2014), citado por Torres e Carvalho (2020), destaca que as religiões afro-brasileiras evidenciam ainda mais o preconceito étnico-racial presente tanto nas escolas quanto na sociedade brasileira como um todo.

Ao analisar criticamente o ensino religioso proposto pela BNCC sob a ótica anticolonialista, evidencia-se que, embora o documento busque promover o respeito à diversidade religiosa e à liberdade de crença, ainda persiste uma tendência de valorização das tradições eurocêntricas e cristãs, relegando as religiões de matriz africana e indígenas a um papel secundário no currículo escolar. Essa abordagem perpetua o silenciamento e a invisibilização das práticas religiosas afro-brasileiras, o que contradiz os princípios de uma educação plural e inclusiva.

O desafio, portanto, é avançar para uma prática pedagógica que não apenas reconheça, mas também valorize efetivamente as contribuições das diferentes tradições religiosas presentes na formação da identidade nacional, promovendo o diálogo e o respeito mútuo. Essa transformação exige mudanças estruturais na formação dos profissionais da educação, bem como a revisão dos currículos, para que estejam alinhados com uma perspectiva multicultural e anticolonialista, capaz de combater a intolerância e o preconceito ainda presentes na sociedade brasileira.

Nessa realidade, ainda se torna difícil a discussão sobre as questões étnico-raciais e sobre as religiões afro-brasileiras. Na realidade escolar, mesmo após a introdução da Lei nº 10.639 de 2003 (Brasil, 2003), que estabelece a obrigatoriedade do ensino e da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas em todos os níveis da Educação Básica, essa lei tem o propósito de fazer uma correção nos débitos que a História gerou com a população africana e afro-brasileira.

São mais de cinco séculos de silenciamento cultural, e o que ainda é mais grave, quase toda a sua história foi e é contada sob olhar do colonizador branco, que impôs a cultura dominante europeia idealizada como um legítimo modelo a ser seguido. Os relatos sobre os povos africanos mantiveram o foco no trabalho escravo ao longo dos anos e diminuíram outros aspectos fundamentais de contribuição para a formação da sociedade brasileira, como as econômicas, culturais e religiosas.

Os profissionais da educação devem entender que a referida lei dá um destaque maior a

três disciplinas, mas isso não limita o alcance da lei somente a elas, devendo a temática ser tratada em todas as áreas de conhecimento. Devendo dessa maneira, o ensino da Cultura Afro-brasileira ser contemplado em todos os aspectos que envolvam a História da África e dos Afro-brasileiros, inclusive o Ensino Religioso. Nesse princípio, cabe a reflexão sobre o papel que a História e o Ensino Religioso desenvolvem no combate à intolerância sofrida pelas religiões de matriz africana e afro-brasileira, no caso específico aqui da Umbanda. O estudo das religiões afro-brasileiras, dentro das aulas de História e Ensino Religioso, pode se constituir como um componente fundamental de combate à intolerância religiosa que os seguidores e seguidoras dessas crenças sofrem.

No Brasil, os aspectos fundamentais da população negra e afro-brasileira, sempre foram marcados pela inferiorização e invisibilidade, mesmo depois da implementação da Lei 10.639/2003, ainda são disseminados estereótipos. Dentre essas práticas as que mais se destacam em seu silenciamento e negação são as relacionadas às religiões de origem africana.

Essa discriminação racial se torna um princípio de seleção nas unidades escolares, fazendo com que o silêncio seja considerado como a maior forma de discriminação. O medo dos conflitos é em grande parte a justificativa que as escolas encontram para não debater as religiões de matriz africana e muito menos as religiões afro-brasileiras, pois elas apresentam ligações com os cultos trazidos por povos africanos escravizados no Brasil, que dependendo da região do país, recebem denominações diferentes, tambor de mina, no Maranhão; batuque, no Pará; catimbó, em grande parte da região Nordeste; pajelança, no Norte; xangô, em Pernambuco; candomblé, na Bahia; macumba, no Rio de Janeiro e São Paulo; e umbanda, existente em quase todo o território do Brasil.

Essas religiões afro-brasileiras foram formadas a partir de sincretismos com a religião católica e alguns elementos das religiões indígenas, as religiões de matriz africana no Brasil foram difundidas em várias regiões do país. Divindades das religiões afro-brasileiras, como Iemanjá, Ogum e Oxalá, são conhecidas pela população brasileira. Segundo Silva (2011, p. 27), no Rio Grande do Norte, “entre as muitas denominações dessas religiões estão o candomblé, a jurema, a umbanda e o xangô”. Na concepção de Gomes (2003), problematizar a cultura africana e afro-brasileira na sala de aula no Brasil é assumir uma postura política, uma vez que as relações sociais do nosso país foram marcadas pela valorização e superioridade de uma vertente elitista da cultura branca e a inferiorização da cultura negra.

No que concerne às práticas de silenciamento da cultura africana na sala de aula, Gomes (2012) destaca que não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento acerca do assunto, sua relevância, bem como sua invisibilidade. Logo, o silenciamento consiste em saber

determinada temática, mas por fatores diversos, omitir seu debate na sala de aula. Para a autora, “é preciso colocá-lo no contexto do racismo ambíguo brasileiro e do mito da democracia racial e sua expressão na realidade social e escolar. O silêncio diz de algo que se sabe, mas não se quer falar ou é impedido de falar” (Gomes, 2012, p. 105).

Nesse sentido, as mudanças se fazem necessárias, bem como as alterações nos programas dos cursos de graduação, em especial, nos da modalidade de licenciatura, com a finalidade de formar profissionais capazes de pensar e promover o multiculturalismo na educação. Moreira (2001) ressalta que a perspectiva de educação multicultural deve estar presente no currículo desenvolvido nas universidades de todo o país. Sendo fundamental a reflexão sobre a formação de profissionais da educação frente a heterogeneidade da sociedade.

Esses profissionais precisam obter uma formação que vise debater as diversas culturas, que possibilite aos estudantes uma reflexão acerca das contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros e indígenas na formação de sua identidade, especialmente, as contribuições religiosas. Entretanto, o que se percebe por meio das falas desses profissionais, que silenciam as religiões afro-brasileiras da comunidade escolar e das aulas de História e do Ensino Religioso é a valorização das crenças cristãs e a predominância de um currículo europeu e homogêneo.

De acordo com Silva (2007), o não reconhecimento e a inferiorização dos diferentes povos se apresenta como uma tentativa de assimilá-los a uma vertente de padrões europeus ou “europeizados” interpretados de forma seletiva pela elite brasileira. Do mesmo modo que as sociedades americanas e outras ao redor do mundo, a cultura europeia é caracterizada pela diversidade e por conflitos em decorrência de questões étnicas. No tocante à abordagem sobre a religião no sistema escolar brasileiro, as falas da grande maioria dos professores, apresentam um predomínio de vertentes do cristianismo nas aulas de História e do Ensino Religioso.

Assim, o silenciamento das religiões afro-brasileiras e da Umbanda pode ser visto como uma forma de manutenção e reconhecimento do cristianismo como um modelo a ser seguido e que deve ser adotado por todos e todas. As práticas de silenciamento são carregadas de intenções e finalidades, uma vez que ao escolher pela pedagogia do silenciamento acerca da cultura e religiões africanas e afro-brasileiras é automaticamente escolhida e adotada uma cultura como legítima, relevante e superior.

É sabido e notório que os povos africanos foram um dos responsáveis pela formação da cultura e identidade dos brasileiros, logo, essa ideia de distanciamento não apresenta subsídios. Nesse sentido, se para alguns docentes, o debate sobre as religiosidades afro-brasileiras, ou mesmo as discussões específicas sobre o Candomblé ou Umbanda são pontos sem conexão com a realidade dos estudantes, só servirá para reforçar o silenciamento e a invisibilidade das

culturas africanas e afro-brasileiras na escola.

Embora já tenham se passados quase 22 anos da implantação da Lei 10.639/2003, ainda é difícil encontrar questões ligadas às religiões Afro-Brasileiras e especificamente à Umbanda, nas aulas de História ou mesmo de Ensino Religioso. O desconhecimento é o principal problema, porém, ainda se nota certo desinteresse por parte dos docentes em aprenderem sobre a temática e dessa forma incluí-la em seu planejamento. Gomes (2005), relata que esse desconhecimento em torno da história e cultura africana e afro-brasileira, pode ter causa no mito da democracia racial, pois enquanto existir uma concepção de que a sociedade brasileira é um “paraíso” racial, os profissionais da educação, (entre os quais os professores), não enxergarão a existência de variadas culturas e a necessidade de aprender sobre elas. Dessa maneira, o foco desses profissionais sempre será a existência de uma cultura europeia com traços de homogeneidade, caracterizada pela pluralidade e por conflitos étnicos.

Assim, o desconhecimento das religiões afro-brasileiras, fortalece e reproduz a ideia de uma cultura e religião dominante, idealizando a existência de uma religião e sociedade europeia cristã. Deixando transparecer que as religiões que não professam os princípios básicos do cristianismo não possuem princípios ou valores. Diante dessa situação, ganha vital importância a promoção de debates nas aulas de História e Ensino Religioso em torno das religiões e crenças dos povos africanos e afro-brasileiros. Gomes (2005) destaca que reconhecer a diversidade na sala de aula se apresenta como “direito do cidadão pertencente a qualquer grupo étnico-racial e um interesse dos educadores, que têm compromisso com a extensão da cidadania e democracia. Deixando transparecer que uma escola verdadeiramente democrática visualiza e promove discussões sobre as diferenças culturais e religiosas.

Na história do Brasil a intolerância religiosa teve e tem um papel preponderante, tanto que ainda atualmente, em pleno século XXI, os casos de ofensas e desrespeitos em função de escolhas religiosas, ainda são correntes. Inclusive muitos desses atos acontecem no ambiente escolar, espaço que deveria pregar o respeito à diversidade cultural religiosa.

É evidente que em nosso país, uma matriz religiosa tem sido alvo recorrente de práticas intolerantes e preconceituosas: as religiões afro-brasileiras. Já Torres e Carvalho (2020), citam Silva que em 2009, afirmou que a intolerância religiosa em torno das religiões afro-brasileiras perpassa outras questões, como a valorização da cultura europeia e o etnocentrismo.

Para Munanga (2013), a identidade do sujeito é produzida pelas relações de poder, negociação, e ainda pela incorporação de práticas e valores culturais. Dessa maneira, um povo só vai se identificar como povo, se sua cultura foi conhecida e reconhecida. Quando as representações são inferiorizadas e estereotipadas podem ocasionar às pessoas uma rejeição de

sua identidade e conseqüentemente um silenciamento de sua história.

Nesse sentido, o professor Milton Santos (2012), em seu artigo “Afiml o que são as religiões afro-brasileiras”, reforça que os variados povos africanos que vieram para o Brasil, além de terem vindo para executar as mais variadas formas de trabalho, ainda trouxeram consigo seus costumes, línguas, valores, deuses e crenças. Sendo obrigados a negociar com os senhores, com a Igreja e a dialogar com as culturas indígenas da nova terra. Construindo dessa maneira as estratégias para uma aproximação das suas divindades, reelaborando os seus mitos, ritos e sistemas religiosos.

O debate e o reconhecimento sobre as religiões de matriz africana e afro-brasileiras devem procurar a desconstrução de visões preconceituosas e estereótipos existentes entre os discentes. A associação das religiões afro-brasileiras com práticas diabólicas é um preconceito que foi motivado pelo desconhecimento e silenciamento em torno da temática. É importante que os professores, trabalhem para a eliminação desses discursos de inferioridade sobre as crenças de origem africana da sala de aula:

Dessa maneira é significativa a construção do respeito em prol da diversidade religiosa, desconstruindo assim, certas pré-noções difundidas oralmente e através de poderosos meios de comunicação de massa que perseguem as religiões afro-brasileiras. Mesmo ainda existindo um certo desconhecimento e silenciamento sobre as religiões de matriz africana e as afro-brasileiras no currículo e conseqüentemente nas aulas de História e do Ensino Religioso, a implantação de políticas educacionais a respeito das questões étnico-raciais, representam uma certa valorização, mesmo que alguns considerem tardias. Essa implantação representa um avanço significativo para a sociedade nacional, no sentido do reconhecimento das contribuições dos grupos étnico-culturais afro-brasileiros e indígenas para a formação da sociedade.

3.2 Análise dos livros didáticos: Coleção Jornadas.

É preciso sempre ter em mente que os livros didáticos são escolhidos em função das políticas educacionais nacionais e são considerados o apoio necessário para o desenvolvimento do trabalho do docente. Nesse entendimento o livro didático de História é um material fundamental, para o desenvolvimento pleno de um trabalho eficaz nas aulas e como o livro faz parte do conjunto de obras que são distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC). Portanto, devem ser utilizados, portanto, devem ser utilizados de maneira obrigatória, mas a sua utilização não deve ser a única referência em sala.



Figura 1 – Coleção de livros de História “Jornadas. Novos Caminhos. História” referentes aos anos finais do Ensino Fundamental.

Fonte: MAURÍCIO CARDOSO; FERNANDES, Priscila Nina. Jornadas: novos caminhos – História (6º ao 9º ano). 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022. E-book.

A relação de conteúdo obedece a um propósito determinado, pois cabe ao professor, na preparação de suas aulas, oferecer abordagens significativas e uma acepção diferenciada ao processo de ensino e aprendizagem. Possibilitando dessa maneira, que os discentes, possam compreender as relações da sociedade com os processos históricos que estão estudando, entendendo dessa forma a relação entre o presente e os fatos do passado e assim, dar significados às suas experiências.

O livro de História estabelece a interação de dimensões diferentes (às vezes, local, regional), o conteúdo ali presente deve levar a criança a desenvolver e compreender interpretações históricas através de momentos de investigação, pesquisa, conversa, diálogo, análise de registros documentais, fotografias, objetos, roupas, elementos que evidenciem as experiências vividas por homens e mulheres nos diversos tempos e espaços (Caimi, 2010).

A autora Claricia Otto defende que: “[...] ensinar história consiste num processo de construção do conhecimento a qual requer pesquisas mediadas pelo professor” (Otto, 2009, p. 173). Ao observar essa perspectiva, é fundamental que o docente construa elos entre pesquisas, leituras que propicie o desenvolvimento de questionamentos sobre o que se discute em sala de aula e ao mesmo tempo, consiga que os discentes se interessem, questionem e construa interpretações entre o que é estudado e a sua realidade.

Importante ressaltar que a produção dos livros didáticos, nem sempre atende as

particularidades dos discentes e nem dos docentes. O professor é que deve fazer as necessárias adequações em sua prática, construindo com ousadia metodológica uma relação de cumplicidade com os discentes para assim, estabelecer em sua prática um método eficaz de aprendizagem que desenvolva um envolvimento amplo e comum na construção de um processo educativo de qualidade.

Neste sentido procuramos analisar como o livro didático de “História” da coleção “Jornadas”, do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, apresenta as religiões afro-brasileiras e de matriz africana, como também, qual abordagem os seus conteúdos tratam e orientam o docente em seu trabalho. Facilitando assim o trabalho do professor em relação ao conteúdo religioso afro-brasileiro e especificamente a religião Umbanda.

Os autores da coleção publicada pela Editora Saraiva são: Maurício Cardoso Doutor, mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) Membro do Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da USP, professor do departamento de História da USP, onde ministra disciplinas sobre Ensino de História, autor de obras didáticas para o Ensino Médio e Priscila Nina Fernandes, Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), mestra em Artes com ênfase em *Brazil in Global Perspective* pela King’s College London (Universidade de Londres), bacharela em História pela USP, autora de conteúdo didático para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio.

As obras foram destinadas aos anos finais do ensino fundamental em 2024, com previsão de uso também em 2025, 2026 e 2027. O objetivo também é abordar os Temas Contemporâneos Transversais (TCT), promovendo o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e psicomotor dos estudantes. Os temas são tratados por meio de propostas de intervenção, elaboração de hipóteses, problematizações, pesquisas e resolução de problemas, contemplando culturas juvenis, interdisciplinaridade e educação integral.

A coleção está organizada em quatro volumes destinados ao 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. Cada volume é composto de oito unidades, que estão divididas internamente em três ou quatro trilhas. As unidades articulam um conjunto temático europeizante e quadripartite em um recorte temporal específico, mobilizando conhecimentos consolidados pelo saber histórico escolar europeu e referendados pela BNCC, na forma de objetos de conhecimento.

O volume 1 (6.º ano) apresenta conceitos básicos de História, como tempo, espaço e análise documental. Relaciona o trabalho do historiador com o ensino da disciplina e abrange

a evolução das sociedades humanas até as transformações europeias do século XIV, destacando o papel comercial e cultural do Mediterrâneo.

O volume do 7º ano trata dos povos e sociedades das Américas e da África, analisando um período histórico até o começo da expansão marítima e das guerras de conquista nos séculos XV e XVI. Esse conteúdo ajuda a entender a Época Moderna e suas características, encerrando com uma análise sobre as transformações na sociedade colonial, no sistema escravista e nas formas de resistência adotadas pelos povos escravizados ao longo do século XVIII.

O volume destinado ao 8º ano apresenta uma análise histórica dos séculos XVIII e XIX, com ênfase nas transformações econômicas, sociais e culturais ocorridas na Europa, incluindo o Iluminismo e a Revolução Industrial, bem como nos principais acontecimentos históricos da América e da África. A obra é concluída com uma unidade sobre o imperialismo e suas consequências.

O último volume, destinado ao 9º ano encerra os Anos Finais do Ensino Fundamental, abordando o século XX e início do XXI. Analisa a República oligárquica no Brasil e avança até questões atuais, relacionando o contexto nacional aos desafios globais do novo milênio.

O propósito dessa organização, foi buscar uma integração com os objetos de conhecimento e habilidades previstos na BNCC a opções autorais referentes ao processo histórico, mediante criteriosa seleção de conteúdos e reflexões em cada unidade. A abordagem relacionou produção simbólica e cultura material às análises das estruturas políticas e atividades econômicas. Cada unidade é iniciada por um texto introdutório e uma imagem que visam estimular a reflexão e o interesse dos estudantes.

As unidades estão divididas em três ou quatro partes, chamadas de trilhas, cada uma percorrendo determinado recorte temporal e temático. Os autores na organização dos conteúdos, acreditaram que essa divisão colaboraria, em função da análise das partes, para o entendimento do tema da unidade. Essas unidades narram processos históricos integrados a atividades que incentivam a participação do estudante. Os exercícios estão distribuídos ao longo dos textos, sem uma lista única ao final. As trilhas exploram temas sob diversas perspectivas, como cultura, tecnologia e dinâmicas sociais e políticas, e o conteúdo é enriquecido por recursos visuais como imagens, mapas e dados.

A coleção traz boxes de atividades com leitura, interpretação, mapas, gráficos e imagens, promovendo argumentação, leitura inferencial e investigação. O material inclui: um **Glossário** com definições; a seção **Fica a Dica** com sugestões culturais; além de **Documentos** e **Atividades** ao final das trilhas para promover análise e debates. Além disso, a obra contempla outras seções, como o quadro **Encerrando a Unidade**, que resume os principais temas tratados e sugere atividades de revisão ou debate. Esse recurso também pode ser utilizado como instrumento avaliativo, ao exigir a aplicação de conhecimentos, atitudes, valores e argumentação. **Encerrando a Unidade**, que resume os principais temas tratados e sugere atividades de revisão ou debate. Esse recurso também pode ser utilizado como instrumento avaliativo, ao exigir a aplicação de conhecimentos, atitudes, valores e argumentação.

As aulas de História e de Ensino Religioso devem apresentar variados contextos, buscando a realização de um trabalho plural, integrado e que abranja a diversidade cultural. Possibilitando dessa forma aos discentes uma identificação dos conteúdos com as suas vivências. Para que isso ocorra é fundamental que as abordagens feitas nas aulas de História e de Ensino Religioso, sejam contextualizadas a partir do conhecimento dos discentes. Possibilitando dessa maneira a compreensão por parte dos estudantes que as narrativas dessas disciplinas nos livros didáticos não estão prontas e nem finalizadas.

Nesse sentido, fica notório a abordagem diferenciada em relação às religiões trazidas pelos livros didáticos, percebe-se que as religiões “ditas” brancas têm mais visibilidade e sempre ganham um destaque diferenciado, independentemente de suas características. Assim, as religiões cristãs e islâmica, aparecerem nos quatro volumes em inúmeras páginas e sempre estão relacionadas com fatos históricos significativos. A seguir o texto apresenta uma parcela de como a coleção aborda o surgimento de Jesus e do Cristianismo:

Há dois tipos de fontes de informação sobre a história de Jesus. Existem as fontes científicas, com base no trabalho de historiadores e arqueólogos em torno de evidências e vestígios da presença de Jesus na Palestina, e as fontes religiosas, especialmente o Novo Testamento, que foi escrito sob a perspectiva cristã. Segundo a tradição cristã, após sua morte, Jesus **ressuscitou** e pediu a seus discípulos que levassem seus ensinamentos adiante. Eles, então, passaram a praticar, organizar e difundir aquilo que aprenderam, criando cerimônias e princípios religiosos. A difusão desses ensinamentos deu origem ao cristianismo. Com o tempo, a nova religião monoteísta se expandiu para outros territórios sob domínio do Império Romano. (Coleção Jornadas – 6º. 2024, p. 189, **grifo meu**).

É claro no texto a ideia diferenciada que o assunto recebe, existindo uma citação sobre as fontes científicas, que afirmam a existência de evidências e vestígios da presença de Jesus na Palestina, deixando subentendido que Jesus realmente existiu, pois existem comprovações. O que o texto apresenta como ainda controverso é a existência terrena de Jesus. Porém, mesmo assim, o texto complementa sobre as fontes religiosas cristãs, que ainda sob a perspectiva cristã, comprova ser Jesus filho de Deus.

O parágrafo seguinte, apresenta a afirmação que Jesus ressuscitou e que é filho de Deus, citando como referência dessa afirmação a tradição cristã, fortalecendo dessa maneira aos leitores a existência de uma ressuscitação. Tema que dependendo de quem o trata, ou como é abordado, passa a ser verdadeiro. Esse tema é contemplado desde a página 168 até a página 172.

Mais à frente o texto novamente se volta ao tema do cristianismo, agora com o título, “A Europa cristã”, que é abordado da página 197 a 204. Sendo apresentado uma citação direta dos ritos cristãos:

Diferentes reinos e povos europeus tinham a mesma maneira de compreender o mundo, e as relações humanas nesses locais eram baseadas nos ensinamentos de Cristo, elementos que constituíam uma **cosmovisão cristã**. Essa cosmovisão era vivenciada não apenas pela partilha de ideias e crenças, mas também pelas práticas religiosas comuns.

A Igreja católica desenvolveu, desde seus primeiros tempos, um conjunto de normas, ritos e cerimônias (como a missa) que incluíam procedimentos, gestos e orações a serem reproduzidas em igrejas, capelas, mosteiros e outros lugares devotados ao culto. Além disso, essas práticas eram acompanhadas de artefatos considerados sagrados, tais como a cruz, o cálice, a Bíblia e as roupas utilizadas nas cerimônias religiosas.
(Coleção Jornadas – 6º. 2024, p., **grifo meu**).

Após isso, na página 12, a narrativa se altera e o tema é o Islamismo, ficando claro que o assunto é apresentado como um movimento religioso e político: “Agora, vamos aprofundar os estudos sobre esse século, com destaque para um movimento religioso e político protagonizado pelos árabes: o islã ou **islamismo**”. Na sequência, o texto reforça o sentido de religião do movimento ao afirmar: “Você conhece alguém que seja adepto do islamismo? No Brasil, é pouco provável ter uma oportunidade como essa, pois somente cerca de 35 mil pessoas são praticantes dessa religião, segundo o *Censo Demográfico de 2010*”.

É importante frisar que mesmo o Islamismo ganhar o destaque e ser apresentado como uma religião, ainda assim, tem sua importância diminuída no texto, quando apresentou acima o número de adeptos e como ser muito difícil você conhecer algum praticante.

Na sequência continua com o tratamento diferenciado, pois:

A história da religião islâmica começou há mais de 1.400 anos, em 610, quando Maomé (571-632) **partilhou com outras pessoas os sonhos e as visões** que ele teve e interpretou como mensagens divinas. Segundo essas revelações, haveria um único Deus, Alá, que deveria ser adorado por todas as pessoas. Além disso, os fiéis a Alá tinham o dever de orar, jejuar e praticar a caridade (Coleção Jornadas – 6º, 2024, p. 213, **grifo meu**).

A narrativa sobre o Islã afirma que Maomé teve sonhos e visões e, após ter compartilhado com outras pessoas, ele mesmo fez a interpretação de que seriam mensagens divinas. Ficando claro o tratamento diferenciado estabelecido pela abordagem. A referência ao Islã vai até a página 218, quando o texto volta a tratar sobre o cristianismo, agora em outro momento histórico da sociedade europeia, com o título de Jerusalém e as Cruzadas, tema que ocupa a coleção até a página 223. Percebam, que fica evidente a importância e o destaque que é direcionado ao cristianismo, mesmo o Islamismo, que foi citado, apresentou uma certa diminuição em sua história, pois mesmo como fato histórico significativo aos Árabes, teve sua importância diminuída como fato histórico e religião. Em claro privilégio aos cristãos e sua manifestação religiosa.

Outro fator significativo que é importante a observação, é que o Islamismo ganhou destaque após se tornar uma ameaça aos interesses dominantes europeus. Dessa forma, ambas estão relacionadas com os acontecimentos da vida dos europeus e sua religião. Essa situação é somente no primeiro volume da coleção, o livro específico do sexto ano.



Figura 2 – Página do livro didático do sétimo ano com referência aos impérios africanos. Fonte: MAURÍCIO CARDOSO; FERNANDES, Priscila Nina. Jornadas: novos caminhos – História (6º ao 9º ano). 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022. E-book.

Já o segundo volume da coleção, no caso, o livro do sétimo ano, apresenta entre seus conteúdos os reinos africanos, nas páginas 26 a 37. Com o título de Três Impérios Negros-Africanos, o segundo parágrafo apresenta a seguinte narrativa:

Ao sul do deserto do Saara, em uma região conhecida como Sahel, desenvolveram-se, a partir do século VIII, diferentes culturas e impérios. Esses impérios integraram antigas tradições africanas e influências da religião islâmica, que se expandiu pelo norte da África e converteu os povos berberes (...) (Coleção Jornadas – 7º, 2024, p. 26).

Ainda no texto existe essa afirmação “A presença do islamismo no Império do Gana e em outros reinos do Sahel não culminou na conversão em massa da população, mas deixou marcas importantes na cultura material da região, especialmente em virtude da construção de mesquitas, os templos sagrados dos muçulmanos”. Mas aqui cabe um questionamento

fundamental: se eles se converteram, deveriam ter uma crença, ou mesmo, não crer em nada, mas não fica claro isso no texto. Somente existe a evidência na página 33, de que existia a religião islâmica e graças a ela, existiu o desenvolvimento e a unificação desses povos:

No norte da África, algumas etnias se tornaram predominantes ao longo do tempo e, especialmente depois da expansão da religião islâmica, viveram um período de unificação religiosa e política. Na África subsaariana, ou seja, ao sul do deserto do Saara, prevaleceu uma tendência maior e mais intensa à diversidade étnica e religiosa. (Coleção Jornadas – 7º, 2023, página 33).

Percebam que não existem referências a qualquer manifestação religiosa ou de religiosidade desses povos, elas somente passaram a existir após o contato com o Islamismo, e essa situação é clara em todas essas páginas. Não existindo nelas menções às religiões desses povos africanos, essas referências somente surgem quando eles são “adotados” pelo Islamismo. As referências existentes aparecem como se os povos africanos possuíssem cosmologias próprias, mas deixando claro como se esses povos não praticassem espécie alguma de religião. Deixando dessa forma transparecer que somente passaram a praticar algum ato relacionado ao sagrado, ou mesmo práticas religiosas, após o contato com os Árabes, que lhes ensinaram a religião. Unicamente à página 34 é que se descortina uma referência à religião africana negra, porém não é denominada de religião, mas sim de cosmologia:

Na cosmologia iorubá, as entidades espirituais são formadas por ancestrais divinos e forças da natureza que participaram da criação do mundo e atuam para manter o equilíbrio do cosmos. Suas crenças orientam todas as decisões coletivas e individuais e estabelecem condutas e comportamentos ao longo da vida. Transmitidas oralmente de geração a geração, as histórias eram narradas pelos mais velhos, que ocupavam um lugar central na organização política e religiosa de cada cidade ou aldeia (Coleção Jornadas – 7º, 2024, p.34).

O texto do livro na sequência ainda apresenta a seguir as orientações ao professor, afirmando que “na seção, explicamos as dinâmicas de formação e transformação do povo iorubá e suas formas de organização política e social. É preciso destacar para os estudantes que se trata de uma formação que difere dos modelos europeus de organização de Estados e impérios”. E prossegue, “Além disso, outro aspecto importante na formação da organização política iorubá era o papel central da espiritualidade e, de maneira mais ampla, da cosmovisão que orientava a estrutura social, o manejo dos recursos naturais (os modos de plantar e colher, as práticas de alimentação etc.) e as relações de poder.

Ainda o texto continua as informações sobre os Iorubás: a liderança política era também uma liderança guerreira e espiritual e, ainda que existissem chefes e xamãs especializados, não havia a distinção a que estamos acostumados a reconhecer nas sociedades modernas. Essa

integração entre sociedade, política, economia e religião fundava-se no poder da tradição e da ancestralidade, transmitida oralmente de geração em geração”. Ficando claro dessa maneira, que a referência continua sendo a visão europeia e sua religião, pois de acordo com o texto os Iorubás não possuíam religião e nem nada.

Já na página 35, existe uma referência aos Iorubás que convém os leitores pensar com um pouco mais de atenção:

A partir do século VIII, Ilê-Ifé tornou-se também o centro espiritual dos iorubás, passando a receber tributos e homenagens de outras localidades, cujos chefes guerreiros reconheciam a ancestralidade do herói Odudua. O chefe supremo de Ilê-Ifé não era apenas um obá, mas um **oni**, isto é, um rei com poderes políticos e religiosos e ascendência sobre os obás das outras cidades (Coleção Jornadas – 7º, 2024, p.34).

Percebam que o texto fala sobre centro espiritual, aborda ainda poderes religiosos, porém, não menciona sobre a religião. E isso é muito preocupante pois esses textos são trabalhados em sala de aula e “devem receber” orientações de um professor, que independentemente de sua orientação religiosa, transmite uma situação histórica e religiosa que ainda privilegia a cultural dominante. Pois é cristalina essa prática de manter os privilégios europeus, desmerecendo as outras manifestações históricas e religiosas. Deixando assim entre os estudantes a ideia de superioridade da Europa frente a outras sociedades, mesmo que tenha sido de maneira implícita.

Em relação às atividades recomendadas ao professor para que se trabalhe com os estudantes, consta a atividade logo abaixo da imagem:

Os iorubás e a cidade de Ilê-Ifé

De acordo com a narrativa iorubá, Ocumarié, divindade suprema que habitava o mundo infinito e desconhecido, lançou o herói Oduduá em uma corrente de água para os pântanos que cobriam a Terra. Oduduá chegou e ficou sobre o pântano um pouco de terra e nela plantou uma palmeira de dendê e colocou uma galinha que começou a ciscar e espalhar a terra. No local onde se assentou, surgiu a cidade de Ilê-Ifé, que significa no idioma iorubá 'o que é vasto' ou 'o que se alarga'.

Essa narrativa integra a cosmologia iorubá, uma das maiores etnias africanas atualmente com cerca de 30 milhões de pessoas, espalhadas entre a Nigéria, o Togo e o Benin. A história de Oduduá conta como o mundo foi criado a partir de Ilê-Ifé, uma das mais importantes cidades dos iorubás.

Ilê-Ifé desenvolveu-se graças à sua localização estratégica que lhe permitia controlar o comércio entre o oceano Atlântico e o rio Níger. Por lá passavam alimentos (candê, palha seca, inhame), especiarias, ouro, marfim, carne e sal vindos dos povos do sul. Mas um dos mais lucrativos produtos desse mercado durante muito tempo, foram as pessoas escravizadas vendidas para o norte da África em troca de ouro, lã, armas e tecidos.

A partir do século VIII, Ilê-Ifé tornou-se também o centro espiritual dos iorubás, passando a receber tributos e homenagens de outras localidades, cujos chefes guerreiros reconheciam a ancestralidade do herói Oduduá. O chefe supremo de Ilê-Ifé não era apenas um chefe, mas um **oni**, isto é, um rei, com poderes políticos e religiosos e ascendência sobre as outras cidades.



Cabeça de Ilê-Ifé, séculos XII e XV, feita de latão com a técnica "cera perdida" que utiliza um molde de cera fechada por um refratário que ao ser aquecido, derrete a cera e o objeto entra em seu lugar. A coroa sobre sua cabeça era, possivelmente, um símbolo do rei, o soberano de Ilê-Ifé.

1. Em uma roda de conversa, dialogue com a turma sobre as seguintes questões: Como você reage ao ouvir uma história que inclui um "mundo infinito", uma palmeira de dendê e uma galinha? Você costuma acreditar em narrativas que parecem fantasias ou tem o hábito de questionar se elas são verdadeiras?

2. Em seguida, escreva um parágrafo com suas conclusões sobre o debate.



Não escreva no livro.

1. Respostas pessoais. Espera-se que a roda de conversa possa ter um debate sobre a diferença entre cosmovisões tradicionais e concepções racionalistas do mundo.
2. Resposta pessoal. A atividade visa estimular o desenvolvimento da escrita.

Os iorubás e o Brasil

A vinda de iorubás para o Brasil na concepção de escravizados se intensificou a partir do século XVII até o fim do tráfico atlântico, na década de 1850, e foi mais marcante nos atuais estados da Bahia e do Rio de Janeiro. Mas conhecidos como **negôs** de que origem iorubá, esses indivíduos participaram ativamente da formação da sociedade brasileira.

Nel Lopes, importante pesquisador das culturas afro-brasileiras, além de ser sambista, poeta e advogado, publicou o *Dicionário de termos afro-brasileiros*. A primeira edição foi lançada em 2006. Leia, a seguir, quatro verbetes desse dicionário sobre a presença dos negôs no Brasil.

Leitura complementar

A cidade de Ilê-Ifé

IFÉ (ILÊ-IFÉ). Cidade-Estado no sudoeste da atual Nigéria, situada na orla da floresta equatorial. Habitada, segundo Adékòyà, possivelmente desde o século VI d.C., foi o núcleo de origem e centro religioso do povo iorubá, liderado por Agbonmiregun ou Setilu. No dizer de Fabunmi, citado por Adékòyà, de Ilê-Ifé, especificamente da localidade de Itajero, teriam saído 27 descendentes de Oduduá para fundar várias cidades e províncias, inclusive a que constituiria, mais tarde, o reino de Benin. O povo de Ilê-Ifé destacou-se pelo desenvolvimento de sua arte, notadamente por suas esculturas em bronze. Essa arte transmitida ao reino de Benin, onde experimentou um novo desenvolvimento, e também a presença da escultura em pedra, tudo isso prova a existência de um grande polo de civilização na região. A comparação dessas técnicas e formas artísticas com outras surgidas na Núbia pode apontar sua origem; e para alguns autores essa filiação núbia da arte de Ifé teria sido um prolongamento da influência helênica. Outros autores, ainda, buscam explicar a surpreendente arte do eixo Ifé-Benin por meio de uma suposta colonização fenícia, com base na lendária expedição de Hannon.

LOPES, Nel. *Dicionário de Antropologia Africana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 150.

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

Para a realização da atividade proposta, pode ser oportuno refletir com a turma sobre as diferentes cosmovisões, na medida em que culturas marcadas pelo racionalismo, como a ocidental, tendem a separar os acontecimentos "reais" dos personagens e dos fatos imaginados. Mas, em culturas tradicionais como a iorubá, a cosmologia, por meio de suas narrativas mitológicas, explica também os acontecimentos reais. Assim, a história de Oduduá caracteriza um herói mítico da região, mas também conta de que modo, em algum momento da história, Ilê-Ifé tornou-se a cidade dos iorubás e passou a ser governada por uma dinastia de reis que descendiam desse herói.

Esta atividade colabora para o trabalho com a habilidade EF07H03, relacionada com a compreensão das sociedades africanas, a CECH 2, voltada para a análise do mundo social, e a CEH 4, dirigida para o entendimento de diferentes versões e concepções a respeito do mesmo fenômeno. Além disso, contribui para o desenvolvimento do TCT Diversidade Cultural.

Figura 3 – Página do livro didático do sétimo ano com referência aos iorubás. Fonte: MAURÍCIO CARDOSO; FERNANDES, Priscila Nina. *Jornadas: novos caminhos – História* (6º ao 9º ano). 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022. E-book.

As orientações para realizar a atividade consistem em:

Em uma roda de conversa, dialogue com a turma sobre as seguintes questões: Como você reage ao ouvir uma história que inclui um “mundo infinito”, uma palmeira de dendê e uma galinha? Você costuma acreditar em narrativas que parecem fantasiosas ou tem o hábito de questionar se elas são verdadeiras?]

Respostas pessoais. Espera-se que a roda de conversa possibilite um debate sobre a diferença entre cosmovisões tradicionais e concepções racionalistas do mundo (Coleção Jornadas – 7º, 2024, p.35).

Veja como é apresentada a narrativa e como é sugerida a atividade, narrativas que parecem fantasiosas, especificando uma palmeira de dendê e uma galinha, em um claro propósito de desvalorização da história Iorubá.

O conteúdo cumpre a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil. Porém, convém indagar como o conteúdo é apresentado, pois o que se espera é uma interpretação desta lei contemple sem discriminação o estudo da história, cultura, política e sociedade africana no passado e no presente refletindo, inclusive, suas transformações. Mas o estudo da história e cultura afro-brasileira no lote de livros didáticos do ensino fundamental, objeto de análise, escolhe recortes que nitidamente desmerecem e não direcionam de maneira correta e satisfatória para os aspectos formadores da religiosidade afro-brasileira.

Sales Augusto dos Santos, (2023, p. 1) afirmou que a legislação federal é bem genérica e não se preocupa com a implementação adequada do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Ela não estabelece metas para implementação da lei, não se preocupa com a qualificação dos professores o que é pior, os programas de ensino das universidades ainda carecem de atualizações sobre esses temas. Deixando parecer que a mesma lei, transferiu a responsabilidade do ensino supracitado para os professores, deixando implícito que suas vontades e esforços definirão a implementação da lei ou quem seria o órgão responsável pela implementação adequada dela.

Gomes (2011), por sua vez, afirmou que o percurso de normatização decorrente da aprovação da Lei nº 10.639/03 deveria ser mais conhecido pelos educadores e educadoras das escolas públicas e privadas do país. Devendo fazer parte do processo de luta contra o racismo e entendida como uma das muitas e necessárias medidas afirmativas visando a superação das desigualdades.

Dessa maneira, para o fortalecimento dessas políticas, é fundamental esclarecer que elas podem ser realizadas por meio de cotas, projetos, leis, planos de ação, mas é importante desmistificar a ideia de que tais ações só podem ser implementadas por meio da política de cotas e que, na educação, somente o ensino superior é passível de ações afirmativas. Esse pensamento, delimita essas políticas, que por sua natureza, possuem um caráter muito mais abrangente.

É indiscutível e fundamental o conhecimento sobre a formação histórica e cultural do

continente africano, como também, suas influências para a formação da sociedade brasileira. Ainda mais que aproximadamente 5 milhões de seres humanos foram arrancados de suas origens e destruídos em seus sonhos, para em uma migração forçada serem transformados em escravos.

Daí ser significativo e importante o reconhecimento, estudo e valorização da contribuição dos povos africanos para a construção da sociedade brasileira, inclusive a sua diversidade religiosa. Os livros didáticos evitam, por exemplo, apresentar uma visão diacrônica da religiosidade na África, deixando de lado dados estatísticos sobre a atual configuração religiosa do continente africano em que as matrizes tradicionais aparecem hoje bastante diminuídas.

Essa prática tão corriqueira ainda acontece nas produções sobre os africanos e afro-brasileiros, inclusive nos livros didáticos, como esta análise tenta apresentar uma contribuição. Ainda sobre o livro didático, em sua página 36, existe um pequeno texto sobre o Candomblé e o significado da palavra Axé:

AXÉ

Termo de origem iorubá que significa a força que permite a realização da vida, que assegura a existência, que possibilita os acontecimentos e as transformações. [...]

CANDOMBLÉ

Nome genérico com que, no Brasil, se designam o culto aos orixás iorubanos e jejes e algumas formas dele derivadas, manifestas em diversas “nações”. [...]. A modalidade original consiste em um sistema religioso autônomo e específico que ganhou forma e se desenvolveu no Brasil, a partir da Bahia, com base em diversas tradições religiosas de origem africana, notadamente da região do golfo da Guiné. [...]. (Coleção Jornadas – 7º, 2024, p.36).

Percebam que são citadas algumas características relacionadas aos Iorubás, porém não existe citação que o candomblé é uma religião, mas sim recebe a denominação de culto, sistema religioso autônomo e específico com base em diversas tradições religiosas de origem africana. Porém, o texto não apresenta essas diversas tradições e ainda induz o leitor a não identificar o Candomblé como uma religião, ainda mais religião afro.

Nesse intento, é importante deixar claro que não é fundamental aprofundar o entendimento das diferenças entre culto e religião, visto que existem diversas definições sobre esses conceitos. Um ponto relativamente pacificado entre alguns autores é a ideia de que o culto pode assumir a forma de uma filosofia voltada ao controle e ao isolamento das pessoas. As religiões, por sua vez, são geralmente compreendidas como estruturas sociais que, muitas vezes, promovem um senso de comunidade. Desse modo, ambas envolvem crenças e rituais que, dependendo da forma como são utilizados, podem gerar interpretações deturpadas e

preconceituosas.

Em um comportamento elitista, o texto apresentado pelo livro, não possibilita uma identificação por parte dos afro-brasileiros com as religiões de seus ancestrais, mas sim, impõe de maneira subjetiva informações que valorizam religiões e culturas diferentes, em um velado processo de subordinação cultural, principalmente quando se trata de “vertentes” cristãs que são intolerantes ao sincretismo religioso. Fazendo com que propositalmente os livros didáticos “esqueçam” a importância do povo negro, afro-brasileiro e indígenas, sendo esse esquecimento parte histórica e significativa dentro do processo de construção da sociedade nacional.

De fato, o direito constitucional à liberdade de consciência, expressão, crença e culto deve ser garantido a todos. Para isto, políticas de combate à intolerância religiosa devem mesmo ser empreendidas no conjunto da sociedade, fundamentalmente nas unidades escolares. A estratégia de propagação da cultura religiosa afro em algumas escolas nos últimos anos, começa a dar resultado. Cada vez mais é possível observar a adesão de jovens às religiões brasileiras de matriz africana, sobretudo os de ascendência negra, fenômeno que certamente se confirmará em censos futuros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É evidente nas narrativas históricas que desde o período inicial da colonização, o propósito da evangelização cristã é claro. Estando esse compromisso garantido com a vinda dos Jesuítas desde o primeiro momento. E tem mais, o processo de colonização dos reinos católicos justificam o seu intento, através de uma “justificativa sagrada”, como se o próprio Deus estivesse ocupando e colonizando as novas terras.

Porque, cristianíssimos e mui augustos, excelentes e poderosos soberanos, Rei e Rainha das Espanhas e das ilhas do mar, Nossos Monarcas, neste presente ano de 1492 [...] pensaram em enviar-me, a mim, Cristóvão Colombo, às mencionadas regiões da Índia para ir ver os ditos príncipes, os povos, as terras e a disposição delas e de tudo e a maneira que se pudesse ater-se para a sua conversão à nossa fé [...]” Cartas de Cristóvão Colombo (Coleção Jornadas – 7º, 2024, p. 58).

Os primeiros contatos dos europeus com indianos, africanos e indígenas do continente americano aconteceram entre alianças e conflitos. Ao longo dos séculos, a intolerância religiosa e a incompreensão dos europeus diante de novas culturas e religiões tiveram consequências desastrosas para as populações não europeias (Coleção Jornadas – 7º, 2024, p.55).

Ainda no mesmo volume existe um subtítulo denominado “Outras expressões religiosas”, que faz referências às irmandades católicas negras, que foram posteriormente organizadas por grupos de pessoas negras que se reuniram para celebrar a fé católica e as tradições africanas. Sendo essas associações significativas em seu papel de resistência contra a

escravização e foram organizadas praticamente em quase toda a América, tornar-se fundamental em seus propósitos, o contato entre o cristianismo e os modos trazidos pelos africanos de se relacionar com o sagrado. Como se somente em função do contato com o cristianismo elas passaram a existir.

Como o próprio livro didático apresentou, as expressões religiosas são formas de resguardar memórias e os rituais são modos de compreender o mundo. Sendo essas expressões religiosas observadas na umbanda, na jurema, no Omolokô, nos candomblés e em outras religiões brasileiras de origem africana. Conforme escreveu, em 2019, o professor Milton Santos:

O candomblé, por exemplo, é uma religião afro-brasileira de culto aos ancestrais que foi passada de geração em geração. Existem vários tipos de candomblé, que são chamados de “nações”. O **candomblé ketu**, por exemplo, cultua os orixás, ancestrais divinizados dos iorubas. Já o **candomblé congo-angola** cultua os inquices, que se caracterizam como antepassados divinizados dos povos falantes de idiomas do Níger-Congo. O **candomblé jeje**, que remonta aos povos Jejes e Fons, por outro lado, cultua os voduns, ancestrais também divinizados e representados por pequenas esculturas (...) (Santos, 2019, p. 47).

Porém, nem todas as práticas religiosas africanas podiam ser realizadas na América portuguesa da mesma maneira como eram efetuadas em sua terra natal, pois esses rituais utilizavam plantas e alimentos específicos de regiões da África. Outro fator significativo, foi a jornada de trabalho dos escravizados, que trabalhavam de sol a sol todos os dias, forçando dessa maneira o surgimento de algumas adaptações nos rituais sagrados, essencialmente no uso de plantas e alimentos nativos da América. Recriando dessa maneira, novas práticas religiosas, que garantiram a sobrevivência de narrativas e modos de compreensão que as comunidades africanas tinham do mundo.

O conteúdo do capítulo, no mesmo volume, apresenta em sequência, a figura 4 sobre uma cena de escravidão nos Estados Unidos, tão longe né, será por quê? Talvez para desconsiderar a existência de história africana e afro-brasileira no Brasil com elementos de religiões surgidas na América. Trazendo em seguida um texto, acompanhado das orientações para o trabalho do professor com o material.



Figura 4 – Detalhe da página do livro didático com a tela Antiga Plantação, John Rose – 1785 -1789.

Fonte: MAURÍCIO CARDOSO; FERNANDES, Priscila Nina. Jornadas: novos caminhos – História (6º ao 9º ano). 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022. E-book.

Essa obra representa escravizados do sul dos Estados Unidos. Ela traz elementos comuns das religiões que surgiram a partir da diáspora africana. Note, por exemplo, a dança, o uso de bastões (como ocorre nos cortejos de diversas irmandades católicas negras) e dos turbantes, além da presença de um tambor e de uma quartinha à direita. Ou seja, um vaso de cerâmica, com tampa, usado para guardar água. Em religiões da diáspora africana, a quartinha pode guardar objetos sagrados imersos em água.

Na mesma página, há orientações didáticas que apresentam o tema e incentivam respeito e tolerância religiosa entre os estudantes.



Figura 5 – Página do livro didático do sétimo ano com referência a outras expressões religiosas.

Fonte: MAURÍCIO CARDOSO; FERNANDES, Priscila Nina. Jornadas: novos caminhos – História (6º ao 9º ano). 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022. E-book.

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

As religiões de matriz africana mais conhecidas no Brasil são o candomblé e a umbanda, mas existem diversas outras que se originam dessa lógica da diáspora africana, como o vodum. Como evidência o texto didático, até

mesmo o candomblé não tem expressão única, mas se divide em diferentes vertentes, com variadas origens.

É preciso levar os estudantes a compreenderem que a umbanda e o candomblé nascem no Brasil como resultado de um sincretismo de religiões africanas e o cristianismo, e representam uma parte significativa da cultura brasileira. No entanto, ainda como resquício da escravidão e fruto do racismo, seus praticantes sofrem profundas perseguições no território brasileiro. Notícias de ataques a terreiros de umbanda e candomblé são frequentes nos jornais atualmente, e é necessário que os estudantes compreendam a gravidade disso, pois afeta a liberdade religiosa que consta em nossa Constituição e mostra um racismo violento e apegado à estrutura escravista (...) (Coleção Jornadas – 7º, 2024, p. 221).

Essas recomendações didáticas são complementadas com as orientações ao professor:

Este tópico, ao trazer características dos rituais do candomblé, visa aproximar os estudantes desse conhecimento, a fim de que sejam estimulados à tolerância religiosa e aprendam sobre o respeito à cultura afro-brasileira. É relevante reforçar as discussões sobre a tolerância religiosa, desenvolvendo, assim, a CG 6 (Coleção Jornadas – 7º, 2024, p. 221).

Por fim, ainda no lado superior direito, na mesma página, existe uma continuação das recomendações, solicitando que seja feita uma observação sobre os instrumentos utilizados pelos escravizados apresentados na imagem e que o estudante busque em uma minuciosa observação, a existência comum entre os povos.

Ainda recomenda a observação das semelhanças com ritmos musicais brasileiros, citando o samba. Quando seria muito mais correto que fizesse uma referência aos ritmos afro-brasileiros existentes à época da escravização. Pois esses ritmos, somente após os anos de 1920, foram pela indústria cultural brasileira transformados em samba e posteriormente ressignificado pela população negra no Brasil. Não existindo uma referência a um exame mais aprofundado ou mesmo atividades sobre a religiosidade desses povos.

Na sequência aparece um texto sobre Quilombos, apresentando a existência de alguns no território brasileiro, trazendo algumas características, porém, não existem referências ao aspecto religioso dos quilombolas:

O tema da cultura negra e da escravidão é central nessa unidade, que discute o lento processo de abolição da escravidão e de formação de uma economia alinhada ao desenvolvimento do capitalismo industrial, com o emprego da mão de obra livre e, em seguida, assalariada. Trata-se de um momento crucial da História do Brasil, em que preconceitos e violências de todo o tipo são acirrados, fixados nas instituições e nas práticas sociais, criando uma cultura amalgamada pelo racismo e, em seguida, já no período republicano, pelo mito perverso da meritocracia (Coleção Jornadas – 7º, 2024, p. 222).

Porém, nas recomendações para o professor, o que é visto no texto, não apresenta aspectos da cultura negra, mas sim, partes da história econômica do país: “quando apresenta um dos grandes temas da unidade é o da cultura do café e a modernização conservadora a ela associada, como a imigração para o Sudeste e a legislação referente à propriedade fundiária e à mão de obra, criada a partir de 1850” (Coleção Jornadas – 8º, 2024, p. 212).

E ainda continua no mesmo texto, em outro parágrafo: “Além da cultura negra e das transformações promovidas pela cafeicultura, a unidade discute ainda a relação estabelecida entre o Império e as populações indígenas, em seus aspectos políticos, econômicos e culturais” (Coleção Jornadas – 7º, 2024, p. 222).

Entretanto, quando se acessa o corpo de texto em referência, fica claro que de cultura negra não existe o destaque dado, pois na página 214, agora já com outro título, *Trilha 1, Cultura e Sociedade no Império*, as referências são sobre os indígenas. Somente na página 217, em um subtítulo, existe a referência às culturas negras e no segundo parágrafo se faz a citação:

Assim, quando falamos de culturas negras no Império, não estamos falando apenas de práticas culturais de africanos e afrodescendentes escravizados, mas de culturas que tinham várias origens e que eram seguidas por boa parte da população do país.

Um exemplo dessas práticas é o **candomblé**, que surgiu na primeira metade do século

XIX. Os primeiros **terreiros** de candomblé foram criados na Bahia, mas logo se espalharam para outras províncias, como Maranhão e Rio de Janeiro. Inspirado em cultos de origem ioruba, o candomblé resultou da combinação de práticas religiosas africanas e da incorporação de ritos indígenas e elementos do catolicismo. (Coleção Jornadas – 7º, 2024, p. 217).

Como é possível notar, o texto não demarca a existência de uma religião, deixando transparecer a ideia de que os povos africanos não possuísem nenhuma religião ou mesmo qualquer prática religiosa. Nesse sentido, os conteúdos trazem um silenciamento da história africana e dos afrodescendentes. Comportamento que não poderia ter enfoque diferente em relação às manifestações religiosas, pois são praticamente apagadas. Somente o Candomblé é citado, mas não como religião, mas sim como manifestação (mesmo que seja) de uma prática cultural.

b) Proponha duas ou mais ações que a escola pode adotar para combater a intolerância religiosa (Coleção Jornadas – 8º, 2024, p. 217).

Existem ainda na mesma página 217, do Volume III, da Coleção Jornadas, as recomendações para os estudantes e as orientações para o trabalho do professor: Os estudantes poderão ampliar a percepção deles sobre as religiões afro-brasileiras por meio da atividade desta página, que se refere a ataques sofridos por praticantes dessas vertentes religiosas no Brasil atual, e propor ações efetivas de combate à intolerância religiosa.

O texto na mesma página ainda continua enaltecendo o trabalho nessa atividade, afirmando que ela promove o fortalecimento da habilidade EF08HI14 - Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas. Como também da habilidade EF08HI19- Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.

Ainda valoriza as competências gerais – Competência Geral - CG 2 - Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. Igualmente, a competência geral 7 - Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Avaliam ainda as competências específicas de ciências humanas - CECH 1- Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos. Competência Específica de Ciências Humanas CECH 2 - Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico- -informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo. e Competência Específica de Ciências Humanas - CECH 4 - Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade

de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Ainda o texto valoriza as Competências Específicas de História - CEH 2 - Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica. e Competência Específica de História - CEH 5 - Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.

Por último, valorizam também, os Temas Contemporâneos Transversais - TCTs Educação em Direitos Humanos, Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras e Diversidade Cultural”. Que são ligados à vida social e ao mundo contemporâneo, tais temas não estão relacionados a nenhuma área de conhecimento ou componente curricular específico, mas permeiam o currículo de todos eles. BNCC.

Somente na página 235 há uma referência às religiões do povo negro, inserida como um subtítulo do tema mais amplo “Resistência à Escravidão”. Nesse trecho, o texto apresenta alguns pontos de resistência ao sistema escravista, entre os quais se destaca a menção às religiões afro-brasileiras. Essas religiões são caracterizadas como formas de resistência espiritual, pois criavam vínculos entre os escravizados e contribuía para a aglutinação da comunidade negra.

Com um subtítulo do tema maior - Resistência à Escravidão, momento no texto em que estão apresentados alguns pontos de resistência à escravidão, e entre os quais existe uma fala sobre as Religiões afro-brasileiras. As religiões são citadas como formas de resistência espiritual, e criavam vínculos entre os escravizados, aglutinando toda a comunidade negra:

religiões afro-brasileiras: formas de resistência espiritual, criavam vínculos entre os escravizados e aglutinavam a comunidade negra. Alguns exemplos dessas religiões são o candomblé e o tambor de mina. Muitas vezes, essas religiões se mesclavam com aspectos do cristianismo, como ocorria nas irmandades negras (Coleção Jornadas – 8º, 2024, p. 235).

Nessa apresentação, surgem como exemplo de religião o Candomblé e o Tambor de Mina, tendo a citação finalizada “que por muitas vezes, essas religiões se mesclavam com aspectos do cristianismo, como ocorria nas irmandades negras”. O que se apresenta como mais curioso nas orientações para o trabalho do professor, não existem atividades referentes a essas religiões, como também, nada foi falado sobre o tambor de mina, muito menos que fosse feita

uma leitura complementar ou pesquisa sobre esta religiosidade. (Coleção Jornadas – 8º, 2024, p. 235).



Figura 8 – Página do livro didático do oitavo ano com referência às resistências à escravidão. Fonte: MAURÍCIO CARDOSO; FERNANDES, Priscila Nina. Jornadas: novos caminhos – História (6º ao 9º ano). 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022. E-book.

3.3 Livro Paradidático como produto: história da Umbanda

A Umbanda é uma religião brasileira que combina elementos do catolicismo, espiritismo, e religiões africanas. Para auxiliar no ensino sobre essa rica e diversificada prática espiritual, propõe-se a criação de um livro paradidático específico. Este livro oferecerá aos

estudantes uma visão romanceada sobre os fundamentos, rituais e valores da Umbanda, na qual o estudante entenderá a religião como um exemplo vivo de sincretismo cultural.

Objetivo do Livro

Promover uma compreensão respeitosa e informada da umbanda entre estudantes. Buscando combater preconceitos e estereótipos, valorizando dessa forma, as contribuições históricas, culturais e espirituais desta religião para a sociedade brasileira.

Conteúdo

O livro foi estruturado em dois capítulos, os quais contam a história de uma família umbandista e ainda terá um anexo que apresentará dados específicos aos rituais e os orixás e os guias da Umbanda. Entidades Espirituais: Introdução às entidades cultuadas na Umbanda.

Metodologia

O livro utilizará uma estrutura romanceada em uma abordagem interdisciplinar, podendo ser em sala de aula utilizado para debates em estudos religiosos nas disciplinas de história, sociologia, antropologia e Ensino Religioso. Podendo incluir em função do planejamento anual, atividades práticas, debates e projetos de pesquisa que incentivem o envolvimento participativo dos estudantes.

Benefícios

Promover uma educação inclusiva, que possibilite uma educação que reconheça e valorize a diversidade religiosa, combatendo o preconceito, valorize a cultura e contribua para a formação de cidadãos críticos e respeitosos. Esse livro paradigmático pode ser uma ferramenta valiosa para educadores que desejam enriquecer o currículo escolar e fomentar um ambiente de aprendizagem inclusivo e democrático, onde todas as expressões culturais sejam respeitadas e valorizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção das religiões afro-brasileiras no currículo escolar é essencial para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática. Essas religiões são mais do que formas de fé, são expressões culturais que criaram vínculos e fortaleceram a resistência espiritual entre os escravizados e posteriormente entre os seus descendentes, unindo a comunidade negra. No sentido dessa valorização, existiu uma abordagem significativa desses saberes, no ensino das disciplinas de História e Ensino Religioso.

Dentro de um contexto histórico esta análise procurou contribuir com os estudos sobre as religiões afro-brasileiras, apresentando novas perspectivas que proporcionassem visões menos deturpadas e novas abordagens. Possibilitando que as referências significativas esquecidas por muito tempo, fossem identificadas e criassem perspectivas de novos entendimentos e reflexões nos currículos escolares sobre essas invisibilidades.

As fontes contribuíram fortemente para dar uma identidade ao trabalho e uma análise mais aprofundada da Coleção Jornadas – História – Ensino Fundamental, nos volumes referentes aos 6º. Até o 9º. Anos, identificando alguns apagamentos significativos no texto da coleção. A análise em nenhum momento teve a intenção de diminuir ou menosprezar o trabalho realizado pelos autores, mas sim, proporcionar uma colaboração significativa que possa auxiliar na utilização e aplicação dos objetivos da Coleção Jornadas.

Em busca de superar os desafios existentes, este trabalho procurou superar os desafios existentes na sociedade brasileira que impedem a construção e a implementação de uma educação plural e inclusiva. Em um propósito de práticas pedagógicas que promovam e valorizem no Brasil, a diversidade em todos os seus aspectos. Promovendo ainda o respeito as múltiplas formas de espiritualidade existentes na sociedade nacional.

Que este trabalho possa possibilitar novas abordagens no ensino e aprendizagem nas aulas de História e de Ensino Religioso, ampliando as visões existentes sobre saberes religiosos africanos e reconhecendo a sua importância para a formação da história nacional. Nesse propósito o livro didático deve divulgar e ampliar esses conhecimentos, para assim, permitir aos estudantes, um crescimento significativo em suas percepções sobre a História da África e do Brasil.

Possibilitando dessa maneira ações afirmativas que combatam a intolerância religiosa de maneira eficaz. Valorizando e divulgando essas práticas espirituais, para assim reconhecer e combater os preconceitos e estereótipos que ainda persistem sobre as populações indígenas e negras no Brasil.

Como um dos objetivos deste trabalho, a prática educativa renovadora, deve promover um ambiente acolhedor onde a ancestralidade de todos os pertencentes a comunidade escolar, e principalmente os estudantes seja parte integrante de sua formação. Tornando a escola um espaço de construção e disseminação de saberes, como um verdadeiro laboratório de ideias que fomente a justiça social e combata às desigualdades.

A ampliação e inclusão das religiões de matriz africana nas aulas de História e Ensino Religioso é essencial para a criação de uma sociedade plural, antirracista e harmoniosa, onde todas as expressões culturais possam coexistir e serem valorizadas. Este reconhecimento é um passo crucial para a formação de cidadãos conscientes, que promovam atitudes de compreensão e respeito pela diversidade.

Portanto, é fundamental para as unidades escolares, a implementação de práticas multiculturais que incluam conhecimentos afro-brasileiros e africanos, para assim fortalecer uma educação que abrace as diferenças e promova não a tolerância, mas sim o respeito de todas as manifestações religiosas. Que seja uma construção ampla e que fortaleça uma agenda de ensino focada na valorização das identidades e promova a cidadania em novas atitudes pedagógicas.

Essa é a proposta que deve ser levada às unidades escolares em todos os aspectos, considerando assim as particularidades de todas as disciplinas, (especificamente História e Ensino Religioso) e cada qual possa apresentar as suas características com as contribuições de todos os educandos em um comportamento efetivamente democrático. Para assim, considerar a unidade escolar como formadora e reprodutora de conhecimentos.

Essas escolas devem proporcionar em suas aulas um forte vínculo com a justiça social e uma luta constante contra as desigualdades, proporcionando aos menos favorecidos e historicamente silenciados, a valorização das suas culturas. Daí vem a importância dos estudos que valorizem saberes africanos e afro-brasileiros. Mas para que isso aconteça, os livros didáticos devem apresentar essas referências em conteúdos fundamentais contra a segregação e o racismo, tornando essa prática um hábito e uma luta constante contra as desigualdades.

Assim, o livro didático proporcionará uma verdadeira efetivação do diálogo e a compreensão do papel legítimo da escola em uma verdadeira democracia, que almeja uma convivência pacífica e harmoniosa entre grupos diversos na comunidade escolar. Tendo significativa e vital importância nessa “construção”, a identificação das condições que possibilitem o reconhecimento das diferenças entre esses saberes e que elas sejam “integradas” em um processo que não anule as individualidades.

Neste propósito caminha este trabalho, ou seja, oferecer uma nova perspectiva nessa

realidade atual, proporcionando nas aulas de História e de Ensino Religioso o direito de pertencimento das religiões de matriz africana e afro-brasileiras e indígenas. Reconhecendo assim o direito de expressão dessas culturas historicamente “descartadas”, para que assim possam elas se manifestarem. Aumentando dessa maneira as atitudes de compreensão e projete uma verdadeira identidade nacional e que ressignifique o projeto político social e o projeto político pedagógico das unidades escolares.

Daí a importância de se pensar nas unidades escolares, em práticas multiculturais de ensino em todas as áreas, essencialmente nas aulas de História e do Ensino Religioso. que inclua atitudes de respeito, compreensão da diversidade e de valorização das religiões de Matriz Africana e as Afro-brasileiras, efetivando a interação entre todas as religiões, não somente um espaço de promoção de valores de uma determinada corrente religiosa.

Por fim, A preocupação com a disseminação de modelos comportamentais que possam estabelecer padrões às vidas aos educandos nunca deve ser o foco, mas sim, a possibilidade de um amplo debate sobre a ideia do histórico e do sagrado, valorizando as crenças e os valores, de todas as correntes religiosas.

Este trabalho não tem a intenção de finalizar as pesquisas sobre o tema, mas sim ser um ponto provocador para novas observações, permitindo dessa forma a ampliação de pensamentos sobre o tema e possibilitando novas perspectivas de pesquisas e novas interpretações de saberes e acontecimentos históricos.

O manuseio das fontes despertou curiosidades sobre temas que saltavam em tom provocador e por muitas desviavam este autor dos objetivos, como por exemplo: os Calundus, a Cabula e a Macumba. Além disso, as informações históricas sobre a Umbanda foram significativas, provocando de uma certa maneira, que por algumas vezes, foi pensado a mudança do objetivo central do que estava sendo pesquisado.

O surgimento da Umbanda e o branqueamento das práticas com influências africanas, foi uma dessas tentações intelectuais, a vida do próprio Zélio Fernandino e o processo (político) de consolidação como religião.

Ainda como objetivo de pesquisa, surgiu a dúvida de como foi a relação da Umbanda com o regime militar de 1964 até 1985. Analisar o envolvimento dela com o processo eleitoral instalado no país, a partir de 1960, e as várias consequências daí resultantes. Qual era a sua aproximação com o Espiritismo Kardecista, até que ponto isso influenciou em sua organização? Existiu uma relação política da Umbanda com o governo militar, por questões de ordem social, política, econômica e religiosa?

São questões que ainda carecem de respostas e que como já falei, a floraram

espontaneamente das fontes. Acredito que uma visão mais apurada pode possibilitar novos olhares e permitir novos entendimentos. Para assim, provocar também, ou consolidar conhecimentos significativos sobre as religiões afro-brasileiras e africanas.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. In: BRASIL. Senado Federal. Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de Estudos Estratégicos. **Constituições brasileiras**. v. 2: Constituição de 1891. Brasília: Senado Federal, 2004.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BALEEIRO, Aliomar. **Constituições brasileiras**. v. 2. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BARROS, Valquíria da Silva. **Racismo religioso, branqueamento e legitimidade: o caso da primeira onda da Umbanda no Rio de Janeiro do início do século XX**. *Inter-Legere*, v. 5, n. 35, 2022.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

BIRMAN, Patrícia. **O que é umbanda**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT FILHO, José. **Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Koinonia, 2003.

BRASIL. **Constituições de 1824 a 1988: Constituição Imperial e Constituições da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, [s.d.].

BROWN, Diana. Uma história da umbanda no Rio. In: BROWN, Diana et al. **Umbanda e política**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 9–42.

CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde vejo o mundo? In: BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Educação & Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 156–168, maio/ago. 2003.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CAFÉ, Lucas Santos. **Racismo, colonialismo e descolonização curricular: caminhos da implementação da Lei nº 10.639/2003 e da educação antirracista no IFMT (2008–2021)**. 2023. Tese (Doutorado) — Cuiabá, 2023.

CECCHETTI, Elói. **A laicização do ensino no Brasil (1889–1934)**. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

COSTA, Antonio Max Ferreira da. **Um breve histórico do ensino religioso na educação brasileira**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

COSTA, Hulda Silva Cedro da. **Umbanda: uma religião sincrética e brasileira**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) — Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.

GIUMBELLI, Emerson. Zélio de Moraes e as origens da umbanda no Rio de Janeiro. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). **Caminhos da alma: memória afro-brasileira**. São Paulo: Summus, 2002. p. 183–217.

GOES, Denise. **Práticas em Gestão Pública Universitária**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, jul./dez. 2024.

GOLDMAN, Márcio. Cavalo dos deuses: Roger Bastide e as transformações das religiões de matriz africana no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 54, n. 1, 2011.

GOMES. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. **A educação escolar e a diversidade cultural: tecendo caminhos**. Campinas, SP: Papyrus. 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Revista Currículo sem Fronteiras. 2012. (Volume 12, número 1).

GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 23, p. 75-85, maio/ago. 2003. Disponível em: SciELO.

GOMES, Nilma Lino. **Quotas raciais nas universidades públicas: novas perspectivas no debate sobre raça e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Salto para o Futuro: Educação e Relações Étnico-Raciais. Brasília: MEC/SEED, 2005. p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei nº 10.639/2003**. Geledés – Instituto da Mulher Negra, 2011. Disponível em: [site]. Acesso em: 27 out. 2025.

GRIJO, Elizabeth Dondoni. **Breve trajetória do ensino religioso no Brasil**. Unitas: Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões, Vitória, 2017.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. São Paulo: Zahar, 2022.

JARDIM, Tatiana. **Umbanda: história, cultura e resistência**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **O projeto de Rui Barbosa: o papel da educação na modernização da sociedade**. 1999. 187 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MAURÍCIO CARDOSO; FERNANDES, Priscila Nina. **Jornadas: novos caminhos – História (6º ao 9º ano)**. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022. E-book.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. Nova ed. São Paulo: Companhia das Letras,

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2015.

PEREIRA, Pâmella Ferraz; MORAES, Anne Harlle Lima da Silva. **Religiões de origem africana: a inação do Estado brasileiro no enfrentamento à discriminação religiosa**. Revista Transgressões, v. 11, n. 2, 2025. Disponível em: revistaft.com.br. Acesso em: 28 nov. 2024.

PRATES, Regina. **Umbanda: religiosidade e identidade**. São Paulo: Ática, 2001.

ROHDE, Bruno Faria. **Umbanda, uma religião que não nasceu: breves considerações sobre uma tendência dominante na interpretação do universo umbandista**. Revista de Estudos da Religião, mar. 2009.

SANTOS, Milton Silva dos. **Religião e demanda: o fenômeno religioso em escolas públicas**. Campinas: [s.n.], 2016.

SEIBLITZ, Z. A gira profana. In: BROWN, Diana et al. **Umbanda e política**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p. 122–154.

SILVA, Rubens Alves da. **Religiões afro, desigualdade e discriminação étnico-racial**. v. 18, n. 1, jan./jun. 2021.

SILVA, Vanessa Almeida da. **20 anos da Lei nº 10.639/2003: a obrigatoriedade de ouvirmos outras histórias**. Conexão UERJ.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA TORRES, R. da; PAIVA DE CARVALHO, G. **O ensino religioso e as religiões afro-brasileiras: percepções de professores/as da educação básica**. Identidade!, São Leopoldo, 2021.

SILVEIRA, Renato da. **O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto**. Salvador: Maianga, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870–1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VAIDERGORN, José. **Ensino religioso: uma herança do autoritarismo**. Cadernos CEDES, Campinas, v. 28, n. 76, p. 407–411, set./dez. 2008.

BRASIL. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

ANEXOS

ANEXO A – Produto Educacional



Memórias em Baús

Uma História da Umbanda

Capítulo 1:

As Origens Místicas da Umbanda

No alto de um morro em uma região central do Brasil, existia uma comunidade de descendentes de escravizados, que ocuparam a região após o fim da escravização. Eles já conheciam a área e sabedores das suas qualidades em terras e água, resolveram que se tivessem a oportunidade, um dia ocupariam a região. Dessa maneira, assim que “foram mandados” embora das duas sesmarias a do Engenho e a do Monjolinho, eles se dirigiram à região, subiram o morro e montaram a sua comunidade. Ali naquele local tencionavam além de viverem em paz e libertos, reconstruir a história dos seus antepassados. Para que isso se realizasse, contavam com a sabedoria dos mais antigos, que tinham ouvido as velhas histórias com os seus pais e avós.

Assim foi feito e eles passaram a fazer daquela região um pedacinho da África no Brasil, sendo o um local de liberdade e companheirismo, onde todas as pessoas fossem tratadas da mesma maneira e poderiam ter os mesmos direitos.

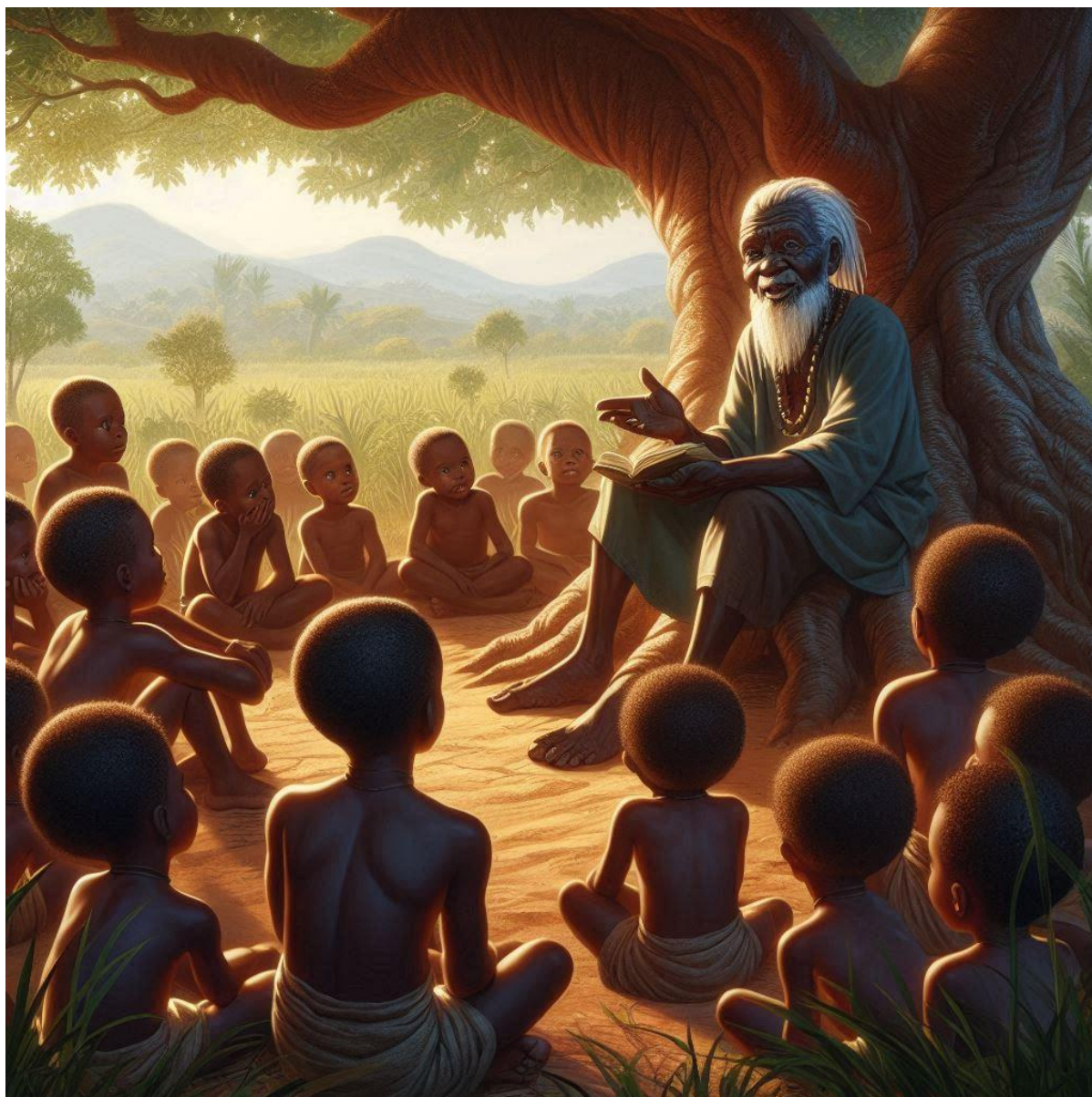
Entre os moradores mais idosos, existiam os que possuíam o dom de contar histórias e assim, repassavam os saberes ancestrais aos mais novos, por isso, eles eram muito respeitados. Dentre eles existia Bibiano, um senhor magro, altivo, de porte imponente, que usava cabelos compridos e barbas longas, que o passar dos anos já as tinham tornado brancas, Bibiano era chamado de pai, por praticamente todos os moradores, pois além de possuir muito conhecimento e sabedoria, era o mais velho entre todos os anciãos. Seu conhecimento ancestral era magnífico e em suas atitudes, ele era sensato e sereno.

O local era afastado da antiga sede das sesmarias e tinha uma riqueza exuberante nas matas, que logo foi transformado por Pai Bibiano em local de peregrinação, quando precisava meditar e colher ervas para os seus medicamentos. Sem contar o rio que serpenteava pela montanha em águas cristalinas e geladas, mas que vez ou outra oferecia uma variedade de peixes, especialmente umas Piraputangas ariscas que somente com muita paciência e casca de manga era possível pegá-las. Pai Bibiano, não passava dificuldades, pois sempre que ia até o rio, voltava com peixes e as vezes com duas ou três Piraputangas.

A alimentação da comunidade era provida pela riqueza da floresta e pelas roças plantadas pelos moradores, também algumas vezes o que faltava na comunidade, os moradores trocavam por

outros produtos nas sesmarias ou com alguns caboclos que moravam nas proximidades da região.

Em momentos de meditação, sabedoria e descanso pai Bibiano se sentava embaixo de um pé de jenipapo e rodeado pelos mais jovens contava sobre a história do seu povo antes e depois do cativeiro. As crianças ficavam atentas e muito curiosas, de vez em quando uma fazia uma pergunta, a qual Pai Bibiano respondia com muita calma e carinho.



Mas o que mais as crianças gostavam é quando pai Bibiano nas noites de lua, sentava-se no terreiro e fazia prosa de suas histórias, misturando realidades com ficção, deixando todos sempre atentos e assim iam horas de conversas. Pai Bibiano sempre muito amável, com voz calma, lentamente contava sobre as histórias de seu povo. As crianças sempre atentas. Quando

a noite ia se fazendo alta, pai Bibiano achava que estava na hora de parar e carinhosamente pedia às crianças que fossem dormir.

O sono já tomava conta de algumas crianças, que as vezes eram acordadas pelo grupo e em silêncio cada qual se dirigia até a sua casa. Pai Bibiano, agora sozinho, pegava seu fumo e preparava seu cigarrinho. A luz da lua atravessava as frestas das árvores e faziam desenhos no chão do terreiro, o silêncio tomava conta do ambiente e nessas horas, entre uma tragada e outra, pai Bibiano aproveitava do momento para meditar e observar o local. Vez ou outra ouvia um ruído ou canto de um pássaro solitário que ecoava ao longe.

Assim, eram as noites de lua naquele local, que pai Bibiano conhecia desde menino e que agora era um morador. Nesse interim, o cigarro ia sendo consumido pelas baforadas e após o fim, pai Bibiano resolvia que chegara a hora de ir se deitar.

Numa dessas noites em que a lua dominava o céu e sua luz ia longe, clareando até as margens da mata, uma brisa suave refrescava a noite, pai Bibiano estava sentado no seu local habitual, em silêncio, meditando... A comunidade já se preparava para dormir e nas casas as luzes das lamparinas iam se apagando casa por casa. Justina, uma mocinha de uns 13 anos, sempre muito atenta e interessada nas histórias de pai Bibiano, que também era seu avô, saiu de sua casa e foi até o encontro de pai Bibiano, tomou a benção e pediu permissão para se sentar.

Pai Bibiano, com sua sabedoria ancestral, olhos para Justina e disse:

- Não já se faz tarde, minha neta? O que você faz ainda acordada?

Justina em tão respeitoso respondeu:

- Vô o senhor me desculpe, eu sei que já é tarde, mas não estou conseguindo dormir e imaginei que o senhor estaria aqui nessa hora, então vim conversar, mas se o senhor me mandar para casa, eu vou, vovô.

Pai Bibiano, olhou-a com carinho e lhe disse:

- Fique então, minha neta, também estou meio sem sono, estava aqui pensando na vida, acho que podemos ficar um pouco mais. Só espero que depois sua mãe não brigue com você por isso.

- Acho que mamãe não vai brigar não, pois eu a avisei que vinha conversar com o senhor, ela só me pediu para não incomodar muito o senhor com as minhas histórias.

- Ora minha neta, você nunca me incomoda, eu gosto muito de conversar com meus netos e principalmente com você, que sempre se mostrou muito atenta a tudo que eu falo, principalmente quando conto as histórias ancestrais de nosso povo.

- Vô, eu gosto muito mesmo, principalmente quando o senhor começa a falar sobre a religiosidade e coisas sobrenaturais que existem e que fazem parte da história.

Pai Bibiano, com um olhar terno e carinhoso, passou a mão nos cabelos de Justina e pediu que ela se sentasse mais perto dele, logo em seguida a olhou atentamente e dentro de uma sabedoria ancestral, disse: Justina, minha neta, acho que chegou sua hora de aprender mais sobre a religiosidade de nosso povo e você começar a caminhar a sua sina. Mas como hoje já se faz tarde e eu não sei se as outras crianças querem ouvir sobre essas histórias, vamos marcar para amanhã, quando prometo de contar tudo o que quer saber. “combinado minha filha?” Justina assistiu com a cabeça e foi dormir. Pai Bibiano ainda ficou ali sozinho meditando e olhando a lua, pensando nas dúvidas que deveria esclarecer à Justina.

No outro dia antes do sol nascer, pai Bibiano foi até a casa de Justina e pediu a sua mãe que a acordasse, pois precisava conversar com ela sobre o futuro dela, coisa que a mãe dela já sabia, pois ele já tinha contado a ela, sobre esse futuro.

Os dois saíram à caminhar e adentraram na floresta, pai Bibiano ia explicando para a Justina, sobre a importância da comunidade e da floresta, explicando ainda da importância em manter os dois lugares em harmonia e valorizar a natureza. Justina ia prestando atenção muito atenta ao que pai Bibiano lhe falava.

Assim foram por uns minutos, até chegarem em uma espécie de clareira que os mais antigos chamam de santuário, que somente os mais velhos conheciam e algumas pessoas que eles levavam até lá, como era o caso de Justina hoje. No local havia algumas árvores centenárias imensas, entre elas duas figueiras que possuíam uns troncos muito grossos e com cipós entrelaçados e pendurados. Assim que chegaram, pai Bibiano pediu à Justina que fizesse silêncio e mantivesse muito respeito pois estavam em um lugar sagrado. Até os passarinhos as vezes param de cantar aqui, minha neta. Nesse silêncio, um canto de arara foi ouvido ao longe, depois novamente o silêncio tomou conta do lugar.

Pai Bibiano caminhou suavemente até o centro do local, seus passos faziam um barulho que ecoavam no silêncio da floresta, ali ele se sentia à vontade, pois era um lugar sagrado, onde o cheiro das plantas se misturava e criavam uma atmosfera de muita paz e tranquilidade. E isso

ele sabia muito bem, pois tinha muito conhecimento sobre as coisas da natureza e “habilidade” para se comunicar com o mundo dos espíritos.

Após pai Bibiano fazer alguns dos rituais sagrados, chamou Justina para junto de si e acomodaram-se no centro do lugar, entre as duas figueiras, depois com uma voz calma e com o olhar sereno ele disse à Justina que tinha decidido conversar com ela primeiro e posteriormente conversaria com as outras crianças, pois tinha coisas que somente ela deveria ouvir agora. E continuando, disse que após essa conversa eles viriam até o local por mais vezes, pois ele tinha o conhecimento de que a ela estava destinado a algo maior, algo que talvez ela ainda não compreendesse completamente.



- "Minha neta, nosso povo tem uma história muito antiga, vindo das terras além-mar na África, nossos conhecimentos, nossa história e costumes foram apagados pelos brancos, mesmo assim,

os nossos conhecimentos foram repassados entre nós e por isso ainda permanecem. Vai chegar um momento em que os mais novos de hoje serão os responsáveis por repassar esses saberes. Isso incluindo você Justina. Nossos costumes religiosos são variados, temos muitas religiões, e as suas práticas depende de cada povo, nós por exemplo, somos um pouco seguidores da Cabula e do Calundu, da Macumba, do Candomblé, que eram religiões de nossos ancestrais”.

“Essas religiões mantinham nosso povo unido com os deuses e com a natureza, em caminhos de luz e amor, onde os espíritos de diversas origens se uniam para auxiliar os vivos." explicou Pai Bibiano, enquanto pegou um graveto e colocou no canto da boca, "Hoje, vou contar um pouco dessa história para você, chegou a hora de você entender mais sobre nosso povo e sua história, como também sobre quem você é e o papel que deve desempenhar na vida."

Alguns anos depois...



Uma certa noite, em uma área rural, em uma pequena vila, não muito próxima da sede do município, existe um terreiro, onde uma moça vestida de branco, dançava com elegância em movimentos que pareciam simbolizar a pureza e uma conexão espiritual. O som rítmico dos atabaques e cantorias preenchiam o ambiente, algumas pessoas que estavam sentadas em volta, se levantaram e em movimentos ritmados de danças começaram a se juntar ao centro, formando uma roda em torno da moça. Aos poucos, o local foi se transformando e criando um ambiente de tranquilidade, que se espalhou a todos os presentes. Em seguida alguns dos presentes começaram a invocar e receber os espíritos dos guias e protetores espirituais.

Vó Justina, dançando foi saindo da roda e pegou um turibulo, passou a defumar e purificar o ambiente e ao mesmo tempo ia falando: "Que os espíritos de luz nos guiem e abençoem esta iniciação," enquanto a fumaça subia em espirais suaves.

Essa moça que estava dançando no centro é a Bibiana neta de vó Justina, alguns anos já haviam se passado desde aquele dia em que a menina Justina, teve a conversa com seu avô Bibiano (já falecido), naquele local sagrado na floresta. Hoje estava ela vendo sua neta ser iniciada nos trabalhos espirituais. Justina estava muito emocionada e com os olhos marejados, sentiu uma onda de calor percorrer seu corpo, seus olhos se fecharam e ela foi transportada a um estado de

transe. Ela viu visões de espíritos antigos, de caboclos e pretos-velhos, que a saudavam com sorrisos amáveis e olhares cheios de sabedoria.



Em meio a cerimônia, uma figura se destacou. uma cabocla cheia de força e graça, era um espírito feminino, vestido com trajes indígenas, que se apresentou como Jandira. Com uma voz suave e firme, Jandira caminhou até Justina e lhe falou que sua neta Bibiana havia sido escolhida para ser uma médium, uma ponte entre o mundo dos espíritos e o dos vivos.

"ela tem o dom da visão e da cura, minha filha. Diga para ela usar esse dom com sabedoria e compaixão," disse Jandira, colocando a mão sobre o coração de Justina. " nossos guias precisam dela agora, assim como nós precisamos deles."

Quando Justina voltou a si, "desincorporando", sentiu uma nova energia dentro de si. Ela sabia que a vida de sua neta jamais seria a mesma. Vó Justina a olhava com orgulho e ternura, ciente de que um novo capítulo estava começando para aquela jovem e para a Umbanda.

"Bem-vinda à nossa família espiritual, minha neta Justina," disse ela. "Você tem muito a aprender e a compartilhar. A jornada está apenas começando."

E assim, quando os primeiros raios da lua, invadiram o terreiro, Bibiana deu os primeiros passos em sua nova trajetória espiritual. Ela se sentiu conectada a algo maior, que ela ainda não compreendia totalmente, mas por sua avó, ficou sabendo que era uma tradição antiga, ancestral. Ouviu também, que esses costumes religiosos possuíam raízes profundas, estavam sempre se renovando, evoluindo e que se chamava Umbanda. Justina terminou sua fala, afirmando que

sempre que pudesse estaria ao seu lado, acolhendo-a de braços abertos, pronta para guiá-la e ser guiada nos caminhos da Umbanda.

Esse foi o início da jornada de Bibiana, uma médium destinada a desvendar e a viver os mistérios da Umbanda, para assim, se tornar uma liderança espiritual para muitos. E enquanto o som dos atabaques ressoava no ar, um novo capítulo da história da Umbanda estava sendo escrito, um capítulo de amor, fé e transformação.

Capítulo 2:

As Origens da Umbanda



Passados alguns dias, em uma noite serena, enquanto a lua iluminava suavemente o terreiro da comunidade, estavam Vó Justina e sua neta Antônia, sentadas sob a antiga mangueira, plantada pelo seu avô Bibiano. Algumas estrelas em disputa com a lua, tentavam mostrar o seu brilho. Antônia com os olhos curiosos perguntou: "Vovó, agora Bibiana é também médium da Umbanda né, será que eu posso ser também?"

- Olhe minha neta essas coisas são os orixás quem decidem, nós não podemos escolher essas coisas. Se for para você ser médium, você receberá o chamado.

- Está certo vovó, é que eu vejo a Bibiana no Centro e acho tão bonito as coisas que ela faz. Que as vezes fico me perguntando sobre isso e como que tudo isso surgiu?

Vó Justina olha a neta com carinho e com sua voz suave e firme, diz à Justina: Você já sabe que tudo isso faz parte da nossa religiosidade minha neta, quando você crescer você entenderá mais, porém, agora vou contar um pouco dessa história para você. Lembre-se sempre, uma grande parte de tudo isso que você vai ouvir, eu escutei dos seus avós, são histórias ancestrais do nosso povo.

A Chegada da Umbanda ao Brasil

- "A Umbanda organizada como religião, minha querida, surgiu no início do século XX, mais precisamente em 1908, na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Foi uma criação dos espíritos que, através de um médium chamado Zélio Fernandino de Moraes, anunciaram a nova religião.

- Naquele tempo, o médium Zélio foi acometido por um mal súbito e através de uma série de eventos, foi levado aos centros espíritas da época, onde manifestou um espírito que se identificou como Caboclo das Sete Encruzilhadas. Esse espírito anunciou a fundação de uma nova religião que viria a unir as práticas religiosas do catolicismo, espiritismo e das religiões africanas e indígenas."

- Não que o nosso povo antes disso não tivesse religião, a gente tinha e elas eram variadas e existiam em diversos lugares. Sendo que em cada lugar ela poderia ter uma denominação diferente. Por muito tempo, nós tivemos que realizar essas práticas de maneira escondida, pois algumas pessoas que não entendiam os nossos costumes, começaram a nos perseguir. Em função disso, começamos a realizar a nossa religiosidade de maneira escondida, fazendo com que muitos dos elementos da nossa cultura e história, fossem descartados e impedidos de ser manifestados.

Já o que aconteceu com o médium Zélio, Bibiana, foi uma revelação espiritual para que a Umbanda fosse organizada como uma religião. Nessa organização, o Zélio, aproveitou muitos dos nossos costumes e de nossas práticas ancestrais. Misturou muito conhecimento africano, afro-brasileiro, muito conhecimento indígena e conhecimentos da religião católica e do espiritismo".

Práticas Religiosas Anteriores

- "Para você entender melhor minha neta, talvez você precise crescer um pouquinho mais, porém, vou tentar facilitar um pouco as coisas para você, já que está tão interessada nesse assunto.

- "A gente não pode entender a nossa religiosidade e nem as nossas religiões sem olharmos para a história de nosso povo. Sempre existiu muita religiosidade entre nós, como também existiram e existe algumas religiões. Nós somos umbandistas e sabemos que muito antes da Umbanda ser organizada como uma religião, nosso povo já praticava rituais que ainda hoje os umbandistas praticam nos cultos. Porém, em algum momento da nossa história essas práticas foram apagadas da sociedade, fazendo com que muita gente se esquecesse delas.

Mas graças aos orixás e aos nossos guias, nosso povo soube preservar a nossa história e nossa religiosidade, permitindo que dessa maneira pudéssemos ir contando para os outros, assim como estou fazendo com você minha neta. Por isso, atualmente, sabemos muito dos costumes de nosso povo e de sua história. Então minha neta, entendeu o porquê a gente conhece muita coisa sobre a Umbanda e suas raízes. Por causa disso, hoje eu posso te contar as mesmas coisas que a minha avó me contou, há alguns anos.

Você deve sempre se lembrar disso, a nossa história é muito rica e bonita, por isso você nunca deve esquecer dos nossos costumes, seja praticando ou contando para os nossos descendentes, em uma forma de preservação.

Mas deixe eu te falar agora sobre a Umbanda depois de Zélio, Antônia, você precisa saber que existiram outras práticas religiosas antes dela, mas que tinham muitas semelhanças com que os umbandistas praticam atualmente. Aqui nesta terra, minha neta, sempre existiu uma variedade de povos com suas culturas e religiões. Quando nosso povo sofreu a escravidão e fomos obrigados a vir para cá, trouxemos muitas crenças e muita religiosidade, como o Candomblé, que tem suas raízes nos cultos aos orixás, **voduns e inquices**¹. Essas práticas, por ser oriundas de nosso povo, sempre foram proibidas e reprimidas pelos brancos colonizadores, mas nossos antepassados, com a sabedoria que possuíam, conseguiram enganar esses colonizadores. Não somente praticando os nossos rituais como também conseguiram transmiti-los aos outros e foi graças a isso que os nossos costumes e a nossa religiosidade e religião conseguiram sobreviver através dos séculos."

O Catolicismo e o Sincretismo

"teve um tempo, que quando íamos ser descobertos em nossos credos, nós associávamos os nossos deuses aos deuses dos colonizadores e conseguíamos enganá-los. Assim, os senhores achavam que estávamos cultuando seus deuses, mas na verdade, eram os nossos que eram motivos de crenças. Isso minha neta, é chamado de Sincretismo. Dessa maneira nossos orixás associados aos santos deles conseguiam sobreviver e os nossos cultos sagrados também”.

- Vô, o que é esse Sincretismo, não entendi muito bem?

- Minha neta querida, vou te explicar dando um exemplo: Ogum foi associado a São Jorge, e Iemanjá a Nossa Senhora dos Navegantes. Essa prática é o sincretismo e graças a isso, que nossas práticas religiosas ancestrais sobreviveram e se adaptaram a sociedade”.

- Vô, mas e se descobrissem isso?



- Minha neta, as vezes aconteceu isso, nesses casos era o nosso povo perseguido, castigado e forçado a negar os nossos deuses, aceitando de formar imperativa os deuses católicos. Depois, quando passava um tempo e as perseguições haviam diminuídos, o nosso povo voltava a cultuar os nossos deuses. Foram tempos difíceis minha neta.

- Mas Antônia, não foram somente as nossas tradições que eram importantes e contribuíram para a formação da Umbanda, os indígenas que são os povos originários desta terra tem também suas tradições e deram a sua contribuição. Os Indígenas possuíam uma profunda conexão com a natureza e com os seus espíritos ancestrais, e com esse conhecimento influenciaram os rituais e a visão de mundo da religião. os caboclos, espíritos de guerreiros e líderes indígenas, são figuras centrais na Umbanda e representam essa ligação com a terra e a natureza."

- Vó, eu estou ficando confusa com tanta informação. Ainda mais sobre os deuses, orixás, guias, preto velhos, caboclos, espíritos de guerreiros e líderes indígenas. A senhora vai me explicar sobre eles né?

- Claro minha neta, como poderia falar da nossa religião e não explicar isso? Você ficaria perdida Antônia, vou falar sobre a história de alguns e sempre que você quiser saber a gente vai conversar sobre eles, é muito importante você entender sobre eles e suas características. Outra coisa, quando você ficar em dúvida sobre algum deles, ou mesmo quiser saber mais sobre eles, é só vir conversar comigo que eu vou te explicar direitinho Antônia.

Com muita calma e procurando palavras fáceis e simples que permitissem à Antônia o entendimento, Vó Justina começou a contar que os Orixás são divindades africanas e representam as forças da natureza e aspectos da experiência humana. Cada um tem características e histórias próprias, e juntos formam um panteão complexo e rico.

Os mais conhecidos são:



Exu

Orixá da comunicação, dos caminhos e da transformação. É o mensageiro entre os deuses e os humanos, e o guardião da ordem e da justiça. Exu é um Orixá muito poderoso e versátil, que pode ser tanto benéfico quanto maléfico, dependendo de como é invocado.

Ogum

Orixá da guerra, da tecnologia e do trabalho. É um guerreiro forte e corajoso, que protege seus filhos de todos os perigos. Ogum é também o Orixá dos ferreiros e dos motoristas, e é ele quem abre os caminhos para a prosperidade.



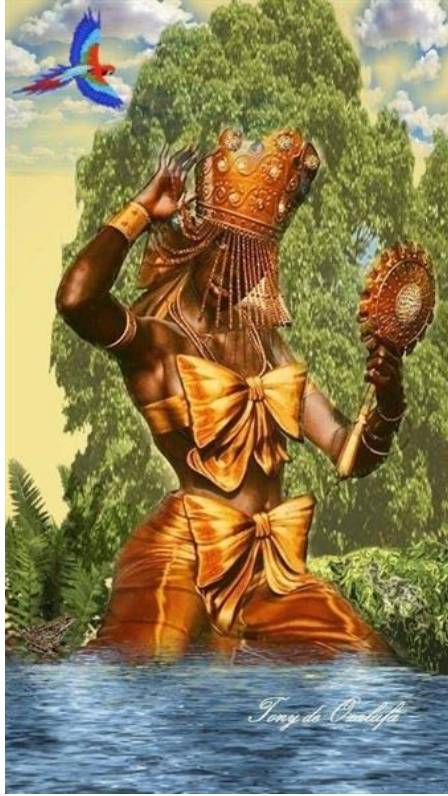
Oxóssi

Orixá da caça, da fartura e da sabedoria. É um caçador habilidoso e um grande conhecedor da natureza. Oxóssi é o Orixá que provê o sustento para seus filhos, e o que traz conhecimento e prosperidade.



Xangô

Orixá da justiça, do fogo e do trovão. É um rei poderoso e justo, que defende seus filhos com unhas e dentes. Xangô é também o Orixá da lei e da ordem, e é ele quem pune os culpados.



Oxum

Orixá do amor, da beleza e da fertilidade. É uma deusa bela e sensual, que encanta a todos com sua graça e charme. Oxum é também a Orixá das águas doces, dos rios e cachoeiras, e é ela quem traz fertilidade para a terra e para as mulheres.



Iemanjá

Orixá do mar, da maternidade e da proteção. É uma deusa poderosa e

maternal, que acolhe a todos os seus filhos com amor e carinho. Iemanjá é também a Orixá dos pescadores e dos navegantes, e é ela quem protege os que se aventuram no mar.



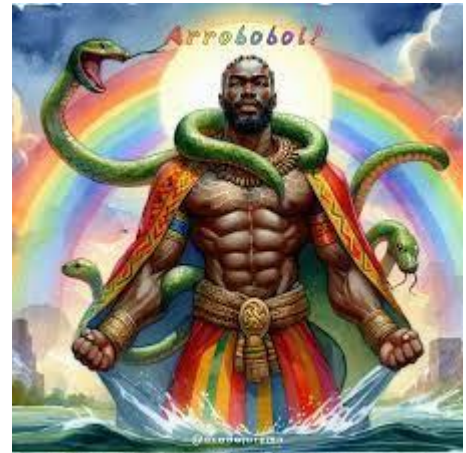
Nanã: Orixá da terra, da lama e da ancestralidade.



Obaluaê: Orixá da cura, da saúde e da transformação.



Omulu: Orixá da morte, dos espíritos e da reencarnação.



Oxumaré: Oxumaré é representado pelo arco-íris e pelas serpentes. Ele é o senhor das cores e do movimento, e é considerado o mensageiro divino que traz a água das nuvens para a terra.

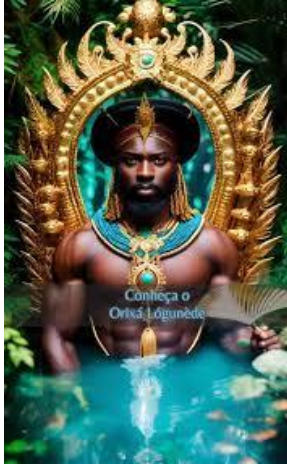
Iansã: Orixá dos ventos, das tempestades e do fogo.



Ewá: Orixá da beleza, da pureza e da virgindade.



Obá: Orixá do rio, da força e da perseverança.



Logunedé: Orixá da pesca, da caça e da fartura.



Ossaim: Orixá das folhas, das ervas medicinais e da cura.



Iroko: Orixá da árvore sagrada, do tempo e da ancestralidade.

Cada Orixá tem sua história, como te falei minha neta, essas histórias são contadas em lendas e mitos que passaram de geração em geração. Quem em contou foram os meus avós, seus tataravôs. Assim, minha neta, cada um deles tem seus desafios, aventuras e conquistas. Com histórias ricas em simbolismo e sabedorias, que sempre nos ajudam a entender as coisas da natureza humana e do mundo.

Além dos Orixás, minha neta, existem ainda os Guias na Umbanda são entidades espirituais que incorporam nos médiuns durante as giras, como você sempre vê aqui no terreiro, lembra? Eles trazem mensagens boas, conselhos e auxílio espiritual para quaisquer pessoas que venha até eles. Os Guias, minha neta, são cultuados e reverenciados por sua sabedoria, por sua força e por sua capacidade de ajudar as pessoas em diversas áreas da vida.

Existem muitos Guias, mas os mais comuns são os Pretos Velhos, que segundo a nossa crença, são espíritos de ancestrais afro-brasileiros e africanos que viveram no Brasil em tempos antigos, alguns viveram na época da escravidão. Eles são muito sábios, tem muita sabedoria e paciência, trabalham de maneira humilde oferecendo conselhos e ministrando passes de cura para aquelas pessoas que os procuram.

Ainda existem os caboclos, que são espíritos de povos indígenas brasileiros que viveram em contato com a natureza. Eles são conhecidos pela sua força e são muito corajosos. Tem também muita sabedoria e conhecimento profundo sobre as ervas medicinais, que sempre utilizam ou recomendam as pessoas que necessitam para cura qualquer moléstia ou que precisam de proteção para as energias negativas.

Além deles, minha neta, ainda as crianças também nos ajudam, aliás, os seus espíritos. Esses espíritos são de crianças que desencarnaram antigamente e ainda preservam os seus jeitos de criança, por isso estão sempre brincando, chegam alegremente, sorrindo com seu jeito inocente

e assim trazem as mensagens de esperança e fé. Elas também, ajudam os médiuns a desenvolverem as suas mediunidades.

-- Vó, tem bastante gente do outro lado, para nos ajudar né?

Sim minha neta, são muitos os espíritos dos nossos ancestrais que sempre estão olhando por nós, mas ainda não acabou Antônia, tem muito mais. Tem os Exus e as pomba Giras, que são guardiãs e trabalham sempre na abertura dos nossos caminhos, nos protegendo contra as demandas e nos auxiliando na resolução dos problemas. Eles têm muita força e energia também, quando formos precisar deles precisamos ter muito respeito e cuidado.

- Vó, esses dias eu estava assistindo uma sessão, e vi umas manifestações de espíritos de marinheiros e pontos de boiadeiros, existem também espíritos desses povos?

- Sim, minha neta, existem e são muitos, os marinheiros são espíritos dos navegantes, também são alegres, irreverentes, sabem muito das histórias dos mares, trabalham na limpeza das energias negativas e nos protegem dos perigos. Já os Boiadeiros, esses são os espíritos dos vaqueiros que antigamente lidavam com gado. Atualmente eles estão desencarnados, nos ajudam com sua força e determinação, pois possuem muito conhecimento das coisas da natureza, por fim, ainda protegem os animais e resolvem os problemas relacionados ao trabalho e à vida no campo.

É minha neta. Além de tudo isso que já falamos, existem mais outros guias, por exemplo: os Baianos, que são espíritos de pessoas que nasceram ou viveram na Bahia, são muito alegres, gostam de muita música e de muita dança. Tem os Ciganos, que gostam muito de serem livres, possuindo uma excelente intuição e detém um vasto conhecimento das divinatórias. E por fim, ainda existem os espíritos de pessoas que viveram nos países orientais, que podem ter vivido no Brasil ou não, mas como todos os que já foram falados aqui neta, possuem muita sabedoria e dominam os conhecimentos sobre as medicinas alternativas.

Olha minha neta, a Umbanda tem muita coisa, tem uma história também muito bonita, se fossemos ficar conversando sobre ela, passaríamos muitos dias. Num outro dia a gente conversa mais, tá?

Nisso tudo Antônia, uma coisa você pode ficar certa, a nossa religião é muito diversa, acolhe todo mundo que a procura, tem diferentes linhas e variadas tradições, como também, independência entre os terreiros. Dessa maneira, em muitos deles podem as manifestações serem variadas.

A União dos Elementos



"A Umbanda minha neta, surgiu dessa mistura, dessas diversas tradições. Ela possui os ensinamentos dos orixás, dos indígenas, dos caboclos e dos pretos-velhos, que são espíritos da nossa ancestralidade e de antigos escravizados, que apresentam e são reverenciados por sua sabedoria e bondade”.

Além deles minha neta, existe na Umbanda, alguns elementos do Kardecismo, que é uma corrente espírita meio parecida com a nossa, com práticas de mediunidade e comunicação com os espíritos."

Antônia, olhava para sua avó com admiração e respeito. Vó Justina continuava a falar: "A Umbanda minha neta é uma religião de amor, caridade e respeito às diferenças. Ela nos ensina a praticar o bem e a buscar a evolução espiritual, sempre guiados pela luz dos nossos guias e protetores."

Bibiana após ouvir as palavras de sua vó, perguntou a ela se poderia fazer mais um questionamento. Vó Justina, olhando com carinho para a sua neta, assentiu com a cabeça.

- Vó, eu escutei tudo que a senhora falou, acho que aprendi muita coisa hoje, mas ainda tenho uma dúvida: a Umbanda é então uma religião brasileira ou não?

Vó Justina, começou dizendo que a Umbanda apesar de ter algumas influências de religiões africanas, eram uma religião brasileira, pois tinha surgido aqui no Brasil. Mas tinha um, porém,

como ela tinha bastante contribuições de religiões africanas, ela podia ser considerada uma religião Afro-brasileira. Entendeu minha neta?

- Sim vó, acho que entendi, existem religiões Afro-brasileiras que possuem influências africanas e as religiões essencialmente africanas, né?

- Isso minha neta, exatamente isso. Por isso elas foram sempre perseguidas e demonizadas, por pessoas que desconheciam a sua essência e história e não gostavam do nosso povo. Mesmo assim a gente conseguiu sobreviver e continuamos existindo. Atualmente, mais pessoas compreendem as nossas religiões e os seguidores vão aumentando.

Veja você, quantas pessoas já veem até o nosso Terreiro, é muita gente que começou a entender a nossa religião e passaram a praticá-la.



Assim, sob a luz pálida da lua e a proteção da antiga mangueira, Antônia aprendeu um pouco mais sobre a história das religiões Afro-brasileiras e as de origem africana, como também, a história da Umbanda, uma religião criada no Brasil, com influências africanas e indígenas que reflete a alma e o coração dos povos negro e indígena, raças que formaram o povo brasileiro.

Fim.